

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

DARLEM TEIXEIRA PENAFORTH

Entre Caminhos e Lagos: Percepção ambiental e habilidades de pescadores Kaixana

MANAUS-AM

2026

DARLEM TEIXEIRA PENAFORTH

Entre Caminhos e Lagos: Percepção ambiental e habilidades de pescadores Kaixana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para defesa e obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso

MANAUS-AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P397c Penaforth, Darlem Teixeira

Entre caminhos e lagos: percepção ambiental e habilidades de
pescadores Kaixana / Darlem Teixeira Penaforth. - 2026.

110 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Thiago Mota Cardoso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas,
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus, 2026.

1. Kaixana. 2. Conhecimento ecológico indígena. 3. Percepção
ambiental. 4. Paisagem. 5. Cosmopolítica. I. Cardoso, Thiago Mota.
II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social. III. Título

DARLEM TEIXEIRA PENAFORTH

Entre Caminhos e Lagos: Percepção ambiental e habilidades de pescadores Kaixana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso.

Aprovado em: 27 de fevereiro de 2026

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso – **Presidente**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFAM

Prof. Dr. Gabriel Coutinho Barbosa – **Membro Externo**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino – **Membro Interno**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFAM

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha amada avó e mãe, **Darcy Teixeira Penaforth** (in memoriam), e ao meu avô e pai, **Onofre Antônio Penaforth de Souza**, por estarem comigo em todos os momentos da minha vida e pelo incentivo para a realização desta pesquisa.*

AGRADECIMENTO

Sou eternamente grato a Deus, que me concedeu a dádiva da vida. Reconheço que a força e a coragem de prosseguir são frutos do dom de amar, sendo assim, sou grato a minha esposa, Isabela, e meu amado filho, Arthur. Sou grato por estarem ao meu lado durante a condução deste trabalho;

Gostaria de agradecer especialmente ao meu pai/avô e mestre, Onofre (Piranga), cacique Kaixana, meu guia e inspiração na vida;

Meu agradecimento maior vai para toda a parentela Kaixana, em especial a Eller, Oleis, Darlison, Hilton, Francisco, Gilberto, Jorge, Ézio, Leonila, Nibson, Walter Junior, Dilcinha, Saulo e Luiz Vitor. Agradeço por dividirem comigo a mesma canoa da vida;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso, pelo aceite da orientação e por todo o apoio no desenvolvimento deste trabalho;

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pela oportunidade de desenvolver este estudo;

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida entre 2024 e 2025;

Agradeço à Iniciativa Amazônia +10 e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada CNPq/CONFAP nº 34/2023, que financiou as expedições na Comunidade Sacambú do Lago Grande.

RESUMO

Pegar peixe é uma das principais habilidades Kaixana, fundada em uma percepção ambiental singular e relacional. Esta pesquisa antropológica descreveu as percepções Kaixana sobre os ambientes lacustres e analisou as relações de coexistência que configuram as diferentes paisagens de pesca de pirarucu (*Arapaima gigas*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*). Buscou-se compreender seu conhecimento ecológico a partir de seus próprios modos de perceber e coexistir, “sem reduzi-los” a “parâmetros técnicos”. Foram analisados, a partir de uma perspectiva indígena, a dinâmica sazonal, os critérios de escolha dos lugares de pesca no Sacambú e Lago Grande, a integração de técnicas, a percepção das relações cosmológicas, o desenvolvimento de habilidades, além das transformações dos saberes entre gerações e suas interfaces com projetos de manejo e conservação de espécies. A metodologia consistiu em uma etnografia baseada em percursos, ancorada no envolvimento participante na Comunidade Sacambú do Lago Grande e em São Paulo de Olivença. As experiências de campo tornaram-se momentos de registro etnográfico e de reconexão, nas quais memórias emergiram do contato do pesquisador, membro da comunidade indígena, com cada paisagem revisitada. Ao articular um diálogo entre formas distintas de perceber a vida em um ecossistema de interação e cuidado, o estudo demonstra como as habilidades pesqueiras Kaixana, sua capacidade de ler movimentos, identificar lugares e interagir com cardumes, constituem-se em cosmopolíticas de cuidado da sociobiodiversidade.

Palavras-chaves: Kaixana; Conhecimento ecológico indígena; Percepção ambiental; Paisagem; Cosmopolítica; Antropologia.

ABSTRACT

Fishing is one of the main Kaixana skills, based on a unique and relational environmental perception. This anthropological research described the Kaixana perceptions of lacustrine environments and analyzed the coexistence relationships that shape the different fishing landscapes of pirarucu (*Arapaima gigas*) and tambaqui (*Colossoma macropomum*). It sought to understand their ecological knowledge from their own ways of perceiving and coexisting, "without reducing them" to "technical parameters." From an indigenous perspective, the seasonal dynamics, the criteria for choosing fishing spots in Sacambú and Lago Grande, the integration of techniques, the perception of cosmological relationships, the development of skills, as well as the transformation of knowledge between generations and its interfaces with species management and conservation projects were analyzed. The methodology consisted of a path-based ethnography, anchored in participant involvement in the Sacambú community of Lago Grande as well as in São Paulo de Olivença. The field experiences became moments of ethnographic recording and reconnection, in which memories emerged from the contact of the researcher, a member of the indigenous community, with each revisited landscape. By articulating a dialogue between distinct ways of perceiving life in an ecosystem of interaction and care, the study demonstrates how the Kaixana fishing skills, their ability to read movements, identify places, and interact with schools of fish, constitute cosmopolitics of care for sociobiodiversity.

Keywords: Kaixana; indigenous ecological Knowledge; environmental Perception; Landscape; Cosmopolitics; Anthropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da área de estudo e itinerários de percurso: Lago Grande e Sacambu.	21
Figura 2 - Delimitação territorial da Comunidade Sacambú e complexo lacustre do Lago Grande.	22
Figura 3 - Assembleia geral para eleição e definição da nova diretoria da AIKA (gestão 2025-2027).....	31
Figura 4 - Representatividade de gênero nas políticas sociais de interesse comunitário.	32
Figura 5 - Cronograma das expedições de campo em interface com as fases do pulso de inundação.....	35
Figura 6 - Início de um diálogo: apresentação do projeto de mestrado.....	36
Figura 7 - Trilhas da pesquisa: Varador do Veado.....	37
Figura 8 - Eller, um pescador marupiara.	39
Figura 9 - O pescador Hilton navegando pelos igapós da restinga do Sacambú.....	41
Figura 10 - Tapiri construído na área do Aterrado da Comunidade Sacambú do Lago Grande.	42
Figura 11 - Jantar no tapiri e cuidados com Hilton após retorno do campo.....	44
Figura 12 - Os Kaixana rumo ao Sacambú.....	46
Figura 13 - O neto aprende ouvindo as histórias de seu avô.	48
Figura 14 - Malhadeiras de tambaqui com diferentes colorações.	49
Figura 15 - Representação da integridade e encontro de cóius.	54
Figura 16 - Manejadores Kaixana abrindo acesso no período da vazante.	58
Figura 17 - Tapiri feito no cano da pupunheira na entrada do varador.	59
Figura 18 - Pescador Kaixana em deslocamento para a enseada no Rio Solimões.....	69
Figura 19 - Pescador Passarito faz uma nova malhadeira para enseada.....	70
Figura 20 - A técnica de remendar malhadeira e reconectar um novo cóiu.	71
Figura 21 - Cabeceira do Lago Grande.	79
Figura 22 - Tem que saber salgar: uma relação com a carne de pirarucu.	83
Figura 23 - Mantas de pirarucu salgada.	84
Figura 24 - Um saber que se faz na prática: habilidades ao abrir uma manta de pirarucu.....	85
Figura 25 - Pescadores Kaixana relembra de antigos cóiu de pirarucu.....	87
Figura 26 - Hilton não encontra o pirarucu no lago da cobra.....	88
Figura 27 – Rumo a comunidade Curupatí: reuniões do manejo de lagos.	90
Figura 28 - Almoço na comunidade Curupaiti, Setor 7 - Sacambú do Lago Grande.....	91
Figura 29 - Participação na reunião de orientações do manejo e feira 2025.....	92
Figura 30 - Varador do Veado: saída no igarapé da forquilha.	94
Figura 31 - Pescaria de pirarucu na cabeceira esquerda.....	95
Figura 32 - Resultado da pesca no lago (A) e processo de descamação do pirarucu (B).....	96
Figura 33 - Participação ativa das mulheres Kaixana e suas fruteiras.	97
Figura 34 - Consumidor local da IV Feira do Pirarucu Manejado de SPO.....	98
Figura 35 - Participação dos Kaixana na IV Feira do Pirarucu manejado de SPO.	99
Figura 36 - Tambaquis oriundos do Sacambú sendo gelados para a manutenção de suas qualidades.	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de lagos: Preservação, Manutenção, Manejo e Comercial.....	34
Tabela 2 - Cota de Captura Autorizada (2025) - Setor Sacambú 7.	93
Tabela 3 - Comercialização de cortes específicos de pirarucu: rendimento e valorização.	99

LISTA DE SIGLAS

AIKA – Associação das Comunidades Indígenas Kaixana
APA – Área de Proteção Ambiental
CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia
CDS – Compra com Doação Simultânea
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DIVA – Diversidade da Várzea
FAEPI – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC – Iniciação Científica
IFAM – Instituto Federal do Amazonas
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
PA – Programa Arapaima
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PELD – Pesquisa Ecológica de Longa Duração
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
PSC – Processo Seletivo Contínuo
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SPO – São Paulo de Olivença
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UMP – Unidade de Manejo Sustentável

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. Etnografia de percurso.....	20
3. O Povo Kaixana: Trajetória, Território e Pesca	24
4. Início do percurso	34
4.1 Furos de acesso ao Sacambú, e Lago Grande segundo Eller.....	38
2. CAPÍTULO 1 - HABILIDADES DE DESCOBRIR O CAMINHO	40
2.1 Floresta alagada	41
2.2 Paisagens e ambiente: uma trilha de sentimentos e histórias.....	50
2.3 Varador: caminhos que conectam memórias	54
2.4 Entre terra e água: reconectando caminhos	57
3. CAPÍTULO 2 - HABILIDADE DE PESCAR, MANEJAR LAGOS E PEIXES.....	63
3.1 O cuidado tradicional e os conflitos sociais.....	65
3.2 Pesca Kaixana: Apetrechos e a cosmopercepção do Ambiente.....	67
3.3 Ecologia do cóiu: para além do habitat físico.....	72
3.4 Tambaqui: a vida na água	74
4. CAPÍTULO III: RELAÇÕES MAIS QUE HUMANAS E A COSMOPOLÍTICA DO CUIDADO.....	76
4.1 A pesca de pirarucu no lago.....	83
4.2 O Manejo e a Feira: Política e Estratégia Kaixana	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
Anexo A – Declaração de posse e usufruto das terras do Sacambú	108
Anexo B – Certidão de Registro de “CA TE ESPERA” (cópia)	109
Anexo C – Título definitivo do Estado do Amazonas (cópia).....	110

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação de mestrado entrelaça minhas memórias biculturais (Pavão e Gislotti, 2023), enquanto pesquisador indígena, ao retornar à minha comunidade, com as de meus parentes do povo indígena Kaixana, em torno de como nossos conhecimentos, percepções e habilidades são postos em prática em projetos sociais de conservação da sociobiodiversidade. Trata-se do retorno de um jovem Kaixana a seu território, motivado pelo desejo de participar e contribuir em cada etapa do projeto etnográfico. Este processo envolveu pescarias, viagens, aberturas de caminhos, contagens e reuniões, além da organização comunitária, do escoamento e da comercialização dos peixes.

Desde meus seis anos de idade, pescamos nos igarapés do Sacambú e no Lago Grande, e nas margens secas do rio Solimões, eu e meu avô, Onofre (Piranga - que significa Vermelho na língua Nheengatu), que tem 93 anos de idade, conhecido como Cabeça Branca ou Velho(ão) pelos mais próximos e vive em São Paulo de Olivença (SPO), município brasileiro no sudoeste do Amazonas, situado na região do Alto Solimões. De acordo com os dados do IBGE (2022) sua população é de 32.967 habitantes.

Para o povo Kaixana que, em sua maioria, habita o contexto urbano deste município, a pesca vai além de uma mera “atividade produtiva” ou de “subsistência”. Ela compõe os processos de formação desde os primeiros anos de vida, antes dos dez anos de idade a criança já acompanha seu pai ou uma pessoa mais experiente, observando seus gestos e habilidades específicas de interação com caminhos, bem como a confecção e a manipulação de armadilhas e apetrecho. Além disso, aprende a identificar ambientes aquáticos relacionados a paisagens fixadas em suas memórias, as quais associam a coloração, os picos das cheias, as terras caídas, as árvores e os igarapés. Todos esses aprendizados são constantemente atualizados à medida que as novas gerações interagem nessa relação de parentesco, compartilhada de pai para filho, tio para sobrinho e avô para neto.

Nas pescarias, as principais espécies capturadas eram da ordem de Characiformes como a sardinha (*Triportheus Angulatus*), pacu (*Milossoma macropomun*), curimatã (*Prochilodus lineatus*), branquinha (*Anodus laticeps*), aracú (*Leporinus friderici*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), pegávamos peixes liso (Siluriformes) como surubim (*seudoplatystoma corruscans*), bacu-pedra (*Lithodoras dorsalis*), pirara, caparari (*seudoplatystoma tigrinum*), além de outros Acanthoptérgios da família dos ciclídeos como tucunaré (*Cichla monoculus*) e cara-açu

(*Astronotus ocellatus*), de vez em quando um bodeco (pirarucu pequeno) caia na malhadeira de tambaqui.

Adoto o termo apetrecho (de pesca) para a identificação dos artefatos utilizados nas pescarias Kaixana. Dentre estes, figuram: zagaia, arco e flecha, espinhel, tarrafa, linha de mão, corricu, malhadeira, arrasto de rio e de lago, guardo, ainda, lembranças latentes de armadilhas mais sofisticadas, como o cacurí e o parí. A zagaia sempre deve estar por perto, na posição correta da canoa, pois a qualquer momento dado pode-se flechar um peixe de *iaiu*. Lembro, Vovô sempre remava com muita calma e paciência, como se estivesse chamando o cardume de peixes; assobiava no igapó com o arco e a flecha armada. Lembro quando arpoava tambaqui nas cabeceiras secas do lago: uma arpoada suave por cima da água, qualquer um que olhasse o julgava dizendo que não tinha acertado. Um de seus filhos sorria ao (re)lembrar de suas pescarias juntos; ele dizia que era uma arpoada por cima da água, um gesto suave, diferente das outras.

Essa prática é uma habilidade desenvolvida ao longo das vivências do Kaixana com os seres vivos que habitam paisagens e pela habilidade no uso de apetrechos conectada com o movimento do ambiente, compartilhadas nesse vínculo que opera de pai para filho, características únicas aprimoradas ao longo dos anos pela nova geração, mas sobre isso descrevo ao longo do Capítulo I, onde trato dessa relação. A flecha, o arpão e o caniço com anzol são alternados conforme o ambiente específico de cada ciclo e tempo, bem como pela paisagem construída pelo peixe, o que envolve suas habilidades estratégicas de interação com esse meio. Tais apetrechos de pesca possuem em comum uma seletividade de captura determinada pelo movimento dos peixes em suas diversas fases de vida.

A malhadeira, uma rede, chegou para ampliar o volume de captura, “otimizou” o poder de pesca, dada sua baixa seletividade, tendo como único filtro o tamanho da malha. Logo que chegou, os pescadores ainda não sabiam manipular este artefato, Piranga ressalta que sua primeira pescaria enfrentou dificuldades nas técnicas utilizadas para emalhar¹ os peixes, utilizou pedras ou tijolos no entralho² de baixo para manter as malhas esticadas. Nesses casos, o insucesso na captura era inevitável, pois os peixes “sentiam” a vibração do nylon que

¹ Emalhar: forma como o peixe é “pego” pelo artefato podendo ficar: “enrolado”, “emalhado” na rede, o que depende também do tamanho da malha (entre nós opostos) se for pequena em relação ao tamanho do abdome (barriga), podendo até escapar se a técnica de colocar a malhadeira não estiver adequado com o ambiente.

² A malhadeira possui duas cordas grossas (entalho) ao longo de seu comprimento nas extremidades do pano da malhadeira (que seria apenas as malhas), sendo umas mais grossas na parte superior onde são colocadas boias de isopor ou aningas flutuantes e outra corda na parte inferior do pano onde ficam os pesos, podendo ser pedras, pedaços de tijolos, etc. O processo de entralhar uma malhadeira é exatamente colocar essas duas cordas mais grossas no pano da malhadeira, essa etapa é muito importante pois irá determinar sua capacidade de emalhar.

pareciam obstáculo e retornavam em outra direção. A relação com esse artefato fez com ocorressem mudanças tanto na técnica de posicionar quanto nos ajustes necessários para proporcionar uma qualidade ideal de pesca. Tais termos reforçam a condição do pescador como um “especialista” na pesca no Sacambú, o que o distingue de outros pescadores. Essa especialidade evidencia que o saber técnico é indissociável das particularidades desse ecossistema específico.

Algumas armadilhas mais sofisticadas de pesca, como o cacuri, me lembro vagamente que fizemos um no igarapé Piranhau. Todas essas lembranças me trazem um sentimento tão profundo de que agora, nessa nova caminhada como antropólogo ao lado de meus tios pescadores, posso passar por esses lugares e, nesses momentos, tentei recordar cada detalhe de uma vida vivida e de memórias compartilhadas. Acordar com o nascer do sol, organizar as malhadeiras, a zagaia, o arco, o caniço e o remo fazem parte de todo o ritual da pesca, que deve ser realizado apenas pelos pescadores mais experientes, todas essas vivências me fizeram decidir qual rumo pretendia percorrer de modo que unificasse minhas habilidades aprendidas na popa da canoa a uma carreira acadêmica que dialogasse com as pescarias.

Meus avós sempre me aconselhavam a estudar e assim se tornar “alguém na vida”. Minha avó Darcy chorava ao dizer que eu a deixaria; eu jamais imaginaria ter tanta coragem de sair de casa e enfrentar a vida adulta, tão distante de seus cuidados. Após passar na terceira etapa do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), deixei minha comunidade para ingressar no curso de Engenharia de Pesca, na capital amazonense. Esse deslocamento representou mais do que uma mudança geográfica; foi uma imersão em um universo epistemológico distinto da vida com meus parentes em meu território. Na academia, como engenheiro de pesca em formação, fui apresentado a uma lógica de compreensão da vida regida por parâmetros técnicos, índices de qualidade de água, fatores ambientais específicos e acordos legais, que buscavam avaliar e analisar uma “natureza” externa (no caso, os peixes), vista como objeto e recurso dos “humanos” – os “recursos pesqueiros”.

Minhas habilidades, outrora aprendidas na prática e nas vivências com paisagens de relações, sensibilidades e histórias com seres aquáticos, passaram a ser mediadas pela transcrição rigorosa de rótulos, medidas calculadas e pela necessidade de dimensionar a vida a partir de critérios de eficiência e produtividade. Era uma relação com os peixes e a água mediada por instrumentos e normas, distante da experiência sensorial e relacional que me era familiar. Essa formação, no entanto, operava em constante tensão com os ensinamentos que recebi do cacique Onofre, meu avô e pai de criação, que me acolheu aos cinco anos de idade, após o

falecimento de minha mãe. Com seus 93 anos, Piranga foi a figura central nas minhas aprendizagens. Foi ele quem me ensinou a ler-viver as coisas do mundo e das letras: escrever, remar e pescar. Mas, acima de tudo, foi com ele que aprendi observando e percebendo suas interações com ambientes e utensílios de pesca, observei suas habilidades de "saber o caminho": encontrar lugares de pesca, posicionar malhadeiras, interpretar os movimentos dos peixes e compreender a dinâmica da água.

Esses saberes estão intrinsecamente ligados a um complexo sistema de cuidado, equilíbrio e negociações. Suas formas particulares de se relacionar com a água e a floresta eram rodeadas de rituais, como a preparação de banhos, misturas corporais com escamas de peixes e água, uso do sangue de jabutis nos braços e pernas, uma ativação e preparação da pessoa pescadora para o equilíbrio ao acessar lugares de encontro de vidas visíveis e invisíveis. Essa ativação corporal remete ao que Oyèrónké Oyěwùmí (2021) define como cosmopercepção, uma forma de perceber o mundo que não se limita à visão, mas envolve a totalidade dos sentidos e que tem também ressonâncias com os trabalhos antropológicos sobre percepção do ambiente, como os de Tim Ingold (2000). Foi Piranga quem me mostrou que o pirarucu e o tambaqui são muito mais que um recurso; são aliados cosmopolíticos, astutos, conectados a seres espirituais como a "mãe-do-lago" (ser *Dono*) capazes de elaborar táticas complexas de camuflagem contra arpoadores invasores, permanecendo escondidos em ambientes de charcos, matupás e igapós.

Todas essas vivências fundamentaram meus estudos e o desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica (IC), vinculadas a projetos socioambientais como o manejo de lagos. Assim, minha participação em iniciativas voltadas à pesca e ao pirarucu tornou-se um dos objetos de estudo ainda na graduação. A primeira pesquisa intitulou-se: “Avaliação da Qualidade do Pirarucu Capturado em uma Área de Pesca Manejada pelo Estado do Amazonas” (2019/2020). O objetivo foi acompanhar os processos de pesca, captura, abate, transporte e armazenamento do pirarucu, realizados por manejadores participantes do Acordo de Pesca da comunidade Ilha da Paciência (Irاندوبا/AM) – uma Área de Proteção Ambiental (APA) regida pela Instrução Normativa nº 02, de 18 de abril de 2011. Para isso, avalei três exemplares deste peixe, monitorando cada etapa do fluxograma de processamento do projeto, que se inicia nas pescarias e finaliza na venda no município de Irاندوبا. O foco da análise recaiu sobre como cada procedimento pode afetar a qualidade final da carne, bem como sobre a aferição do tempo total decorrido desde a captura até o transporte para a sede para evisceração e armazenamento em gelo.

O segundo projeto, também realizado durante a graduação, intitulou-se “Percepção Socioambiental de Famílias Ribeirinhas sobre o Manejo de Pirarucu em Duas Áreas de Manejo

na Amazônia Central”. Neste estudo, busquei analisar comparativamente as percepções de famílias ribeirinhas, tanto aquelas que implementaram o sistema de uso sustentável quanto as que não o fizeram, em duas áreas de preservação inseridas em diferentes esferas de governança da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus (Amazônia Central).

Minhas análises fundamentaram-se em um conjunto de entrevistas com comunitários ribeirinhos habitantes destas localidades, cujos dados foram obtidos a partir do Banco de Dados Socioeconômico da Pesquisa Ecológica de Longa Duração: Diversidade da Várzea (PELD-DIVA). O objetivo foi explorar como as distintas experiências e relações com o manejo participativo configuram percepções sobre o território, os recursos comuns e a governança ambiental, contribuindo para o debate sobre políticas de conservação e desenvolvimento local da Amazônia brasileira.

Estas duas experiências me permitiram compreender de perto as fragilidades e potencialidades dessa política pública socioambiental em áreas extremas do Amazonas. Acompanhar as diversas etapas deste projeto, das reuniões à comercialização, pude observar como os conflitos gerados por interesses individuais, dificuldades logísticas (escassez de insumos, estrutura precária) e uma visão, por vezes, excessivamente técnica e produtivista podem enfraquecer a organização coletiva e minar as expectativas de sucesso desta iniciativa. Este olhar crítico aprofundou-se durante minha participação na Residência Agrária da UFAM, iniciativa em parceria com a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização (FAEPI) do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que solidificou meu intento de compartilhar e receber aprendizados acadêmicos no projeto que meus parentes Kaixana tanto almejam implementar.

Sempre tive o desejo de dar continuidade às lutas de meu avô Piranga, para que os lagos do Sacambú fossem incluídos em políticas de conservação que respeitassem nosso modo de vida, pois sabíamos que essa iniciativa poderia fortalecer nosso enfrentamento contra invasores. Assim, diante dessas experiências e do desejo de retornar para acompanhar e participar das pescarias diante da implementação do projeto de manejo de lagos com ênfase no pirarucu que deu início em 2022, tornou-se um impulso decisivo. Foi uma oportunidade de exercitar o “ofício de um engenheiro de pesca” e assim engajar-me diretamente nessa dinâmica. Esta iniciativa conta com a supervisão da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e firmou acordo de pesca no Lago e Sacambú. Esta iniciativa intensificou meu propósito de estar próximo da família e contribuir com um projeto em cujas atividades meus tios pescadores já participavam.

Em 2023, retornei ao município com intuito de contribuir com o manejo de lagos. Contudo, minha permanência não se concretizou como previsto, uma vez que as oportunidades de atuação profissional como engenheiro de pesca – especialmente como responsável técnico – permaneciam escassas, apesar da evidente necessidade técnica local. Foi nesse intervalo que formulei o plano de cursar um mestrado, com o foco na pesca indígena Kaixana e na forma como essa prática dialogava com as nomenclaturas e eventos do discurso conservacionista, ao mesmo tempo em que os tensionava.

No ano seguinte, surgiu a oportunidade de trabalhar com meus parentes, assumindo decisões estratégicas na organização de pescarias, reuniões e alinhamentos, bem como na elaboração de relatórios, documentos e projetos para acesso a crédito e fomento. Retornei com a expectativa de estabelecer no município e coordenar a “Expedição Kaixana”, realizada na Comunidade Indígena Sacambú do Lago Grande. Esta investigação integra o projeto “Ecologia dos Espíritos: conhecimentos tradicionais e conservação da sociobiodiversidade na Amazônia”, aprovado em 2024 via Chamada Pública nº 34/2023 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). Com duração de 2025 a 2027, o projeto financiou as expedições deste estudo de mestrado, que se insere no Eixo II: “Ecologia de espíritos, espécies animais aquáticas e terrestres”. Em consonância com os objetivos desta dissertação, este eixo busca compreender os saberes e as práticas Kaixana sobre o cuidado ancestral dos lagos de várzea e suas relações com a pesca.

Mas para se pensar na pesca na Amazônia é necessário um olhar que atravessa os séculos. Como documentado por Veríssimo (1970), a região vivenciou ciclos de exploração exaustiva desde o período colonial, exemplificados pela caça desenfreada ao peixe-boi até o seu quase esgotamento. Essa lógica de uso predatório dos recursos, que ignora os ritmos da floresta, estabeleceu as bases para os conflitos que observamos hoje.

Em resposta a esse histórico de pressões, surgiram movimentos de reivindicação por parte das comunidades ribeirinhas e indígenas. No final da década de 1980, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), consolidou-se um movimento de preservação de lagos que buscava o zoneamento das águas em áreas de reprodução e áreas de pesca comunitária. Como discutido por Jacaúna (2020), esses "acordos de pesca" representam uma tentativa de governança dos bens comuns frente às invasões e ao livre acesso predatório. No entanto, a gestão desses “recursos pesqueiros”, tema central nas obras de Furtado (1993) e Rufino (2004), revela uma tensão constante: a imposição das normas do Estado sobre o conhecimento tradicional.

Neste contexto, os Territórios Sociais da Pesca, como define Raposo (2019), tornam-se espaços de resistência onde o uso e a apropriação dos recursos nem sempre se alinham às categorias jurídicas oficiais. É nesta zona de atrito que se insere este trabalho. Minha participação na Comunidade Sacambú vai além da observação; trata-se de uma mediação entre o "mundo de fora" com suas leis, relatórios de invasões e exigências de mercado e o sistema complexo de cuidado Kaixana.

Este povo entende que o manejo não é apenas um zoneamento técnico, mas uma relação de respeito e ética ao acessar lugares, sendo mediada por rituais, preparações de banhos, misturas corporais e o uso de elementos como sangue e escamas. Esse sistema prepara o corpo para interagir com seres visíveis e invisíveis, provando que a "gestão" tradicional é, antes de tudo, uma negociação espiritual e existencial com os lugares, mediada por um corpo cosmoperceptivo, que o Estado, muitas vezes, falha em reconhecer.

Neste cenário, tais nuances me fizeram embarcar no desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, de modo que pudesse estudar a forma própria de perceber um lugar por diferentes dimensões, sob os modos Kaixana de descobrir e encontrar lugares específicos e afetivos: as paisagens do Sacambú. Estas são marcadas pelas mudanças cíclicas da água, pelas memórias de infância e pelas pescarias de tambaqui (*Colossoma macropomum*) e pirarucu (*Arapaima gigas*), permitindo compreender as cosmopercepções ambientais e habilidades empregadas nos diferentes modos de pescar, considerando as mudanças sazonais. Este retorno para São Paulo de Olivença, agora como pesquisador, permitiu-me estudar as cosmopercepções Kaixana empregadas na pesca: os lagos, a água, os peixes, as armadilhas e apetrechos, além dos ambientes de pesca. Acompanhar meus tios pescadores e revisitar os lagos onde cresci constituiu, assim, o próprio lócus e o método da investigação.

Deixei São Paulo de Olivença e minhas lembranças ficaram guardadas para não esquecer de tudo o que vivi ao lado de meus avós e meu irmão; ao retornar, procurei encontrar vestígios de minhas lembranças e reencontros, acessando os furos que conectam o Sacambú do Lago Grande. Esse projeto de mestrado me auxilia a reviver todas as minhas lembranças de infância, das pescarias e inevitavelmente das dificuldades que é chegar até lá. Contudo, para contar sobre esse lugar, peço auxílio aos meus parentes Kaixana, que, ao relatarem suas histórias de vida, me ajudam a percorrer a conclusão deste trabalho.

Este estudo antropológico é fruto das reflexões desenvolvidas ao longo de minha formação acadêmica, como já mencionado anteriormente. É, também, composto por todos os resultados etnográficos que constroem o corpo desta pesquisa, advindos das viagens realizadas pela expedição na comunidade indígena Sacambú do Lago Grande e da produção de entrevistas

em áudio e vídeo, com o objetivo de recolher histórias de vida, interações com o ambiente físico e relacional e, principalmente, das habilidades indígenas pesqueiras.

Para fins metodológicos, o conceito de habilidade (*skill*) não deve ser confundido com a noção moderna de "aptidão" ou "capacidade técnica" meramente mecânica; para tal distinção, recorro ao antropólogo Tim Ingold como referencial. A partir da era moderna, consolidou-se uma visão que separa a mente (que planeja) do corpo (que executa), reduzindo a habilidade à aplicação prática de fórmulas mentais preestabelecidas. Em contraponto a essa visão, adoto a perspectiva de Ingold (2000), para quem a habilidade é um processo de habilitação (*enskilment*). Nela, o conhecimento não é transmitido por meio de instruções abstratas, mas incorporado através da imersão em um ambiente compartilhado.

Como veremos nos capítulos que tratam da salga e do manejo, a habilidade Kaixana não reside na "pensabilidade" de um manual de pesca, mas na sintonia sensorial do pescador com a água, com os artefatos de pesca, com o terçado e com a carne do peixe. Ter habilidade, portanto, não é "saber sobre" o tambaqui e o pirarucu, mas sim ter a sensibilidade para responder aos seus movimentos; trata-se de uma inteligência que reside nos dedos, nos olhos, no olfato e no ritmo do remo. Através desta metodologia, foi possível recuperar informações sobre os modos de vida Kaixana, particularmente sobre suas estratégias e habilidades voltadas à manutenção dos ecossistemas de relação. As entrevistas utilizadas neste estudo ocorrem sob a forma de diálogos, realizados em movimento ou em momentos de descanso sentados no quintal de casa, durante viagens e pescarias pelos igarapés, rios e lagos.

Esta pesquisa encontra-se organizada em três capítulos subdivididos em subtópicos iniciando com a trajetória de vida do povo Kaixana, território e pesca, em seguida, parto para as habilidades de descobrir o caminho de pesca, manejo de lagos e peixes, finalizando com as relações mais que humanas e por uma cosmopolítica do cuidado na perspectiva indígena.

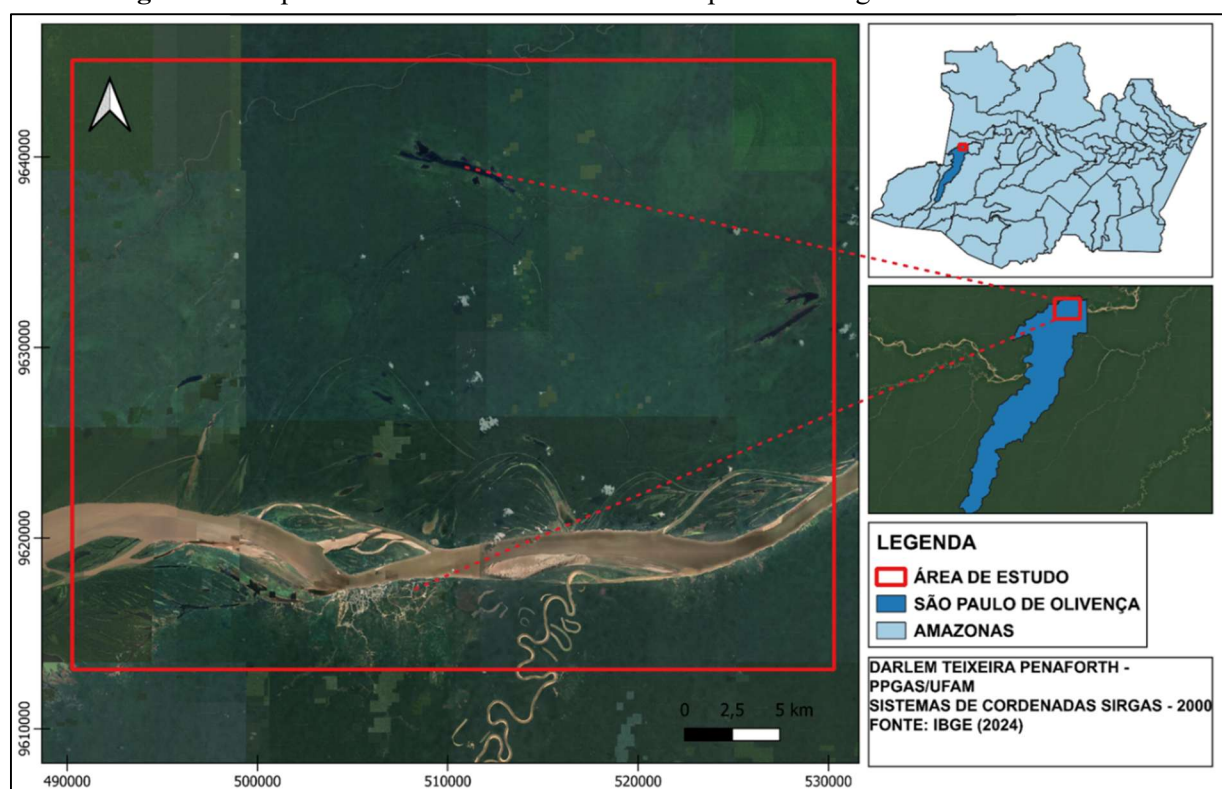
2. Etnografia de percurso

Esta pesquisa participante, realizada junto aos meus parentes Kaixana, dedicou-se a compreender como eles tecem, negociam e ressignificam seus saberes no cotidiano das "pescarias do cuidado". Trata-se de saberes relacionais que se constituem como uma forma de defesa ativa de seu território, um conjunto de lagos e igarapés constantemente pressionados pela exploração ilegal, mas também uma paisagem ressurgente de fartura e calma, guardada na memória afetiva de minha infância, onde se (re)produzem e se tecem habilidades diárias de coexistência multiespécie.

A metodologia que adoto é uma etnografia baseada em percursos, ancorada no envolvimento participante. Nesse contexto, percebi que o primeiro movimento da minha incursão antropológica consistiu em me afastar de concepções acadêmicas prévias, buscando “esvaziar-me” delas para permitir-me uma escuta e uma observação sensível. Essas experiências se tornaram não apenas momentos de registro etnográfico, mas também de reconexão afetiva, com memórias que emergiam a cada paisagem revisitada.

Assim, essa pesquisa concretiza-se ao embarcar em suas canoas, participando de encontros na sede do município, reuniões e pescarias nos lagos, adentrando-os através dos furos e percorrendo os ambientes do Sacambú. No passado, essas canoas partiam de Tonantins/AM - um município vizinho a São Paulo de Olivença -, passavam por Santo Antônio do Içá/AM e percorriam o rio Içá, prosseguindo pelo rio Jacurapá até alcançarem os canos³ do lago, em uma viagem a remo que durava semanas (conforme a noção de percurso detalhada na Figura 1). Após muitos anos de afastamento, tenho convivido por quase dez meses com meus parentes consanguíneos e pescadores Kaixana, interlocutores centrais deste estudo.

Figura 1 - Mapa da área de estudo e itinerários de percurso: Lago Grande e Sacambu.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

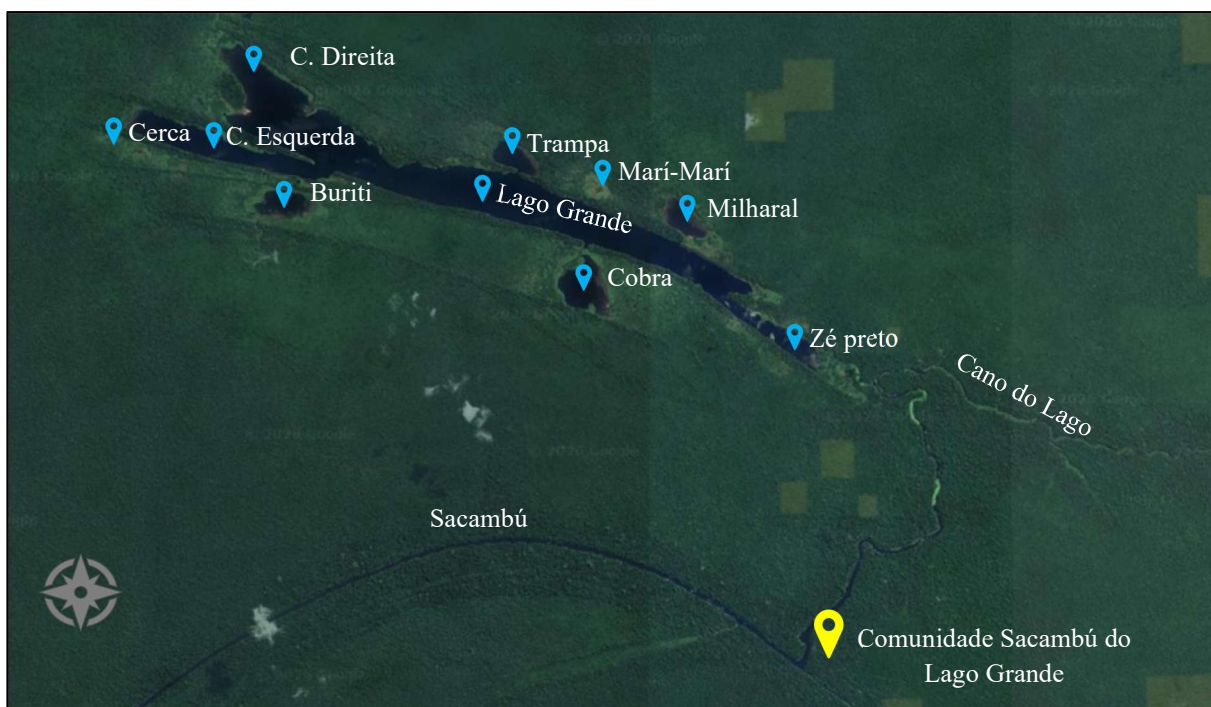
³“Cano” é um igarapé de grande extensão que conecta o lago ao rio Jacurapá e possui aproximadamente 34 km de extensão. Esse igarapé surge da terra firme e atravessa a restinga, ganhando profundidade e largura como um sacambú. É importante notar que o termo “Cano do Lago” foi adotado pelo povo Kaixana ao se referir à delimitação entre o lago e sua saída, que deságua no rio Jacurapá.

O percurso, que se estende de São Paulo de Olivença ao Lago Grande, cobre uma distância aproximada de 23 km em linha reta. Durante os trajetos, participei ativamente das atividades dos pescadores, acompanhando logisticamente cada etapa do processo - iniciado nas viagens e concluído com a comercialização.

Alcançar os objetivos propostos remete à observação participante em meio a esses diversos movimentos do cotidiano, de onde emergem os materiais e estudos etnográficos. São esses "furos etnográficos" - atalhos de compreensão revelados apenas pelo movimento e pela experiência compartilhada, que me permitiram despertar novas formas de percorrer e analisar as relações que configuram a “conservação” das unidades de paisagem ao ato de “pegar peixe”.

As vivências etnográficas foram realizadas tanto na comunidade Sacambú do Lago Grande, uma região de várzea que possui um lago principal chamado Lago grande e mais sete lagos pequenos, sendo eles: Cerca e Mari-Mari ambos entupidos de murerú⁴, Trampa, Cobra, Buriti, Milharal e Zé Preto além de duas cabeceiras a direita e esquerda conforme demonstrado na figura 2, de modo que todos estão interconectados entre si e ligados por um “cordão vital” o Sacambú.

Figura 2 - Delimitação territorial da Comunidade Sacambú e complexo lacustre do Lago Grande.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2025).

⁴ São plantas aquáticas (macrófitas) mais predominantes em igarapés próximos das entradas (fz) de lagos, mas podendo ocorrer em toda extensão dos igarapés. Sendo as mais comuns encontradas no sacambú: mureru, orelha de onça, canaranas, batatarana, aninga, aguapé, gramíneas.

Para conhecer as percepções ambientais Kaixana, devemos analisar as habilidades de pescar, identificar caminhos e preparação do corpo do pescador - um trabalho que dialoga fundamentalmente com a antropologia da percepção. No âmbito desta pesquisa, compreendo percepção não como o simples armazenamento de estímulos sensoriais ou como representação cognitiva do mundo (ver Barbosa et al., 2021; Devos et al., 2019; Ingold, 2018), mas como um “modo de estar em relação” que se constitui no envolvimento contínuo entre corpo, ambiente e outros seres. A percepção é prática em movimento: surge nas andanças, nas remadas, no ato de atar a malhadeira, de ouvir o “choro” noturno dos espíritos no igarapé ou de sentir o deslocamento da água. Ela não se restringe apenas ao olhar, à audição ou ao tato, mas embarca um conjunto de atenções orientadas pela memória e por experiências de diálogos com presenças visíveis e invisíveis.

Nesse contexto, partindo desse princípio de percepção, ocorre a prática em movimento, constituída no envolvimento contínuo entre corpo, ambiente e outros seres, humanos e outras gentes. Para contextualizar essa complexidade relacional, este estudo seguirá por um caminho já traçado por Mauro Almeida, ao defender que o mundo não é unívoco, mas palco de conflitos ontológicos onde diferentes modos de existência se encontram (Almeida, 2013). Seguindo esse diálogo com minhas observações, proponho que o ato de perceber é, ele próprio, o campo onde tais encontros se conectam. Desta forma, compreender esse conceito e afastá-lo de um simples registro sensorial é o que busco na habilidade Kaixana de coexistir em lugares habitados por seres visíveis e invisíveis, sejam nas batidas de peixes nas malhadeiras à noite, gritos noturnos nos igarapés ou, como explora o autor, os sinais da Caipora na floresta (Almeida, 2013). É nesse diálogo sensível e constantemente orientado pela memória e pelas experiências prévias que se tece a malha de significados que investigo.

Nesse sentido, sigo as contribuições da antropologia da percepção baseadas em Ingold (2018); Gibson (1979), Merleau-Ponty (1945) e na antropologia indígena como em Barreto (2013; 2021; 2025a; 2025b), ao mesmo tempo em que reconheço que os relatos de Piranga e de outros Kaixana consanguíneos são eles próprios teorias da percepção, pois descrevem como o saber se atualiza nas práticas de habitar e se (re)configura nas relações com peixes, aves, quelônios, mamíferos, espíritos, árvores, sacambús/igarapés e lagos.

Portanto, é crucial afirmar que este trabalho aspira a ser mais do que uma contribuição em minha formação acadêmica. É um gesto de apoio e um instrumento concreto para participar ativamente no desdobramento do manejo de lagos em que estamos envolvidos, apoiando meus parentes em seu anseio por reconhecimento, perpetuando seus ensinamentos e preocupações ao

cuidar dos lugares para as gerações futuras e honrar a luta daquele que me ensinou não só a pescar, mas a perceber o mundo, meu avô, Piranga.

Dessa forma, esta abordagem metodológica entende a etnografia menos como uma técnica de coleta de dados e mais como um compromisso ético e uma postura de abertura. Trata-se de cultivar uma observação profunda e engajada, o que Tim Ingold (2010) chamou de “educar a atenção” e de praticar o que Isabelle Stengers (2017) descreve como uma “atenção imanente” às forças e aos contextos que tornam as práticas possíveis. Isso implica seguir os fluxos do manejo por diferentes espaços, por meio de observação participante nas assembleias, expedições de pesca, atividades de monitoramento e reuniões de planejamento.

Para aprimorar os saberes, construí diálogos específicos com membros do povo Kaixana reconhecidos pela comunidade como pescadores ou que se autoconsideram detentores dos saberes empregados na pesca. Tais interações permitiram compreender os sentidos das relações com seres espirituais, identificados como “mãe-do-lago”, cujas observações acompanhei de perto, a partir da popa de suas canoas. As técnicas de pesquisa focaram em relatos de histórias de vida com manejadores experientes e novatos, análises de documentos (atas de reuniões, autorizações do IBAMA); registro etnográfico - audiovisual e em diário de campo - das atividades cotidianas e dos rituais de manejo; além de conversas informais e entrevistas semiestruturadas com a rede de atores envolvidos. Como contribuição teórica, busquei fontes no campo da cosmopolítica, conforme proposto por Isabelle Stengers (2018). Esta perspectiva é fundamental para analisar as complexas redes de relações que constituem um lugar ou as problemáticas de projetos sociais, como o manejo pesqueiro.

Nesse viés, a presente pesquisa antropológica propôs-se a descrever as percepções Kaixana sobre os ambientes do Sacambú, analisando as relações de coexistência que configuram as paisagens de pesca do pirarucu e do tambaqui. Objetivou-se, assim, compreender o conhecimento ecológico Kaixana a partir de seus próprios modos de perceber e coexistir, “sem reduzi-lo” a “parâmetros técnicos” externos. Para tal, analisaram-se, a partir da cosmopercepção indígena, a dinâmica sazonal, os critérios de escolha dos locais de pesca no Sacambú, a integração entre técnicas e relações cosmológicas, além das “gestações” dos saberes pesqueiros entre gerações e suas interfaces com projetos de preservação da sociobiodiversidade.

3. O Povo Kaixana: Trajetória, Território e Pesca

Para dar início à trajetória até a chegada dos Kaixana em São Paulo de Olivença, tudo se inicia quando Francisco Penaforte de Azevedo e Souza, acompanhando seu pai Antero Penaforte, vindo da região Nordeste do Brasil, encontrou no Amazonas a oportunidade de

trabalhar com a troca de mercadorias pelo látex de seringa em lugar chamado “CÁ TE ESPERA”, que acha localizado no lugar Sacambú do Lago Grande, situado no rio Jacurapá como apresentado nos documentos disponibilizados pela Associação das Comunidades Indígenas Kaixana (AIKA).

Chico Penaforte, como era chamado, foi comerciante e professor de matemática, ministrando aulas em São Francisco - atualmente um bairro do município de Tonantins/AM. Lá, casou-se com Jacinta Ataíde, originária daquele lugar e pertencente ao povo Kaixana. Juntos, tiveram seis filhos: Onofre Antônio Penaforth de Souza, Altamira Penafort de Souza, Hilda Penaforth de Lima, Terezinha Penaforth Alves, Leonides Penaforth de Souza e Elvira Penaforth Pinto. Esse enlace deu continuidade a um povo de traços singulares, oriundo da mistura, mas que, nem por isso, “perde” seu modo de vida e sua memória de um povo indígena habitante histórico do alto Solimões. Tenho primas de pele parda e de cabelos e olhos claros sobre as quais se diz: “quem vê não diz que é indígena”. Diante dessa diversidade de corpos, enfrentamos preconceitos e questionamentos identitários até hoje.

Antero, seu pai, não era diferente dos demais seringalistas daquela época; o primeiro passo foi o de se estruturar rapidamente, subindo a calha do rio Içá levando consigo mercadorias e a força de trabalho de ribeirinhos (que seriam os pescadores não indígenas de Tonantins) e indígenas Kaixana, que cortavam seringa em suas longas estradas, próximas ou não do barracão. Em cada Estrada de Seringa, arrendavam áreas onde houvesse grandes concentrações da seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Onofre, um dos filhos de Chico, nasceu em 12 de junho de 1932. Desde criança já sabia pescar - aprendeu com sua mãe detentora dos saberes e habilidades pesqueiras. Aos oito anos, perdeu um dedo após arpoar uma piraíba: a corda do arpão enrolou em seu dedo do pé. Me contou que passou seis meses cuidando do barracão de seu pai antes de completar 16 anos de idade, relembrou: “Eu passei seis meses lá só eu e Deus, mamãe chorava, eu fiquei lá cuidando das mercadorias do papai”. Dentre as mercadorias guardadas nesse tipo de armazém, estavam aquelas descritas como: “providas de aguardente, tabaco, gêneros alimentícios, panos, munições, medicamentos, sal, água de cheiro e todas as quinquilharias que possam estimular o trabalhador a gastar prontamente o salário” (RIBEIRO, 2017, p. 28-29). Esta ocupação das terras por grandes comerciantes que se relacionavam com os povos indígenas locais, como os Kaixana, aqui no caso meu bisavô e tataravô, também é descrita por Ribeiro (2017) do ponto de vista da população indígena, enfatizando a prática ambígua, de reciprocidade, afeição e exploração promovida pelos comerciantes seringalistas.

Meu bisavô Chico Penaforte regulariza as terras, hoje chamadas de Sacambú do Lago Grande, local onde se extraía o látex da seringueira que abastecia o mercado internacional de borracha. Seu pai, Antero, mantinha o monopólio do comércio local e fazia de seus “empregados” sujeitos sob seu controle. Após alguns anos da morte de Antero, Chico Penaforte, deu início a uma nova forma de arrendamento, inserindo nos negócios os lagos para pesca de pirarucu, jacaré e quelônios.

Em 1903, foi a data que Francisco Penaforte de Azevedo e Souza utilizou-se de um acordo de requerimento, baixado do Decreto nº 169 de 1 de julho de 1897, apresentando as dimensões e demarcação procedida em lote de terras com extensão de um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta metros quadrados (1.975.250 m²), com um perímetro de dez mil, trezentos e dez metros lineares (10.310 m), sendo reconhecido pelo Título definitivo do Estado do Amazonas em nove de janeiro de 1903.

Ao longo desse processo histórico de formação da parentada Kaixana no município de São Paulo de Olivença, inicia-se quando Chico Penaforte, a plena, irrestrito e irrevogável consentimento, deixa as terras de CÁ TE ESPERA como herança para meu avô, Onofre, para que possa usa-las, transferência efetivada como demonstra uma declaração de junho de 1981, declarada por suas cinco irmãs. Neste mesmo ano, o lugar chamado CÁ TE ESPERA tornou-se a Comunidade Indígena Sacambú do Lago Grande, sendo registrada no Cartório de Imóveis e Protestos de Letras de São Paulo de Olivença, conforme apresentado nos documentos em anexo.

Após casar-se com Darcy Teixeira Penaforth e constituir uma família, nasceram dez filhos, sendo eles: Ézio (conhecido por Zito), Otemar, Gilberto, Valdenez (conhecido por Passarito), Hilton (conhecido por magro), Francisco (conhecido por Chico), Leonila, Dilcinha e Jorge, além de Aldevina, que faleceu em 2000, deixando dois filhos sob os cuidados de seus pais, sobre os quais abordarei mais a respeito ao longo deste estudo.

Com pouco mais de cinquenta famílias, o povo Kaixana atualmente encontra-se majoritariamente em contexto urbano, no município de São Paulo de Olivença. Essa diáspora recente não apaga, contudo, a profunda ligação com o território ancestral, mas após sua saída do “centro” aumentaram as pescarias comerciais por pescadores invasores; esse povo, enquanto vivia em lagos, sempre exerceu o ofício de cuidar desse lugar de coexistência.

A chegada da família fundadora ao Alto Solimões é um marco de resiliência. O casal Onofre e Darcy, na companhia de seus dez filhos, remou de São Francisco (atual município de Tonantins-AM), prosseguindo pelo rio Tonantins, rio Içá e, finalmente, pelo cano Jacurapá, até alcançar os aterrados do Sacambú, uma região lacustre conectada ao mais oito complexo de

lagos que lhes proporcionou refúgio, oferecendo terra, água e sustento para a perpetuação da família.

A presença Kaixana nas terras firmes da região é antiga. O mapa da bacia Amazônica, elaborado pelo missionário Samuel Fritz em 1691, já registra sua ocupação, tendo sido plotada "às margens do rio Tonantins, onde ainda moram seus descendentes", com evidências que "apontam para as antiguidades da ocupação na extensão de terra firme que vai do rio Tonantins ao igarapé Copeçu" (FRITZ, 1691 apud ITACARAMBY, 2006, p. 1). A jornada do casal fundador, partindo de Tonantins (a aproximadamente 174 km de São Paulo de Olivença) e seguindo pelos meandros do rio Solimões), reforça essa história de mobilidade e luta pela existência.

Em diferentes lugares onde moraram, como a *Ilha do Maruim* e o *Paraná-das-Panelas*, Onofre, sempre um exímio pescador, desenvolvia diversas alternativas de trabalho. Como ele mesmo afirma: "Eu era mariscador de pirarucu, e naquela época os comerciantes não compravam peixe não, porque tinha muito, eles trocavam com mercadorias como: açúcar, café, cortes de pano, querosene". A chegada aos aterrados do Sacambú (ou Centro), localizados defronte ao município de São Paulo de Olivença, marcou a consolidação de um novo núcleo territorial.

Em 1974, Onofre sai em busca de outra alternativa de renda pelas estradas das restingas do Sacambú e leva consigo mais quatro filhos para "cortar seringa". Para relatar a relação do povo Kaixana durante o período de comercialização da borracha no Amazonas, nas conversas em uma manhã, na casa do Cacique, tomávamos café eu, Leonila, Hilton Francisco e Onofre, conversávamos a respeito das idas e vindas para o Centro, a respeito disso Hilton me relatou (conforme minhas notas de campo):

Nós fomos pra morar mesmo em 1982 naquela alagação grande. Quando nós começamos a cortar seringa mesmo com esse daqui (se refere a Chico), foi em 1974, esse daqui levou nós na marra (aponta para Onofre, seu pai) pra lá, pegou minha bolsa e minhas roupas, e disse: você vai!

Naquele momento, Chico entra na conversa e fala:

"Fugi, me escondi, mas não teve jeito"

Hilton Continua:

Era ele que mandava, chorei muito porque nunca tinha deixado minha mãe, foi eu o Chico, o Zito e o Otemar, só nós quatro entramos pra nesse Centro. Quando escutava calango correndo na estrada, corria com medo, era criança, eu tinha nove e o Chico tinha 8 anos, era 1974. Nós passamos quatro meses né "Perna", tu acompanhava o Zito e eu com Otemar, acompanhando, nos víamos

como eles cortavam seringa com a faca, com quatro meses eu pedi uma faca, Papai dê uma faca pra tirar Seringa pra nós, não vocês vão matar a seringa (Piranga respondia), rapaz a gente chegava uma hora da tarde pra defumar e terminava já era três horas da tarde. Quando nós começamos a ajudar o Zito e o Otemar (irmão mais velho), quando era onze e meia tava tudo defumado, aí nós fecháva o corte muito cedo. Quando eles estavam lá em cima nós já estáva colocando a tigelinha (objeto de armazenamentos do látex), eles desciam de lá e já tava no jeito. O tio Balaio irmão do papai de criação, quando ele caiu da estrada, tava com quatro dia que não cortava porque não podia andar, aí o Chico disse, mano vamo cortar seringa pro titio pra ajudar? Bora, “vocês sabem cortar”, nós já tinha aprendido com nosso irmão, bora titio nós vamos ajudar com quatro dias de corte pro senhor. Eu com Chico cortamos pra ele, tiramos leite, aí pra defumar era com ele. Aí nós ficamo lá, nós passamo o ano todinho, lá. O fabrico mesmo era desde o começo do ano, eram doze meses que tinha que ficar ali, não chovia não, era sol mesmo de verão, não chovia não, jabuti ia beber água na beira do Sacambú que não tinha água, nos achava jabuti na beira do Sacambú logo na estrada, eu falava um bora, nos escutava pra cá “foguet” (fogos de artifício em SPO), caminhão, trator, agente não sabia nem pra onde ficava (se referindo a localização e os caminhos para chegar até SPO), e tu pensa que andava gente pra lá como anda agora? Não andava ninguém, nesse sacambú daqui pra li a gente via aqueles reboiço assim de tambaqui chega tava aquela roda, demora saia outro lote, com nove anos não tinha nem força com a ártia, eu pegava e arpoava assim no meio com as duas mãos, era só jogar, era cada uns tambaqui, nós arpoamos dois.

Leonila relembra:

Papai armava a malhadeira no forquilha (uma pequena confluência do igarapé Sacambú que deságua no lago) pra quele lado da nossa casa, ele dizia: - vamos lá pro lago pra vocês comerem vão lá ver a malhadeira (fala de seu pai), ia eu e a Dica (como era chamada sua irmã Aldevina), e a Dilcinha, chegava lá, chega o bicho tava puxando, três grandão (se referindo ao tambaqui grande) eu que tirava, a dica era medrosa.

Hilton fala sobre a ida com toda a família:

“Fomos pra lá em 80, fomos no motor de centro”.

Os primeiros contatos com “o centro” para os Kaixana foram marcados por sua resiliência e trabalho pesado desde a infância. Esse povo é, em grande medida, reconhecido a partir da luta incansável desse “velho” Onofre, o cacique Piranga, que sempre travou batalhas em busca de direitos. No Sacambú do Lago, dois aterrados⁵ se destacam: o aterrado próximo

⁵ São locais onde os indígenas carregaram terras para se proteger das inundações e construir suas casas (Penaforte, 2020), com o intuito de construir não somente os tapiris, ou seja, o modelo de casa Kaixana, na década de 1980, quando estes indígenas moravam no Sacambú. O tapiri é sua primeira habitação e, ao longo dos anos, sofreu novas roupagens, com a utilização de alumínio no lugar da palha e tábuas no lugar do assoalho de paxiúba. Reconstroem novas formas de relação e ressignificar essas pequenas casas, utilizando lonas, telhas tipo zinco, não por perderem

do Piñá⁶, local futuro de revitalização da comunidade, foi onde a família se estabeleceu por quase vinte anos antes da migração para a sede urbana de São Paulo de Olivença, em sua grande maioria no bairro de Santa Terezinha do município.

Atualmente, meus parentes, vivendo em contexto urbano, ocupam cargos significativos, como professores, gestores, representantes da FUNAI local e funcionários de secretaria escolar. Essa profissionalização, no entanto, não altera a expertise fundamental do povo: a pesca. O Kaixana é um especialista na pesca, pois utiliza diferentes estratégias que se relacionam intimamente com o movimento da água, o tempo e o período sazonal. Ou seja, a escolha da tática e do apetrecho específico segue uma percepção fina de como a paisagem de um cóiu⁷ está sendo configurada, de acordo com o comportamento dos cardumes. Esse conhecimento profundo sobre o "pulso das águas" (JUNK; BAYLEY; SPARKS, 1989) foi sendo atualizado ao longo do tempo, respondendo tanto às mudanças climáticas quanto às dinâmicas de pressão por pesca e histórico de exploração. Desse processo surgiram as maneiras de reconexão que garantem o sustento familiar. Nesse contexto, a pesca Kaixana está muito além do ato de "pegar peixe". Ela envolve um saber na prática e um conhecimento comportamental de peixes e água, articulando técnicas corporais à “cosmotécnica” (Santos, 2025) específica dos apetrechos. É este saber, gestado na longa trajetória entre Tonantins e o Sacambú, que orienta as habilidades de saber o caminho que passaremos a explorar.

O povo Kaixana possui atualmente 6.236 pessoas, segundo os resultados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Associação da Comunidade Indígena Kaixana foi fundada em 2006 pelo cacique Onofre Antônio Penaforth de Souza, que lutou pelo reconhecimento de seu povo ao registrar sua trajetória indígena em

seus traços culturais, mas para restabelecer novas formas de utilizar objetos atuais que facilitam a construção de seu tapiri.

⁶ É um cóiu formado pela movimentação do cardume de peixes. Ao formarem tais lugares, utilizam-nos para desovar. Além de peixes, podem ocorrer tracajá, tartaruga e o boto vermelho. Este lugar não possui uma localização fixa, mas seus remansos, próximos ao aterrado, são reconhecidos como Piñá – um lugar que (re)produz a vida. Piranga relata que debaixo das águas tem pessoas morando lá, escutam sons e galo cantar. "Os peixes vêm desovar aqui no Piñá", segundo ele. As características do remanso são águas com movimentos contínuos, dado o seu formato em curva (meandro) nessa parte do igarapé de frente ao aterrado onde localiza-se a Comunidade, que proporciona esses movimentos da água.

⁷ Os peixes reconhecem cada parte do Sacambú. Eles andam pelo fundo dos igarapés; eles sabem onde podem ficar ou não. Existem seus donos que os guardam. Este lugar possui uma configuração específica, na qual detém a capacidade de modificá-lo, transformando-o em uma paisagem, como a de um “remanso”, por exemplo. Porém, nem sempre pode ser um remanso, mas pode ser um lugar estratégico de fuga, como embaixo de aminguais nos lagos nos períodos de seca, ou em baixos de âmagos no fundo do igarapé ou lago. Essas árvores do fundo produzem movimentos ideais para seus filhos crescerem após a sua reprodução. Esses movimentos da água, como os produzidos em alguma volta dos igarapés, são observados pelo pescador Kaixana, que pode relacioná-los a um cóiu. Para os peixes, esta paisagem possui uma "visibilidade" que nós não enxergamos, por isso a dificuldade de encontrá-los. Eles também têm seus históricos de tensões com pescadores de más interações; alguns desses lugares os Kaixanas renomearam, porém, como dito anteriormente, não possuem um ponto específico.

sua primeira viagem a Brasília, quando apresentou as fichas cadastrais com o nome de cada parente membro da associação que fundava. A população Kaixana que vive em contexto urbano, na sede do município, atualmente conta com 56 famílias associadas. Dentre elas, destacam-se 12 famílias que participam diretamente do projeto de manejo da pesca e integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Indígena), comercializando pirarucu proveniente da pesca sustentável dos lagos em 2024.

Dada a importância de organizar a AIKA, o movimento em torno do manejo de lagos abriu margens para consolidarmos diálogos sobre o futuro da associação, discutindo a situação atual das diretorias, do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do pagamento das mensalidades pelos associados e da abertura de conta corrente da pessoa jurídica da associação. Em fevereiro de 2025, iniciaram-se as primeiras reuniões para tratarmos de assuntos dessa magnitude. Esses encontros ocorriam sempre a partir das 19h30 da noite nos finais de semana; todos, em volta da sala, contavam histórias, sorriam, relembavam antigas pescarias – é um momento de união e muitas gargalhadas.

Colocar em diálogo as forças e as fragilidades e buscar alternativas para sanar tais dificuldades sempre foi o propósito da associação fundada pelo Cacique Onofre, desde 2006. Leonila, pescadora Kaixana e filha de Piranga, respondeu como presidente da AIKA de 2018 a 2024 e, percebendo as dificuldades que a associação enfrentava e a necessidade de formar uma nova diretoria, decidiu organizá-la novamente, contando com o apoio de Walter Júnior, um pedagogo Kaixana que luta pelos direitos de seu povo.

Meus parentes se reúnem na casa do Cacique para a apresentação da nova chapa que assumiria a diretoria da associação em fevereiro de 2025. É um momento de diversão e alegria: os netos rodeiam a mesa e correm pela casa, e quem mais se alegra com esses encontros é Piranga, que sente falta deles. Esse dia marcou também o retorno de alguns parentes que, há muitos anos, estavam separados em outros municípios, sendo uma oportunidade de reencontro mútuo.

A composição de uma nova liderança conta com um trabalho voluntário, sem fins lucrativos, o que requer tempo adicional para desenvolver tais atividades - fator que dificultou o ingresso de alguns Kaixana que já desenvolvem atividades em tempo integral. A maioria dos jovens Kaixana encontra-se em outros municípios realizando cursos de nível superior. Isso ocorre porque a formação profissional no contexto local é ofertada predominantemente por meio da Educação a Distância (EAD), modalidade que, na maioria das vezes, torna-se inviável devido às limitações de infraestrutura e às demandas pedagógicas que não se adequam à realidade territorial.

Figura 3 - Assembleia geral para eleição e definição da nova diretoria da AIKA (gestão 2025-2027).



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025)

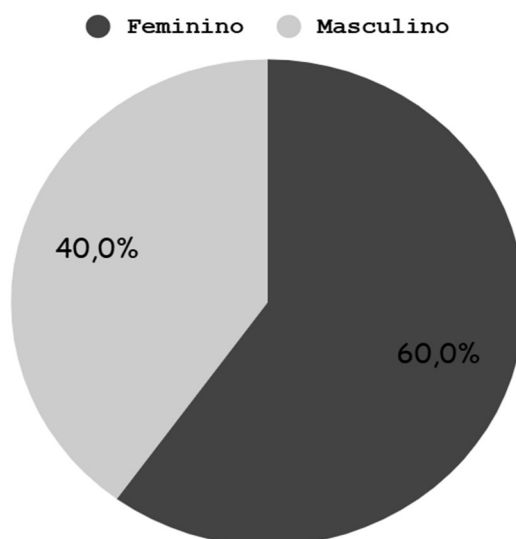
O mais comum é que, após o término do ensino médio, o Kaixana deixa seu território em busca de qualificação profissional, deslocando-se para outros municípios onde estão as instituições de ensino superior públicas. Mais próximo de São Paulo de Olivença, subindo o Solimões, está o município de Tabatinga, que conta com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e Benjamin Constant, com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ou mesmo a capital amazonense, Manaus. Tal dinâmica deixava em aberto a formação de chapas e resultava em baixa procura por representantes Kaixana dispostos a integrar a nova diretoria.

Diante desse contexto, após o retorno de alguns desses jovens, no decorrer da reunião foi organizada uma nova chapa para concorrer à diretoria da associação. Todos os presentes votaram e concordaram por unanimidade com um mandato de três anos à frente da AIKA. Esta equipe contava com o apoio de três pedagogos e demais parentes com formação de nível superior.

Durante a primeira reunião, foram realizadas entrevistas em forma de conversa com um total de 26 Kaixana participantes, dentre os quais a maioria era composta por mulheres (60%), como demonstra o gráfico apresentado a seguir. É importante notar que esse número expressivo de mulheres se dá por seu interesse em participar diretamente e indiretamente em programas sociais, como no caso do manejo de lagos. A grande maioria dos parentes Kaixana possui

formação acadêmica e técnica, sendo muitos deles pedagogos, agentes de saúde comunitária, enfermeiros, antropólogos, licenciados em letras, pedreiros e autônomos.

Figura 4 - Representatividade de gênero nas políticas sociais de interesse comunitário.



Fonte: Elaboração do autor (2025).

É importante salientar que a grande maioria dos Kaixana com formação de nível superior encontra-se contratada por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), realizado anualmente pelo poder público municipal. Dentre esses profissionais, constam: seis pedagogos, duas enfermeiras, uma antropóloga com mestrado, um administrador de empresas com mestrado em Antropologia Social, um professor de Biologia e Química e uma professora de Letras. Na pesquisa realizada, a maioria dos participantes declarou depender diretamente de programas sociais (42,3%), como o Bolsa Família, seguida da pesca (38,5%), 23% de cargos públicos (sejam estatutários ou contratados) e 11,5% complementam sua renda por meio da agricultura.

Essa nova configuração social do Kaixana em contexto urbano reforça que a pesca ainda se sobressai acima de outras formas de conseguir renda, apesar das dificuldades de navegar pelos percursos e pelos ambientes de pesca do Sacambú. Dos nove filhos do cacique Piranga e Darcy, todos são pescadores, sendo apenas cinco que atuam nessa atividade produtiva. Após a saída dos Aterrados do sacambú, Piranga incentivou seus filhos aos estudos, o que repercutiu na formação de dois filhos em Licenciatura em Pedagogia, desses, um é Coordenador Técnico Local da FUNAI-Local na sede municipal, outro tem formação técnica como pedreiro; os demais têm ensino fundamental completo. Deste total, sete são pescadores associados a colônias e associações de pescadores.

Vem-me à memória da infância quando chegávamos das pescarias na casa do Cacique: trazíamos tracajá, tambaqui salgado, pirarucu e caças como manguari, mergulhão, carará e guariba. Era uma animação, muita gente em volta, quebrando tracajá, tratando peixe, cortando lenha e fazendo fogo, minhas tias faziam sarapatel e mujica. Esse encontro, outrora, tem hora marcada; um convite chega ao grupo da família intimando que todos compareçam, as correrias da vida em decorrência da nova conformação social do contexto urbano e as circunstâncias de acesso a “melhorias na qualidade de vida” fazem desse povo uma nova realidade da vida.

Em São Paulo de Olivença buscaram por escolarização e profissionalização para alcançar o mercado de trabalho, uma vez que a empregabilidade no interior do Estado do Amazonas gira em torno de contratações temporárias, nas quais exigem formação específica ou ensino fundamental e médio concluídos, em sua grande maioria para o cargo de professor.

O projeto de manejo de lagos, com ênfase no pirarucu, completou quatro anos de existência. A etnia Kaixana participa dessa iniciativa a partir de seus modos tradicionais de vida, enfrentando significativos desafios organizacionais e logísticos para sua consolidação. Entre as principais dificuldades estão a falta de ferramentas essenciais, como: embarcações (botes, canoas de madeira e alumínio); motores de popa ou rabeta; meios de transporte, como triciclos ou caminhonete para o transporte de peixes; infraestrutura de processamento (mesas para beneficiamento); equipamentos de armazenamento; apetrechos de pesca (malhadeiras, arpões e cordas); e uma sede estruturada para apoio e reuniões.

Além disso, os acessos aos lagos e sacambús apresentam obstáculos críticos, tanto no período de enchente quanto na vazante/seca, elevando os custos no monitoramento das áreas de conservação, pois os gastos com traslado são custeados pelos próprios manejadores. A cota de pirarucu liberada em 2024 foi de aproximadamente 280 peixes, quantidade que os Kaixana não conseguiram capturar integralmente devido às limitações logísticas, à baixa participação de manejadores e à escassez de artefatos de pesca específicos.

O Acordo de Pesca - firmado entre os pescadores Kaixana e o corpo técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) local - estabeleceu, de forma conjunta, a divisão do território de pesca em quatro categorias de uso como base para o manejo de lagos.

A classificação dos ambientes do Sacambú ficou definida em:

- Lugar de Preservação: Destinado exclusivamente à reprodução das espécies (desova), onde a pesca é permanentemente proibida.
- Lugar de Manutenção: Destinado à pesca para o consumo direto da comunidade Kaixana.

- Lugar de Manejo: Destinado à pesca, de caráter temporário, depende de autorização prévia do IBAMA.
- Lugar de pesca comercial: Destinado à pesca comercial, que deve obedecer integralmente à legislação ambiental em vigor.

Os lagos que compõem cada uma dessas categorias no Sacambú estão listados e detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 - Categorias de lagos: Preservação, Manutenção, Manejo e Comercial.

Lago	Categoria
Cano	Preservação
Cerca	
Zé preto	
Buriti	
C. Esquerda	
Sacambú	Manutenção
Marí-Marí	
Lago Grande	Manejo
Cobra	
Laguinho	
Cano do Lago Grande	
Trampa	Comercial
Milharal	

Fonte: AIKA (2025).

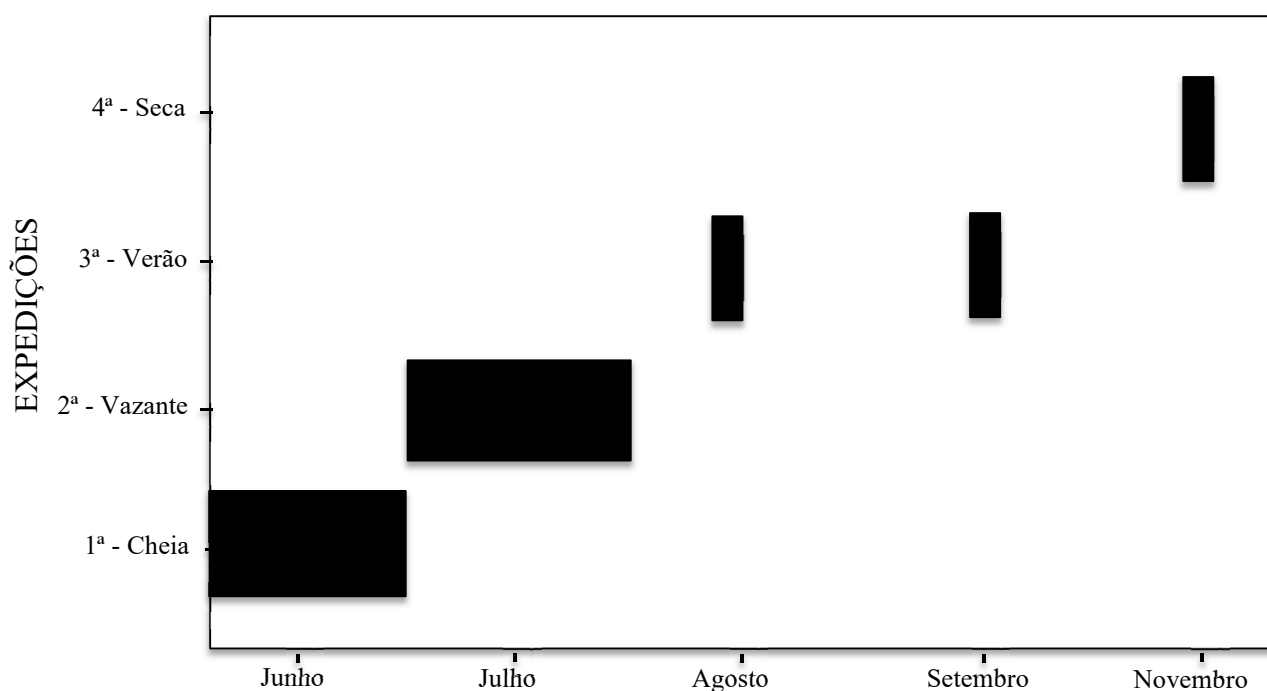
4. Início do percurso

Parti da capital amazonense no dia 21 de janeiro de 2025. A viagem, a bordo de um barco do tipo *ferryboat*, durou seis dias subindo o rio Solimões, e chegamos a São Paulo de Olivença em 26 de janeiro. Era uma tarde ensolarada, e eu me sentia alegre por estar retornando à minha terra natal e por ir morar na casa de meu irmão, Darlison. Aquele dia marcava o início de um trabalho que eu ainda buscava aprender a fazer na área da antropologia.

Já em solo paulivense, busquei traçar um diálogo com as lideranças indígenas Kaixana, primeiramente com a presidente e segunda cacique Leonila; em seguida com Walter, um Kaixana que sempre lutou pelos reconhecimentos e direitos de seu povo. Assim, organizamos uma reunião na qual pude apresentar minha proposta de mestrado e discutir minha contribuição para outros assuntos relacionados ao Manejo dos Lagos. Minha ideia inicial seria percorrer as expedições ao longo dos quatro períodos do ciclo sazonal; assim, poderíamos verificar como ocorrem os acessos à comunidade em diferentes picos de inundação. A Figura 5 apresenta uma

linha do tempo das expedições de campo, estruturada conforme os períodos sazonais característicos da região: enchente, cheia, vazante e seca (Junk *et al.*, 1989).

Figura 5 - Cronograma das expedições de campo em interface com as fases do pulso de inundação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao todo, foram realizadas quatro expedições à Comunidade Sacambú do Lago Grande, conforme o cronograma apresentado. A primeira ocorreu durante o ápice da cheia, entre os dias 2 e 13 de junho, quando a região ainda apresentava elevados níveis de inundação. A segunda etapa do campo deu-se no período da vazante, de 15 a 22 de julho de 2025. A terceira expedição foi realizada entre 1 e 5 de agosto, sob a influência do verão amazônico, que marca o início da seca na região. Por fim, a última incursão ocorreu de 13 a 20 de novembro de 2025, durante o período de seca plena. Além das expedições, realizou-se uma viagem no mês de setembro à comunidade Curupati, para participação em uma reunião sobre o Manejo dos Lagos. Ao longo dos capítulos, abordarei tais expedições sem observar, necessariamente, uma ordem cronológica; pretendo, em vez disso, descrever memórias suscitadas ao revisitar cada lugar.

As primeiras conversas com os meus companheiros de pesquisa, antecedendo nossa primeira “expedição” ao Sacambú, ocorreram em fevereiro de 2025, no município de São Paulo de Olivença (Figura 6). Na ocasião, foi apresentada a finalidade do projeto de Mestrado em Antropologia Social aos Kaixana Piranga, Hilton, Francisco, Leonila, Gilberto e Eller. Como

experientes pescadores, eles participaram ativamente do processo, tornando-os principais interlocutores deste estudo e os guias que orientaram minhas remadas e percepções em campo.

Figura 6 - Início de um diálogo: apresentação do projeto de mestrado.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025)

Para a realização do trabalho de campo, esses diálogos com os pescadores foram fundamentais para não errar na quantidade de materiais e assim decidirmos o melhor “trajeto”. Escutá-los era a melhor forma de acertar em todas as etapas da pesquisa e, assim, saber ou decidir qual a melhor forma de chegar ao Sacambú, considerando o nível e ciclo da água.

Decidir a melhor logística e os modos de acessar a comunidade e, consequentemente, os locais de pesca dentro do território Kaixana exigiu um planejamento antecipado, pois a cada período se configura uma nova investida mata adentro. Apesar de todo o esforço, nos deparamos com árvores caídas nos furos dos igapós. Caminhos que eram navegáveis já se encontravam em terra, sendo necessário abrir novos acessos – ou, como no caso da vazante, a abertura de novos caminhos no capinzal dava início a um novo varador, feito no meio do cano entupido de canarana, murerú e aguapé. Tal deslocamento até a comunidade não é apenas um percurso geográfico, mas um saber prático que mobiliza uma cosmopercepção do ambiente. Ele demanda o conhecimento do ciclo das águas, o manejo da navegação e a manutenção de relações de equilíbrio com a mata e o ser “Donos” do lago, invocando uma memória entre caminhos antigos e novos, navegando por um cenário em constante transformação.

Ao embarcar no estudo do conhecimento Kaixana, precisei repensar o próprio sentido de “conhecimento”, afastando-me da noção de mero acúmulo de informações transmitidas entre gerações. Voltar-me para os lugares, experienciar, perceber e remar em conjunto a canoa do desdobramento e aprendizado tornou-se forma de participação afetiva, aprendendo ao me relacionar mais profundamente com meus tios pescadores em uma verdadeira correspondência de cuidado, como também me inspira o antropólogo Tim Ingold (2015) ao tratar do *enskillment*.

Para cada expedição no território Kaixana realizou-se uma reunião. Na primeira expedição, ainda no inverno, já era fim do mês de maio de 2025, período de enchente, fui a casa de Piranga e conversamos sobre os caminhos de pesca. A casa do Cacique é o local de encontro e reuniões, onde residem dois interlocutores, o pescador Hilton e Leonila. Para lá me dirigia, geralmente pela manhã, chegava cedo, enquanto se organizavam para mais uma de suas pescarias no rio Jandiatuba, que fica próximo de SPO em torno de duas horas descendo e quatro horas subindo o rio Solimões.

Na companhia de Chico, conversavam sobre os tipos de malhadeiras que levariam e a quantidade de gasolina. Esses momentos eram ideais para dialogar sobre seus conhecimentos acerca das pescarias e tirar dúvidas sobre quais caminhos de acesso e sobre a quantidade de insumos necessária para os dias de expedição ficando decidido de irmos pelo Furo do Veado, descoberto por Piranga e seu filho Passarito, como estava no período de cheia seria um trajeto mais rápido e já haviam caminhos feitos nos igapós.

Figura 7 - Trilhas da pesquisa: Varador do Veado.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025)

Os encontros na casa de meu avô eram diários com o apresentado na figura 7, nestes diálogos definimos os melhores caminhos até Lago Grande. Nas conversas, discutíamos como faríamos nossas pescarias, e para honrar essa perspectiva e evidenciar como o deslocamento é

compreendido e narrado localmente, optei por apresentar o relato do monitor de manejo de lagos, Eller Lucas, não como citações fragmentadas, mas como um texto narrativo integrado, registrando a descrição do trajeto tal qual sua forma de falar.

O trecho a seguir é, portanto, uma reconstituição etnográfica baseada nas conversas realizadas em maio de 2025, que mantém sua lógica descritiva, seus termos técnicos locais e sua cadência narrativa. Funciona como um mapa falado do acesso ao território, um documento do campo que incorporou à análise.

4.1 Furos de acesso ao Sacambú, e Lago Grande segundo Eller

A viagem pelo rio Jacurapá começa em São Paulo de Olivença. Percorrendo de 10 a 15 quilômetros subindo pelo Solimões até o acesso chamado como furo Santa Fé. Lá, entramos pelos lagos do Cuiria e do Acará. O trecho entre o Santa Fé e o Jacurapá dura cerca de sete horas de navegação. Mais três horas são gastas subindo o próprio rio Jacurapá até a entrada – o que chamamos de cano – do Lago Grande. Esse é o melhor caminho, mas isso depende muito. Depende de como tá a situação do cano. Em condições normais, talvez 85% dele seja navegável. O restante temos que tá atentos porque são trechos bacho e com árvores caídas que bloqueiam o cano, tem os capinzal, murerú orelha-de-onça e outros "matos" – que se enroscam na palheta do motor. Com todas essas dificuldades, gastamos 36 horas de viagem até chegar no cano do Sacambú e depois no Lago. Gastamos 70 litros de gasolina para ida e volta em dois dias de viagem, mas são mais de 40 horas de viagem até chegar no Lago. Na época da cheia, o furo já está com água, fica melhor. Saindo de São Paulo de Olivença, descemos o rio Solimões por uns oito quilômetros e chegamos pelo lago do Paranaquera. Dali, subimos o Parnamirim até chegar no Cano do Inferno, porque passar por esse cano não é fácil; antigamente era só matupá na entrada e tinha que arrastar canoa por cima ou romper, fazendo caminho. Passando o Parnamirim, entramos no cano do Vai Quem Quer. Quando tem água, vamos com motor ligado até na cabeceira do Sacambú, mas quando tá seco, vamos a remo o tempo todo pelo igapó, pois está no período da cheia, cortando cipoal e árvores caídas que fecham o caminho, até chegar no igarapé mais fundo do igapó do Sacambú. Gastamos na base de 20 horas de percurso e 40 litros de gasolina para ir e voltar.

Fazemos esse mesmo percurso do porto de São Paulo de Olivença até o Paranaquera, em seguida Parnamirim, depois Inferno, o tempo todo fazendo caminho no meio dos paranás entupidos por murerús de toda qualidade, uma vez que não tem mais igapos. Tem que romper muito capim como canaranas, bataranas, fazendo caminho no capinzal, até chegar no cano do Pupunheira, onde fica a entrada do “varador do veado”; esse percurso já vamos por terra até na cabeceira do Forquilha. (conforme minhas notas de campo, 2025).

A escolha por manter o relato em fala direta não tem como objetivo reproduzir uma narrativa “informal”, mas evidenciar a forma como o deslocamento é compreendido e narrado localmente. O uso de termos como furo, cano, igapó e paraná não é traduzido nem substituído, pois constitui parte do conhecimento ecológico local que organiza a experiência de partida.

Nesse sentido, o percurso descrito pelo interlocutor revela uma “etnografia de percurso”, na qual tempo, combustível, esforço físico e condições ambientais são constantemente reavaliados.

A narrativa também evidencia como a dinâmica das águas redefine os caminhos possíveis, exigindo adaptações técnicas e ferramentas específicas - como o preparo para eventuais falhas do motor - a depender da sazonalidade. Ao incorporar esse relato, reconheço que o campo começa antes da chegada à comunidade; ele se constrói pelo próprio movimento e na interação com as especificidades de cada acesso. Assim, a lista de materiais para as expedições não era genérica, mas seguia rigorosamente os requisitos impostos pelo caminho.

Definir os materiais necessários para as pescarias e expedições, ouvir as melhores histórias e narrativas de meus tios pescadores: sempre tive apoio e pude contar com a ajuda e o auxílio de um primo. Eller é um jovem Kaixana que está me ajudando como “pesquisador local” com uma bolsa do projeto “Ecologia dos Espíritos”, do CNPq-Amazônia+10, do qual sou pesquisador e coordenador. Crescemos juntos e sempre fomos pescar; dividimos a mesma farinha e o mesmo peixe assado. Sempre pude contar com sua ajuda em quase todas as etapas da minha jornada, como se fosse um irmão.

Figura 8 - Eller, um pescador marupiara.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Neste projeto, estivemos mais próximos. Agora, ele com sua família e uma filha, busca resiliência e perpetuação nas atividades desenvolvidas no manejo do Sacambú, é um dos monitores de manejo participativo de lagos com ênfase no pirarucu e contribui no projeto me auxiliando na “coleta” de histórias, fotografias e descrevendo nossos acessos apontando caminhos. Ele reconhece com muita facilidade cada furo, sabe os nomes e indica com as mãos a direção certa a seguir; sabe por onde prosseguimos sem necessidade de mapa. Suas narrativas auxiliam na descoberta dos furos de acesso, que se modificam a cada novo ciclo da água. Ele faz as descrições de cada expedição, narrando os lugares por onde passamos, pois todos os igarapés de acesso ao Sacambú do Lago Grande possuem um nome e uma história, que configuram seu mapa cosmoperceptivo, sempre atualizado a cada deslocamento. Eller já tem seus cópius, que são unidades de paisagens reconfiguradas na dinâmica da água, onde peixes e humanos se encontram, e que somente o Kaixana consegue identificar. Ele é *marupiará*, ou seja, vai atrás de caça, de aves e de peixes e rapidamente consegue pegar para comermos.

2. CAPÍTULO 1 - HABILIDADES DE DESCOBRIR O CAMINHO

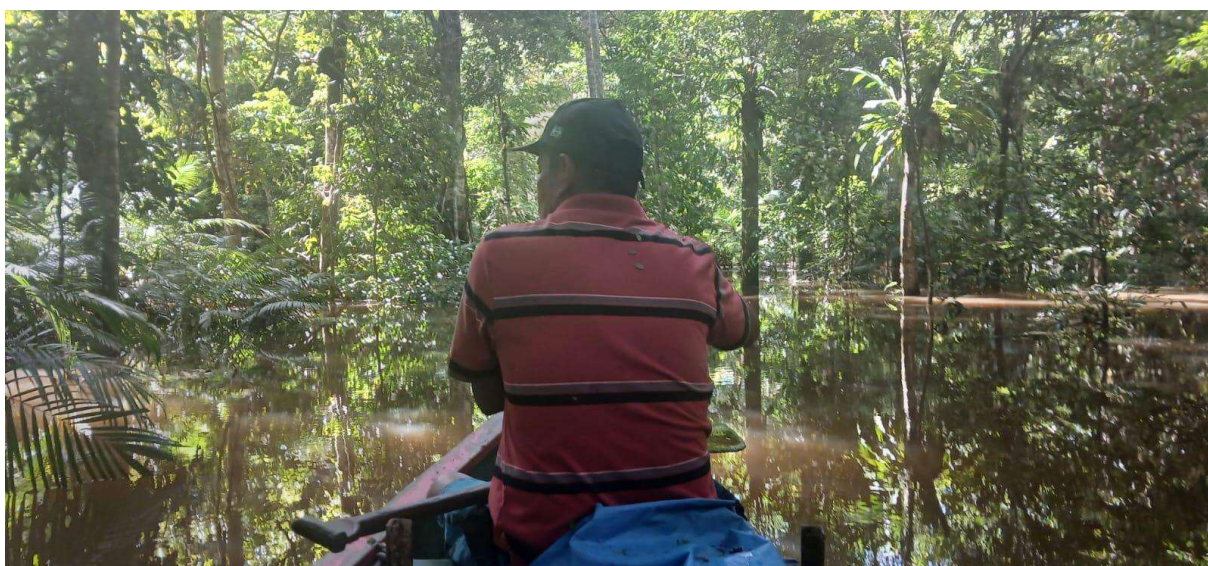
A prática contínua da cosmopercepção ambiental Kaixana, manifestada na atualização constante de seus caminhos, exemplifica o que Ingold (2000) chama de *knowledgeability* (sabedoria prática ou capacidade de saber), em oposição ao conhecimento formal e abstrato. Se Ingold nos oferece a distinção crucial entre o saber “mapificado” e o saber prático, Sautchuk (2015, p. 110) avança ao conceituar tais experiências como “aprendizagem como gênese”. Nessa perspectiva, a habilidade de navegar não é possuída pelo indivíduo, mas emerge dele em sua relação prática e contínua com lugares, relação que se opõe diametralmente à lógica do mapa que, como adverte Ingold (2000, p. 231), “codifica crenças ou proposições sobre o mundo que são tidas como verdadeiras, independentemente da posição de quem as observa”. Assim, a habilidade indígena situa-se no agir em um ambiente em fluxo, no qual o saber é inseparável do movimento e da cosmopercepção direta do pescador ao longo de suas navegações. Nessa perspectiva, os igarapés que conformam o sacambú não são apenas acessos percorridos, mas o próprio lugar onde o conhecimento é gestado e atualizado a cada remada ou aceleração do motor.

2.1 Floresta alagada

No período da cheia, realizamos nossa primeira pescaria no Sacambú e no Lago Grande. Organizamos nossas bagagens no domingo e compramos todos os materiais necessários: rancho, gasolina, palheta. Os pescadores estão sempre atentos a todos os utensílios, pois esquecer algo importante pode prejudicar a viagem – consideramos as dificuldades do percurso e precisamos estar preparados com as ferramentas do motor rabeta, caso ocorra algum problema.

Nessa pescaria, éramos cinco no total: Chico, Hilton, Gilberto e sua esposa, Cirley. Saímos por volta das 9h30 de SPO. Observo a cor barrenta da água do Solimões, o barulho da rabeta, a canoa, as bagagens. Tudo ativa memórias antigas. Navegar por plantas aquáticas e igapós marca o início de um diálogo nas memórias, uma preparação física e mental. Pois, ao reencontrar caminhos, eles relembram não apenas furos de acesso, mas narram histórias relacionadas ao nível da água – reforçando onde poderão reencontrar os peixes ou cóiús. É uma forma de aprendizado que já começa no caminho.

Figura 9 - O pescador Hilton navegando pelos igapós da restinga do Sacambú.



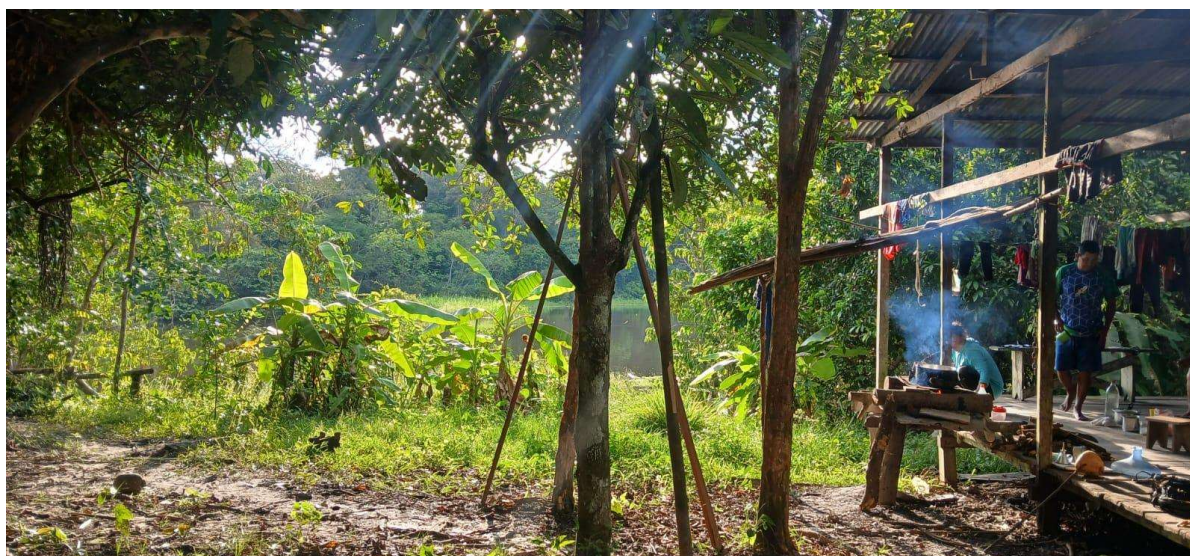
Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

As habilidades de orientação Kaixana, sejam em igapós, terra firme, restingas ou charcos, são sempre marcadas por histórias, por memórias de caçadas ou por movimentos em uma região percorrida no passado. Como relatava um pescador Kaixana: “Aqui eu vim na década de 70, lembra quando pegamos jaboti?”. Com base em Tim Ingold, entendo que, embora meus tios possam não localizar um lugar a partir de um sistema cartesiano de coordenadas, sabem exatamente onde estão, pois os lugares não se definem por posições fixas, mas por suas

histórias. E que os lugares são constituídos pelos itinerários de seus habitantes e existem não apenas no espaço, mas em uma matriz de movimentos que ele denomina “região” (Ingold, 2000).

Nesse sentido, as habilidades de orientação nas regiões alagadas - como nas cabeceiras do Sacambú, nos buritizais e nos charcos - são profundamente marcadas pelas experiências anteriores de caça. Os rastros dos animais que se movimentam nestes espaços e deles fazem seus varadores conferem camadas de sentido e significado ao território, transformando um espaço físico em um lugar vivo e compartilhado. Em termos de capacidade de orientação ou de estar posicionados em determinado lugar na mata, o pescador Kaixana costuma contar histórias das andanças que fez no passado, em épocas semelhantes. Gilberto, um pescador Kaixana, me contou: “Uma vez, quando fomos caçar jaboti no Guaxinim, eu e o velho pegamos muitos; eles ficavam só com o nariz fora d’água, naquela época estava alagado”. Isso demonstra com clareza de detalhes por onde andavam, e seguimos por essas pistas nas histórias em meio à mata.

Figura 10 - Tapiri construído na área do Aterrado da Comunidade Sacambú do Lago Grande.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Ficamos acampados no Aterrado, como chamamos a Comunidade Sacambú do Lago Grande (figura 10). Nesse lugar, nossos ancestrais aterraram com a terra o lugar onde habitavam, de modo que, no pico da inundação, a água não alagasse seus tapiris - pequenas casas construídas de palha e paxiúba que abrigaram meus avós, minha mãe e meus tios. Atualmente, os Kaixana não residem no Aterrado; após a saída da comunidade, retornam para realizar os monitoramentos do manejo e para pescar. Hilton, Zito, Francisco, Gilberto e Valdenez comparecem com mais frequência. De acordo com seus relatos, há planos de construir

mais casas no Aterrado para uma mudança definitiva. Lá, a terra é fértil para o plantio e há abundância de peixes e caças para o consumo diário. Como, atualmente, apenas um tapiri abriga toda a família, eles planejam expandir as construções, movidos pelo desejo de retornar e conviver plenamente nesse lugar.

No aterrado, acordava com o alarme tocando no celular de Gilberto. Cirley sorria e reclamava que o alarme estava tocando muito cedo. Numa manhã, caminhei em direção ao porto, onde estavam encostadas as canoas, e observava o cano, as neblinas, o canto dos guaribas e passarinhos; tudo só me remetia às minhas primeiras vindas. Essa havia sido minha primeira viagem após quase 13 anos distanciada da comunidade. Era minha primeira pescaria sem a presença de meu avô. Sentia-me sem a proteção; às vezes sentia medo, apesar de estar com meus tios.

Hilton encarregou-se do fogo, enquanto Chico verificava as canoas escondidas em um igarapé – estratégia necessária, pois, se ficassem expostas no porto do Aterrado, poderiam ser roubadas por pescadores invasores. Assim que as canoas chegaram, Gilberto e Cirley foram dar uma volta lá no meio do Sacambú e já foram fazer caminho para atar a malhadeira de peixe miúdo para nosso almoço; essa malhadeira ficava atada próximo do porto.

Nesse dia de chuva, partimos para caçar jaboti no Piñá: Hilton, Francisco (Chico) e Gilberto. Tratava-se de uma modalidade diferente de caça por água. Eu ficava em silêncio, observando seus gestos, admirando a sinergia e a interação profunda que mantinham com a mata. Estávamos em junho, período de inundação. Sozinho em uma canoa pequena, eu sentia o cansaço do esforço de remar no igapó e me surpreendia com a destreza de meus parentes, que se moviam rapidamente entre o cipozal, o buritizal e o bácho. Minha preocupação era não atrasar a viagem, dada minha lentidão; era minha primeira experiência sozinho no meio da mata inundada. Diferente de mim, meus tios já estavam familiarizados com as paisagens alagadas e sabiam exatamente onde estavam ou em que direção seguir.

As árvores demonstram o nível da enchente pelas marcas em suas cascas, causadas pela água; outras marcações são feitas com terçado nos galhos e troncos, que orientam as navegações de quem ainda está aprendendo a navegar por caminhos que serão trilhados por outros através da paisagem formada nessa nova investida em formato de histórias. Esse período também é marcado pelas migrações laterais de peixes, como o pirarucu, e pela dispersão dos tambaquis para restingas, cabeceiras de igarapés e buritizais em busca de alimento ou abrigo longe das malhadeiras. Sem sucesso nas caçadas nas restingas do Guaxinim, retornamos ao tapiri. Magro ainda foi em outro cóiu caçar e encontrou uma jabota pequena, que seria levada para ser criada em casa. Ao anoitecer, recordamos antigos lugares de interação de caça e peixes.

Figura 11 - Jantar no tapiri e cuidados com Hilton após retorno do campo.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Hilton se queixava de febre e, em seu mosquiteiro, relembra dizendo que deveríamos ter ido nesse aterrado chamado Balaio, um lugar onde encontrou a jaboti, era uma mistura de caça com observação de cardumes de peixes, pois no outro dia iria atrás dos tambaquis. Contava:

- “Ainda tem muita água, os tambaquis estão engordando, comendo buriti”.

Gilberto respondia:

- “Isso, Magro, eles tão todos pro buritizal comendo e ficando buchudo”.

Chico relembra de seus antigos cóius:

- “Tava bom de pegar eles no Guaxinim”.

Atento, eu escutava seus relatos. Como se estivesse presente nesses lugares, imaginava as interações descritas, e o encontro de memórias de paisagens antigas formava um cóiu de relações. Esse diálogo reforça o conhecimento sobre uma ecologia viva em suas lembranças, relacionando lugares, árvores e os ciclos das águas e das frutas. Nesse período de cheia, a pesca torna-se um desafio os igapós da restinga alagados oferecem variados lugares para os peixes se deslocarem, podendo estar entocados em outros lagos. Toda essa dispersão tornou a pesca difícil, pois era necessário mais tempo para encontrar tais lugares.

Nas conversas de noite no tapiri, tomando caldo de bodó, Chico nos contava:

- “Ainda tá correndo, a água tá branca, tava bom de pegar eles no buritizal, vamos colocar duas malhadeiras atravessando até no bacho”.

Nesse período de cheia, a posição e o movimento da água podem indicar onde os peixes estão indo ou de quais frutas estão se alimentando. A profundidade da água na mata alagada indica por onde os cardumes podem estar. As restingas do Sacambú estavam alagadas e tudo indicava, segundo os Kaixana, que os tambaquis estavam comendo buriti nos buritizais. Por

outro lado, a água recebia intensa influência das águas de coloração branca, provenientes de lagos de água barrenta, como os próximos do Solimões. A correnteza indicava que os tambaquis poderiam estar entrando em outros igarapés mais distantes. Diante disso, as pescarias nesse período tenderiam a levar mais dias para encontrar um cóiu. Nesse período, os cardumes migram por outros lugares, distantes das restingas do lago grande.

Os pescadores, no mesmo instante em que recriam esses pontos específicos no Sacambó ou nos igapós dos lagos, buscam estratégias – como a forma de posicionar a malhadeira considerando o movimento da água e sua profundidade, bem como as características do ambiente (se é um buritizal ou restinga). Após organizar todo esse repertório de possibilidades, aciona-se a tática preestabelecida. Um exemplo foram as pedras que Chico retirou no Aterrado: ele as recortou em pequenos pedaços utilizando um terçado e pediu minha ajuda para amarrá-las, de modo que servissem como peso para as malhadeiras atadas na correnteza. Assim, antes de seguirem em busca dos peixes, com as pedras, seguiam tais proposições, relembrando antigos lugares. O pescador Kaixana busca, em suas memórias de relações com o território, encontrar o cardume; esse mapa codificado o leva por caminhos invisíveis.

Para a realização da segunda expedição ao Aterrado, organizamos novamente uma reunião, realizada no dia 10 de julho. Nesse período, iniciariam-se as pescarias no Lago Grande e Cobra, pois, com a vazante, os tambaquis estariam retornando para seus antigos cóius. Diante disso, organizamo-nos para ir pelo furo do Pupunheira e, em seguida, acessar o furo “vai quem quer”. Como ainda havia água na restinga, poderíamos trafegar se, caso tivesse muitos murerús e matupás nos paranás.

Nessa expedição, Piranga fazia questão de embarcar junto. Leonila se disponibilizou a ajudar, levando consigo seu filho e mais um neto; seu pai, já em idade avançada e sem forças, tem dificuldades para andar, e ela disse que ajudaria. Dircinha também estava disponível para ir junto. Eller, sua esposa e sua filha também faziam parte da viagem. Organizamos todos os materiais necessários como lonas, lanterna, pilhas e equipamentos e ferramentas para o motor Honda 13 HP e uma canoa grande.

Nibson chegou no dia de nossa partida e, animado, foi buscar suas coisas para nos acompanhar. Sua posição na viagem era na popa, de onde conduzia o motor pelo lago Paranaquera, cano Paranamirim e Inferno, em meio ao mureruzal e igapós, com alegria e leveza, indicando a direção, pois já havia passado por ali antes. Observei atentamente que suas habilidades de se relacionar com os lugares eram evidentes: reconhecia cada parte, já sabia onde estava o caminho. Nessa viagem, rumo ao aterrado, éramos sete adultos e três crianças em uma canoa de aproximadamente seis metros de comprimento.

No dia 15 de julho, era um dia bonito e ensolarado; não havia nenhuma nuvem com vestígios de chuva, pois, quando chove, aumentam as dificuldades de navegar no rio, mas nesse dia não tínhamos essa preocupação. Eu me sentia imensamente grato por realizar o desejo antigo: reencontrar meu avô no Aterrado, lugar de suas recordações diárias, foi uma oportunidade de levá-lo junto e passarmos muito tempo relembando suas histórias. Em outra canoa, foram também Chico e Magro; os pescadores Kaixana saíam em busca de tambaquis, e com eles eu iria participar das pescarias e observar suas relações com os peixes e apetrechos.

Aventurei-me a ir na proa da canoa, estava muito alegre de estar indo pescar, afinal, se aventurar muitas das vezes pode ser tanto bom no sentido de estar ali e realizando a pesca, que por sua vez envolve esses dois momentos de ida e volta. Outra forma de "aventurar" é colocar uma malhadeira sem ter encontrado os peixes, ou pescar sem ter um cóiu, isso pode ser bom ou ruim, pois o que está em jogo é o ato de pegar ou não peixe.

Figura 12 - Os Kaixana rumo ao Sacambú.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Entramos pelo furo do vai-quem-que, já no período vazante que marca o nível d'água após passar pelas folhas de capara, deixando-as cinzentas. Como eu estava na proa indicando a direção para se desviar dos obstáculos do caminho navegado, sentia medo de indicar a direção errada ou de colocar meus parentes em perigo, pois qualquer movimento dentro da floresta alagada em alta velocidade pode levar a um acidente grave. Nesse dia, saímos às 9h de São Paulo de Olivença e chegamos à comunidade já eram 23h30. Diante da imensidão dos canos em processo de seca e da elevada quantidade de plantas aguáticas que não ofereciam passagem,

a alternativa era contornar os murerús e tufão⁸ seguindo pelo igapó, abrindo novas trilhas. Fui confrontado pelo tempo em que estive longe ao perceber minha baixa habilidade com o terçado, cortando galhos, murerú e cipós quase o dia todo. Além disso, precisei assumir a frente da embarcação em uma navegação complexa, que exigia força, coragem e, acima de tudo, vontade de estar ali.

Tomar a frente de uma canoa me lembrava constantemente de meu avô, que ocupava esse lugar e percorria nas melhores decisões. Em cada viagem que realizava, recordava-me dele e buscava semelhanças nas paisagens, no esforço de trazê-lo comigo, pois sentia sua falta a todo instante. Na tentativa de descobrir algo, buscava extrair daqueles contextos interativos a consciência de minha própria habilidade. Era o que Ingold e Kurttila (2018, p. 171) descrevem como conhecer ao habitar: “entender na e pela prática que o aprender é inseparável do fazer”. (Ingold; Kurttila, 2018, p. 171).

Enquanto eu remava a canoa no Piñá, ouvia os relatos de vida de Piranga, então com seus 93 anos, já no aterrado, me conta suas lições de vida, suas narrativas não apenas me remetiam às minhas primeiras vindas ao Lago Grande, mas também evidenciam como o saber se atualiza na experiência, emergindo da prática contínua de habitar e de perceber como cada lugar é reconfigurado pelo tempo, por ciclos da água, pelos movimentos de peixes, terras e árvores. Ele me chamava a atenção para os lugares onde costumávamos atar nossas malhadeiras. Eram pontos no Sacambú, marcados por igarapés como o Marujo, onde, segundo ele me dizia, mantinha-se uma relação de equilíbrio dinâmico entre peixes e seres invisíveis. Contava que preparava seu corpo ao entrar no igarapé e, quando ouvia choros à noite, acendia velas e rezava para que os espíritos não “espantassem” os peixes. Diante desses sinais, haviam momentos em que mudava suas malhadeiras de lugar. Em algumas ocasiões costumava “cair” peixes no espinhel, porém nenhum fispava, ele só escutava “bater”: o barulho do peixe quando fiska ou emalha no apetrecho é um som único, de modo que o Kaixana já sabe que tem algum peixe preso. Mas Piranga, para manter-se em equilíbrio com os espíritos, oferece rezas e acende velas, de modo que os espíritos não reproduzem esses sons.

⁸ O aglomerado de murerús e outros sedimentos forma uma camada espessa de “lama” à superfície da água, na qual se encontram caules e macrófitas em decomposição. Essa camada flutuante adquire uma consistência tão firme que não se rompe nem afunda, mesmo após várias tentativas de cortá-la com um terçado. A resistência é tanta que a canoa fica presa, exigindo que uma pessoa suba sobre a lâmina vegetal para, então, abrir caminho. O processo é feito cortando e afundando a lama por partes, até que a embarcação possa se deslocar novamente.

Figura 13 - O neto aprende ouvindo as histórias de seu avô.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

É seguindo tais proposições que se inscreve no Sacambú a ideia de uma geografia que não é estática, mas que se constitui por histórias de experiências passadas e presentes que são criadoras de paisagens. São saberes que constroem uma paisagem particular do lugar. É somente escutando suas histórias que sabemos por onde caminhar ou remar. Portanto, perceber essa paisagem e sentir os cardumes de peixes reforça a habilidade Kaixana de encontrar caminhos, ou seja, o lugar de atar as malhadeiras nunca é o mesmo, pois sempre está em intenso cruzamento de vidas.

Em minhas proposições, sustento a ideia de conceitos em torno da paisagem e do ambiente a partir de duas perspectivas: de um lado, temos o lugar habitado e construído por relações; de outro, o ambiente material propriamente dito, visto com todas as suas variáveis humanas e de outros seres. Diante disso, o ponto central deste estudo é a distinção conceitual que autores como Anna Tsing (2019) e Tim Ingold (2000; 2011) estabelecem entre paisagem e ambiente. Para esses autores, enquanto o ambiente se refere ao mundo tal como é percebido funcionalmente - seja por humanos ou por peixes -, essa percepção diz respeito ao que o entorno propicia tanto para a apreensão sensorial quanto à ação.

Por outro lado, diferentemente de como percebemos o ambiente, apresento a perspectiva das ciências modernas, na qual a paisagem é representada em termos biológicos como um

ambiente composto por diferentes habitats propícios para o equilíbrio e a manutenção das espécies. Nesse contexto, segundo Ricklefs (2010), a mistura de diferentes habitats ao longo de um rio ou lago é a chave para a sustentação da riqueza da vida. Aqui, a paisagem fundamenta-se em uma extensão de ambientes com seus fatores “bióticos” e “abióticos”, seguindo as necessidades de cada “população”. Trata-se da junção de habitats ideais em termos tróficos e ecológicos, considerando-se apenas o ofício das condições físicas e a população das espécies.

Em nosso caso, a noção de ambiente, longe de estar fora de nossas relações, adquire uma relevância pragmática central quando analisamos as escolhas técnicas nas pescarias. A seleção dos apetrechos, como o tamanho das malhas, o tipo de náilon e a escolha entre linhas brancas ou coloridas, não é aleatória; ela responde às variáveis “físicas”, “biológicas” e relacionais, uma “ecologia pesqueira Kaixana” percebidas pelo pescador.

Figura 14 - Malhadeiras de tambaqui com diferentes colorações.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Por exemplo, a transparência ou a coloração da água, no caso por meio das influências das águas brancas de lagos próximos da cabeceira do Sacambú durante a cheia, altera tanto as configurações de técnica seguindo essa mudança ambiental, como também afeta a paisagem formada pelos peixes, fase da lua e a profundidade do cano, que ditam se a linha deve ser pintada ou se o tamanho da malha deve ser ajustado. Essas escolhas são estratégias de engajamento com o mundo funcional do peixe: o pescador precisa "pensar" como o peixe percebe a vibração e a visibilidade na água para que o apetrecho seja eficaz. Assim, o instrumento de pesca atua

como um mediador que conecta as percepções do humano às respostas do ambiente, transformando o saber teórico em uma habilidade técnica refinada e situada.

2.2 Paisagens e ambiente: uma trilha de sentimentos e histórias

Conceituar cada ambiente e a paisagem histórica de relação entre vidas é o que pretendo ao trazer esses conceitos à tona; vou chamá-los de “ambiente do Sacambú”. São caminhos vivos e atualizáveis: são histórias que guiam os pescadores Kaixana, mapas narrados à noite, no tapiri, os pescadores recordam caçadas e pescarias antigas, quando voltavam das restingas das cabeceiras dos igarapés, já no escuro, às vezes sem lanterna.

Para iniciar, o que a literatura denomina por “ciclo reprodutivo dos peixes” é o que o pescador Kaixana Chico relata: “é quando o peixe fica ovado, ou quando eles estão desovando. Agora, no inverno, quando começa a chover, é o tempo de eles desovarem; eles vêm aqui para o Sacambú, desovam no Piñá, eu já peguei tambaqui ovado aqui”. Esse relato do pescador Francisco sobre sua habilidade de relacionar os ciclos de chuva assemelha-se ao período estabelecido pelo calendário de defeso do tambaqui, definido pelos órgãos de controle da pesca no Estado do Amazonas para o intervalo de outubro a março.

Quanto às características da água do Piñá - um remanço formado pelo encontro de dois igarapés, com correnteza, rebujos e profundidade ideais para “gatinhos” específicos de maturação biológica dos peixes -, trata-se de um ponto de referência fundamental para o lugar onde o tambaqui conclui seus ciclos reprodutivos e libera suas ovas. Em 2025, a pesca manejada ocorreu mesmo durante o período de reprodução, mas seguindo um protocolo ancestral: o respeito ao tamanho e ao peso mínimo de embarque.

Conhecer um ambiente físico e relacioná-lo a um lugar de reprodução, como é o caso do Piñá, é uma forma certa de zonear ambientes como “proteção”, que precisa ser considerada nos “acordos de pesca”. Diante desses cuidados, o Sacambú, em toda sua extensão, não deve ser um local de pesca; conforme descrito na autorização do IBAMA, a pesca deve ser realizada apenas em outros locais de pesca nesses períodos específicos.

Outro ambiente aqui destacado são as restingas, que se constituem como uma floresta de várzea alagada no período da cheia, com árvores frutíferas de porte intermediário e mais finas (SILVA, 2010). Sua posição em relação à cabeceira do bacho fica localizada entre a terra firme do rio principal e o lago, podendo ficar inundada durante os períodos de enchente, oferecendo alimentos como sementes e frutas para os peixes.

Os igarapés surgem dessa floresta baixa, que permanece constantemente alagada independentemente dos períodos sazonais. Sua profundidade, vazão e sentido da correnteza são

determinados pela variação periódica do nível da água - configurada por esse sistema dinâmico - e conectam-se em uma malha de relações, na qual os lagos se comunicam através desses igarapés reconhecidos como Sacambú.

O bacho, por outro lado, é o extremo oposto que compõe a nascente das cabeceiras do Sacambú, conectando-se a outros igarapés e lagos. Trata-se de uma área de floresta baixa, constituída predominantemente por cipoais, embaubeiras, mungubeiras e tachizeiros. Essa vegetação permanece alagada durante os períodos de inundação, dependendo diretamente do ciclo sazonal para a formação de igapós de difícil acesso. Nestes ambientes surgem os “furos” - caminhos que se atualizam com a queda de árvores e as mudanças ambientais - o que dificulta e impossibilita reconhecer e acessar suas entradas em diferentes contextos. Em algumas passagens do furo “vai quem quer”, atravessamos essas áreas de bachos.

Os charcos estão presentes mais nas paisagens das histórias de caça. Tive a oportunidade de adentrar em um charco no varadouro do Veado; passamos por um charco que marca a proximidade do cano da pupunheira onde ficavam as canoas no início da vazante e enchente. No varador em sentido da vinda do Sacambú ao cano pupunheira, cortei varas para passarmos por cima; sem isso, corríamos o risco de ficar atolados na lama. As caças costumam ficar deitadas nesses lugares.

Os aningais⁹ protegem as beiras dos lagos. O Lago da Trampa encontra-se “entupido” de mureru, e os aningais contribuíram para que isso acontecesse, pois formam grandes amontoados com base de matupás¹⁰ que se movimentam por toda a extensão do lago pela força do vento, dificultando o acesso ao lago.

Os igapós caracterizam-se por matas alagadas que variam entre cenários bonitos, ou seja, é possível navegar com canoa sem muitas dificuldades e outras de difícil acesso. Próximas à cabeceira do sacambú, essas matas apresentam profundidade considerável, tornando-se mais rasas à medida que se aproximam das restingas. São lugares estratégicos para alimentação dos peixes, atraídos pela abundância de frutas disponíveis.

O cano deságua no Lago Grande e tem início no rio Jacurapá. Sua profundidade considerável e águas frias tecem uma intensa relação com as diversas formas de vida nos ecossistemas lacustres da várzea, proporcionando proteção e refúgio às espécies. Por meio desse

⁹ São aglomerados de aninga (*Montrichardia arborescens*) modulares, que crescem por cima de matupás formando pequenas ilhas flutuantes,

¹⁰ Os matupás são uma lama firme constituída por sedimentos, parecida com o tufão, porém, podem chegar a enormes tamanhos, não ficam fixos no fundo, mas se movimentam quando o vento os leva sobre o lago. Essas pequenas ilhas flutuantes carregam consigo uma interação de vida, tanto em cima quanto embaixo d'água.

canal, diversos cardumes buscam segurança no Lago Grande, subindo o cano do lago ao fugirem de pescadores invasores que atuam em outros lagos nas proximidades do rio Jacurapá. Suas características são ideais para a conclusão dos ciclos reprodutivos, uma vez que os peixes sobem contra a correnteza do Sacambú em busca de frutas e sementes das árvores que cobrem sua cabeceira. Além disso, em períodos de intensificação da pesca nos lagos, o cano atua como refúgio para os peixes, que entram pelos furos e migram para outros lagos e, como dito, podem ficar no Lago Grande.

A forma de ver, sentir, ouvir e relacionar-se com esses ambientes faz parte das práticas e saberes ancestrais Kaixana; ali, encontram novas formas de sustento, perpetuação e cuidado desses locais que abrigam outras formas de vida. Neste lugar de negociação e conexão, é preciso estar em equilíbrio para encontrar os acessos que direcionam numa “trilha sem trilhos”, que sofre modificações anuais. No período da vazante-seca, o sentido da corrente configura-se do Sacambú rumo ao rio Solimões; já na enchente-cheia, o sentido é o contrário, do rio Solimões para o Sacambú.

“Furos” são denominações empregadas pelo povo Kaixana quando saem em busca de um caminho mais curto, navegando pelo matagal inundado. Esses trajetos, influenciados pelo regime de subida e descida das águas, atravessam igapós, restingas e charcos, que delimitam esses acessos e conectam os Kaixanas às suas raízes. O furo “vai quem que” é o mais desafiador. Situando-se entre dois sacambús, esse igarapé profundo modifica-se à medida que se aproxima da cabeceira do cano, ganhando largura e profundidade em meio à floresta densa de cipós e tachizeiros (árvores de formigas). Assim, deixa de ser um estreito caminho de difícil acesso para converter-se no Sacambú do Lago.

A composição de espécies no Sacambú do Lago Grande inclui uma enorme diversidade de peixes, a qual acompanhada de uma diversidade de técnicas de pesca dentre, dentre as mais comuns nas pescarias dos Kaixana então: Pirarucu (*Arapaima gigas*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Sardinha (*Triportheus angulatus*), curimatã (*Prochilodus lineatus*), pacu (*Mylossoma duriventre*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), jejum (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), traíra (*Hoplias malabaricus*), matrinxã (*Brycon amazonicus*), tucunaré (*Cichla monoculus*), sulamba (*Osteoglossum bicirrhosum*), acará-açu (*Astronotus ocellatus*), bodó (*Hypostomus plecostomus*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*). A listagem baseia-se em observações de campo e relatos dos pescadores Kaixana.

Sua nascente e margens estão situadas entre a restinga e o bacho. Esse lugar é uma representação da vida tensionada pelo equilíbrio de diplomacias entre seres humanos e “seres donos” desses domínios. Oferece recursos primordiais para a perpetuação das espécies, a

começar pelo ambiente capaz de gerar e reconfigurar paisagens, além de estabelecer o equilíbrio ecológico nos lagos. Os peixes chegam em busca de abrigo e proteção contra predadores - incluindo humanos com “más intenções”. Durante os períodos reprodutivos, as espécies sobem esse curso d’água para completar os ciclos necessários à sua maturação final, garantindo, assim, a reprodução das populações.

Por outro lado, a paisagem é continuamente reconfigurada pelos próprios peixes e relações históricas dos apetrechos do pescador Kaixana, que interage de modo singular sem modificar a harmonia de espécies e ambiente. Pois a presença de árvores frutíferas e remansos nem sempre caracteriza uma abundância de espécies de um ambiente físico. Assim, a paisagem aqui diferencia-se de um ambiente percebido apenas por variáveis como sedimentos orgânicos, pH e temperatura. Embora atenda às necessidades biológicas e ecológicas de cada espécie, ela define-se, primordialmente, pelo dinamismo: pelas tensões de predação, pelo histórico de ameaças e pela dominância de “seres donos” em associação com protocolos de cuidado e respeito – visto que a pesca predatória não apenas intimida, mas interrompe o equilíbrio e a continuidade da vida. Assim, a relação do pescador especialista com a água desempenha papel fundamental na manutenção da vida, tanto do Kaixana quanto de outros seres que habitam esses lugares de negociações e conexões.

Ou seja, as paisagens que configuram a vida emergem de um intenso cruzamento e da constante movimentação de diversas variáveis. Esses lugares, como propõe Ingold (2000), não são um cenário estático, mas uma “malha de relações” constantemente atualizada e marcada por histórias. O pescador Kaixana marupiara classifica e reconhece essa paisagem em fluxo como “cóiu”, termo que designa os lugares formados pela movimentação dos peixes - como é o caso do Piñá, do Piranhal, do lago Zé Preto, do Igarapé do Marujo, do Guaxinim, dentre outros. O nível da água marcado nas árvores dos igapós, a correnteza, o tipo de vegetação e a coloração da água são sinais que contribuem para a interpretação desses movimentos. O pescador Kaixana, imerso nesse jogo de observações, exercita suas habilidades ao descobrir por onde os peixes estão. Apresento, a seguir, um desenho que busca representar a integração entre esses ambientes e os seus respectivos lugares do sacambú.

Figura 15 - Representação da integridade e encontro de cópius.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na Figura 15, a paisagem relacional do cóiu materializa-se. O desenho capta a interação viva entre o pescador, o ambiente e o peixe. O sacambú, eixo central e profundo, acolhe os igarapés secundários das restingas. Nele, os remansos e o Piñá são refúgios de águas calmas onde a vida se concentra. Nas margens, o desenho revela os aningais e o mureru (vegetação flutuante), essenciais para o abrigo. É nessa intrincada malha de relações que o pescador especialista se faz presente, não como um observador externo, mas como um sujeito imerso em um jogo da cosmopercepção. Ao perceber sinais como a correnteza, a coloração da água, a temperatura e a vegetação, ele descobre o cardume e, nesse encontro, gera a paisagem relacional de um cóiu.

2.3 Varador: caminhos que conectam memórias

Remar e andar por restingas inundadas constroem um percurso rodeado de sentidos, aprendizados e afetos. Os ambientes do Sacambú apresentam semelhanças de encontro entre árvores, cipós, folhas, água e terra que constroem “mapas” que permanecem na memória e que se atualizam a cada “ciclo da água”. Uma fotografia da beira não muda sua configuração, parece ser a mesma, apesar de não ser o mesmo local. Mas a paisagem de cada ponto está marcada em suas histórias, canos, igarapés ou árvores.

Algumas memórias antigas minhas, nas navegações realizadas com meus parentes, são ativadas quando sinto o cheiro do capinzal em decomposição (matupá), frutas e flores de plantas. Assim como os nomes canos, igarapés, árvores e furos fazem parte de uma linguagem familiar, até então esquecida, que é específica daqueles momentos da viagem que, outrora, havia deixado de escutá-las quando me tornei um acadêmico habitante da cidade grande. Por esse caminho passam vidas com diferentes naturezas e importâncias. No varador, o primeiro gesto para entrar em harmonia com a mata fechada é o contato com a “mãe das árvores”, que se manifesta na forma de formigas, picando em qualquer parte do corpo. Foi o que senti na pele: naquele dia, meus pés incharam e a febre veio como sinal desse encontro.

No auge da borracha, nas terras firmes da várzea, indígenas e ribeirinhos extraíam o látex por intermédio da seringueira que era encontrada na mata por pescadores experientes que faziam a abertura de grandes estradas que contornavam as enormes seringueiras e diariamente eram “sangradas” em corte de formato de “V” e outro corte principal no meio, por onde descia o látex (chamado pelos Kaixana de “leite de seringa”). As formas mais comuns de se formar um varador eram por essas longas estradas que chegavam perto de outros pontos similares, esses caminhos poderiam também ser abertos pela caça, quando saíam atrás de uma caça ferida e alcançavam as cabeceiras dos igarapés que davam início a novos Sacambús conhecidos. Piranga me contou, durante nossa viagem, que essas estradas eram limpas a ponto de os seringueiros entrarem noite adentro com a lamparina na cabeça.

O Kaixana observa o movimento do sol, os sons dos barcos que cortam o rio e os lugares onde os seres espirituais habitam, tais características específicas de cada ambiente dão origem e orientam o corpo na formação do varador. A “restinga do jabuti” é uma mata de árvores altas próximas das terras do Sacambú; a percepção destes lugares constrói uma habilidade única de andanças em busca de caça sem a necessidade de mapa ou algo parecido para se locomover. Compreender esses sinais que os guiam e formam “desenhos imaginários” que se entrelaçam a pontos específicos como os ambientes do sacambú, ou um conjunto de árvores que se denomina um ponto, ou a quantidade de caças encontradas, como é o caso da restinga do jabuti, uma restinga longa que se inicia desde o igarapé do marujo e segue pelas terras altas até chegar próximo ao cano pupunheira. Essas terras são acessadas por caçadores invasores, que percorrem acessos no sentido contrário. Na ocasião da caça na cheia, chegamos próximo de onde mataram os porcos-queixadas.

Tais paisagens imaginárias, conhecidas como varador, dão forma e recriam esses caminhos seculares abertos na mata. Eles conectam igarapés, lagos e territórios de importância vital para o traslado; em períodos de extrema seca do rio Solimões, os Kaixana transportam,

por estes varadores, seus mantimentos. Mais do que simples passagens, esses caminhos são uma extensão do rio na cheia e da memória na seca: mapas vivos de relações e do cuidado territorial, cujos traçados são governados pelo ciclo das águas e pelas histórias de quem os percorre.

A família Kaixana remou durante muitos anos essas “trilhas de memórias antigas”. O processo de abertura da mata desvendou novas oportunidades, como é o caso do “varador do veado”, que teve seu processo de abertura de modos peculiares. Piranga relembra uma caça na cabeceira de um igarapé chamado Forquilha, que possui como afluente o igarapé Sacambú do Lago Grande. Saíram para caçar ele e seu filho *Passarito*, e conseguiram acertar um veado, que correu baleado à beira de um igarapé. Logo, Piranga notou que este igarapé dava acesso ao cano Pupunheira, que se tornaria então conhecido, após esse feito, como um caminho mais rápido na cheia e um varador na seca.

Essa proposição de Piranga é uma forma de explicar aos filhos que existe um caminho mais perto; em todas as suas histórias retorna ao assunto de que existe um furo que dá acesso ao Sacambú com menos “sofrimento”, além de ser mais rápido de chegar e retornar. Sempre contava como descobriu o varador do veado, dizendo: “Por lá não vai no fundo, sempre tem água no igarapé, é só arrastar um pouco a canoa pela restinga e já cai no igarapé do Sacambú”. Esse relato de Piranga eu constantemente escutava em nossas conversas; ele dizia que não tinha outro caminho mais perto que o varador do veado e que ainda iria me ensinar a navegar por ele.

O igarapé do Forquilha tem origem no Sacambú do Lago e, em períodos de cheia, suas cabeceiras conectam outros igarapés e lagos próximos ao rio Solimões. Isso despertou o interesse de pescadores extrativistas que, em sua grande maioria, desenvolvem a pesca ilegal em áreas destinadas ao cuidado das espécies. Diante dessa aproximação ao território, alguns pescadores Kaixanas encontraram malhadeiras de pesca de pirarucu, no período da seca, às margens do Sacambú; descobriram que os peixes estavam sendo transportados por um caminho que ligava o igarapé Leandro ao lago Cuiria, este último mais próximo do Solimões. Essa descoberta da retirada de pirarucu por pescadores invasores ao território Kaixana nos primeiros verões após a implementação dos acordos de pesca do Setor 7 do Sacambú do Lago Grande fez surgir esse nome, dado ao desenho desse igarapé em relação ao leito principal do Sacambú do Lago, em formato de “Y”. Esse novo acesso tem duração de uma hora e cinquenta minutos de percurso até a cabeceira do Sacambú.

2.4 Entre terra e água: reconectando caminhos

Uma das formas encontradas para a reorganização comunitária foi a tomada de decisões em conjunto. No dia 28 de julho, já no início da vazante, realizamos uma reunião de planejamento de modo a escolher por onde iríamos acessar lago no período da vazante-seca, pois envolveriam a elevação de custos e um período longo de viagem necessária para o monitoramento de invasões por pescadores invasores, visto que já estava se iniciando a caça aos ovos de tracajás nos tabuleiros.

A proposta consistiu em ouvir os pescadores experientes, suas demandas e indagações, e avaliar como a AIKA poderia contribuir e atendê-las. Nesse ensejo, levar o sal e a canoa era a prioridade. Além disso, outro ponto crucial durante o traslado - envolvendo toda a logística das atividades de manejo - seria a abertura de novos caminhos nos paranás entupidos de murerús, matupás e canarana. Determinamos a quantidade de pessoas envolvidas, formação das equipes para o traslado de mercadorias e discutimos de que forma a AIKA poderia contribuir economicamente na compra de insumos e materiais necessários como terçado, palheta, vela para motor, óleo 5W20, canoa, motor rabeta de 13 HP, sal e rancho, além de definir as equipes para execução das atividades.

Nessa reunião, que tinha como tema a abertura de acessos para o Sacambú no período da vazante, acertamos sobre a necessidade de compra de insumos, da formação de equipes para transportar a canoa e da abertura de caminhos para chegar até o Sacambú, consideradas as alternativas viáveis para os períodos de seca extrema. Durante a vazante do Solimões, uma das alternativas mais viáveis e de menor custo econômico seria “por baixo”, como chamam os Kaixana, expressão que remete a uma viagem descendo o rio Solimões por aproximadamente duas horas até chegar ao lago do Paranaquera, que atualmente tem sua entrada diretamente no rio. No passado, teríamos que dar a volta completa à ilha e entrar pelo cano desse lago, que fica quase paralelo ao rio, sendo necessário contornar em toda sua extensão e assim acessá-lo. Após passar pelo Paranaquera, seguimos pelo Parnamirim e, em seguida, pelo Cano do “Inferno”, assim chamado pelo entupimento de plantas aquáticas, que eleva drasticamente a dificuldade de navegação.

A equipe ficou assim definida: por um responsável a quem coube a minha responsabilidade e mais cinco pescadores experientes, sendo eles Hilton, Francisco, Ézio, Nibson e Eller, além da ajuda de mais três jovens Kaixana: Luiz Victor, Oleís e Saulo. Durante a reunião, também foi tratada a necessidade de utilizar recursos internos da própria associação para auxiliar no deslocamento dos membros da comunidade. O objetivo das expedições, a serem

realizadas em setembro, era deixar insumos e uma canoa com motor rabeta na comunidade Sacambú do Lago Grande, visando à viabilidade e à logística das pescarias nos lagos no período da seca.

A equipe para essa atividade foi subdividida: a primeira equipe (Hilton, Francisco, Ézio, Nibson e Luiz) saiu em duas canoas no dia 29 de junho de 2025, acessando pelo Furo Santa Fé e, posteriormente, pelo Jacurapá, até chegar à comunidade Sacambú; a segunda equipe, formada sob minha responsabilidade e composta por Eller, Oleís e Saulo, saímos no dia 1º de agosto de 2025 pelo acesso do Paranaquera. Passamos os dois primeiros dias construindo caminhos pelo capinzal, cortando mato o dia todo no meio do Paraná, pois, na medida em que o nível da água diminuía, não correríamos o risco de o varador secar e se tornar intransitável.

Figura 16 - Manejadores Kaixana abrindo acesso no período da vazante.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Foram três dias de intenso cortando mato e arrastando a canoa, percebemos que a melhor alternativa para economizar gasolina era desligar o motor e empurrar a canoa com a “forquilha”, um pedaço de galho com a extremidade em “Y” ideal para empurrar a canoa no capinzal, no segundo dia machuquei o pé e isso prejudicou meu trajeto a pé no dia seguinte pelo varador, mas não era nada em relação a tamanha responsabilidade de ajudar meus tios.

Era minha primeira experiência de estar com meus parentes ajudando nesse trabalho tão necessário, uma vez que facilitaria a navegação no período da seca. Participar diretamente dessa etapa do manejo de lagos foi uma das formas de contribuir com meus parentes.

O maior desafio foram os matupás - conjunto de capins, “tufões” e plantas aquáticas em decomposição que formam um grande volume de matéria orgânica. Essa lama densa tem capacidade de suportar o peso de uma pessoa, mas dificulta a passagem da canoa. Chegamos à cabeceira do cano do Pupunheira, onde se inicia o varador do Veado, já à tarde do terceiro dia.

Após um dia de muito esforço, às 17h40min, fomos fazer um tapiri logo na entrada do varador - um local de descanso para quem chega - ali passamos a noite. Eller capinou bem o local onde colocaríamos nossos mosquiteiros, retirando pedaços de tronco e raízes grandes. Ele dizia que fazia isso para não doer as costas. As folhas de bacaba eram dispostas umas de encontro às outras, de modo que cada intervalo entre suas talas definia um espaço para uma pessoa dormir. Sob essas folhas, colocávamos outra lona de plástico, como demonstra a figura 17. Eu e Saulo saímos para tarrafar por volta das 18h50min; conseguimos pescar alguns bodós (*Hypostomus plecostomus*), comemos o peixe assado e fizemos café. Como estávamos muito cansados, dormimos, a noite passou rapidamente.

Figura 17 - Tapiri feito no cano da pupunheira na entrada do varador.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Devido a tantos obstáculos, levamos três dias para chegar à entrada do varador. A partir dali a caminhada por terra até a cabeceira do Sacambú do Lago Grande levou, em média, duas horas. Chegamos na entrada do varador do veado por volta das 16h da tarde. E resolvemos no outro dia seguir viagem.

No dia seguinte na entrada, deparamo-nos com uma complexa rede de trilhas, muitas delas grandes e abertas por madeireiros extrativistas. Ainda na entrada desse caminho, próximo ao cano Pupunheira, contabilizamos nove árvores caídas, marcas visíveis da atividade

madeireira realizada nesta área de pesca manejada. Nessas andanças, acompanhado de meus três primos, nosso objetivo era encontrar meus tios na cabeceira do sacambú - local acordado para o transporte dos peixes. Imaginávamos que eles já teriam pescado os tambaquis nos cóiús da região. Era minha primeira caminhada pelo varadouro após muitos anos, e meus primos, conhecedores do lugar, enfrentaram dúvidas.

Nas primeiras tentativas, pegamos o caminho errado e, ao notar o equívoco, percebemos que estávamos voltando ao ponto de partida. Retornamos ao início e, só na segunda tentativa, conseguimos acertar a trilha certa no meio da mata. Tais evidências revelam como o caminhar e o aprendizado compartilhado adaptam-se, historicamente, às mudanças da floresta provocadas por atividades predatórias. É o caso do extrativismo ilegal, o que leva ao adoecimento da terra (ali, no caso, a atividade madeireira), causando impactos nos ecossistemas terrestres e aquáticos. O cotidiano das pescarias, caçadas e da agricultura indígena reflete esse movimento de descoberta e reconhecimento contínuo de um caminho.

Nosso percurso pelo varador iniciou pela manhã com duração em média de 1h50 até chegarmos à cabeceira do igarapé chamado Forquilha, que conecta a cabeceira do sacambú, antes das 10h30. Ficamos aguardando a outra equipe até as 14h, porém sem sucesso. Deixamos um recado escrito numa árvore, avisando que estávamos à espera na saída do varador. Assim que os demais chegassem, estaríamos prontos para ajudá-los no transporte dos peixes e do sal.

Na manhã do quarto dia de expedição, ficamos em dúvida se deveríamos retornar ao Sacambú pela incerteza de estarem ou não na cabeceira do igarapé do Forquilha, local de saída do varador do Veado para quem está indo. Resolvemos esperar até as 12h, como o combinado. Por volta das 9h30min, Oleís tomou a iniciativa de sair gritando pelo varador – uma prática realizada para se localizar ou mover-se em determinada direção na floresta –, sua ideia era prosseguir até a metade do caminho, tentando escutar gritos ou sons de batidas em árvores da mata. Nesses intervalos, escutou as batidas em troncos da sapopema (*Sloanea lasiocoma* K.Schum), um tipo de árvore com raízes expostas cujo formato tabular é ideal para produzir “estrondos” sonoros a longa distância. Hilton vinha batendo a cada nova árvore que encontrava pela frente; Oleís o escutou e seguiu até encontrá-lo.

Chegaram por volta das 11h, quando estávamos esperando. Antes de partirmos, Hilton chegou correndo pelo varador e avisou que deveríamos pegar os peixes na cabeceira do sacambú. No mesmo instante, nos organizamos, eu, Saulo, Eller, Oleís e Hilton, e seguimos pelo varador. Lá, encontramos Luiz Vitor e Chico, que já tinham preparado a caldeirada de tambaqui. Ficamos alegres, pois já estava na hora do almoço.

O sabor delicioso do caldo, da costela com gordura e da farinha nos ajudou e fortaleceu para retornar com os peixes até a canoa, que estava com a geladeira e o gelo. Mas ainda tínhamos que decidir se todos iriam pegar o varador e retornar a SPO naquele mesmo dia. Como Hilton já estava cansado e pelo horário, decidimos que somente a equipe de abertura dos caminhos retornaria pelo varador, e os demais pescadores retornariam ao Aterrado. Na manhã seguinte, deveríamos encontrá-los na metade do varador, no igarapé que marca este trecho. Quando o nível da água está alto, é possível chegar até ele de canoa, o que facilitaria e encurtaria o tempo do percurso por terra.

Sáímos da cabeceira do Forquilha no Sacambú por volta das 14h. Saulo colocou dez tambaquis em sua Pera - artefato de carga tradicional Kaixana para o transporte de pescado fresco ou salgado por terra. Confeccionada de cipó e folhas, ela evita a troca de calor entre o corpo do carregador e o alimento. Esse isolamento térmico é garantido pela disposição das folhas na base encostada na costa, ficando o cesto preso por três alças (duas peitorais e uma frontal, na cabeça). Lembro-me vagamente de quando saímos pelo varador antigo, que tinha origem na cabeceira do Sacambú até a beira do rio, com duração de cinco a seis horas de percurso. Piranga, de vez em quando, relembra e conta quando arrumava nossa pera e andávamos por cinco horas até a beira do rio Solimões.

O retorno pelo varador demorou mais do que imaginávamos. Chegamos por volta das 17h20 à canoa e, em seguida, iniciamos o processo de armazenamento do pescado – etapa crucial para manter o frescor e a qualidade da carne. Eller quebrou o gelo e fez a primeira camada no fundo da caixa, colocou os tambaquis e, depois, mais uma camada de gelo, intercalando peixes e gelo até encher a caixa térmica que, neste caso, era uma geladeira. Nas pescarias com Piranga, utilizávamos caixas térmicas de isopor; dificilmente encontrei essas caixas novamente nas canoas dos pescadores locais.

Como já chegamos tarde no tapiri, Chico sugeriu assarmos um tambaqui para o jantar, mas resolvemos assar uma pirapitinga, que estava muito gorda. Oleís e Saulo ficaram responsáveis por tratar o peixe; Eller sorria enquanto juntava lenha, e eu preparava o fogo.

O semblante de alegria de meus primos e o sentimento de dever cumprido me deixavam feliz, pois estávamos alegres por tudo ter ocorrido bem. Tratamos o peixe e o assamos; em seguida, tomamos banho e fomos atar os mosquiteiros. Contamos histórias e gravei alguns sons noturnos – as lembranças de quando eu estava ao lado de Piranga, ouvindo suas histórias, vinham à tona. No dia seguinte, tínhamos que encontrar os demais pescadores e retornar para casa assim que chegassem.

Na manhã seguinte, já no quinto dia de expedição, acordamos cedo, organizamos as coisas, tiramos o plástico do tapiri e fizemos café, e escondemos 40 sacas de sal na mata para serem utilizadas ao longo do verão para salgar pirarucu. Saulo e Oleís foram de encontro aos demais pescadores para ajudar a carregar a pera, pois Chico e Luiz estavam com febre. Assim que chegaram, por volta das 11h30, retornamos pelos caminhos já abertos, sem a necessidade de cortar mato novamente, o que repercutiu significativamente na diminuição do tempo em relação à ida. Chegamos a SPO ainda no mesmo dia, por volta das 18h40. Retornamos após concluir nosso objetivo: abrir os acessos, deixar o sal e trazer peixes para custear as despesas dos pescadores envolvidos. O resultado foi um total de 39 tambaquis e aproximadamente oito mantas de pirarucu e uma pirapitinga.

Sobre a presença de geladeiras presentes nas canoas de meus parentes é comum atualmente no Solimões a presença desse objeto; notei durante a viagem de retorno a SPO de barco uma enorme quantidade de geladeiras em canoas nos portos próximos do município. Percebi que a maioria dos pescadores indígenas e ribeirinhos estão utilizando, cada vez mais, geladeiras que seriam jogadas no lixo para armazenar os peixes. Eles dizem que essas geladeiras têm maior durabilidade do gelo; a tampa fica mais hermética, o que faz com que o tempo de conservação do gelo se mantenha estável por mais tempo, repercutindo em períodos mais longos de pescaria.

Para encerrar esta experiência de estar lá, aprendi que se movimentar na mata e escutar seus sons fazem parte de um saber prático fundamental. O lugar onde estávamos exigiu a manutenção de um equilíbrio, uma conexão que se renova justamente no aprendizado de abrir o próprio caminho. Assim, encontrar os acessos é seguir uma trilha sem trilhos fixos, um percurso feito de sensações em constante transformação, que demanda uma atualização contínua desses saberes a cada nova investida.

Por onde passava, revivia as paisagens guardadas na memória desde a infância, as pescarias que me marcaram desde os seis anos de idade. Piranga, em sua boa e admirável memória, refaz nosso percurso e relembra os passos que dávamos juntos pelo primeiro varador – ele se esforça até em descrever a cor azul da minha sandália. Esse reencontro, no corpo e na lembrança, é a essência de reconectar os acessos.

3. CAPÍTULO 2 - HABILIDADE DE PESCAR, MANEJAR LAGOS E PEIXES

Os percursos de acesso são denominados localmente pela expressão “por baixo”, quando descemos o rio Solimões acessando-o pelo lago Paranaquera, ou “por cima”, entrando pelo furo denominado Santa Fé, ou pelos furos que conectam os lagos Cuiria e Acará e o cano do Olavo, que dá início ao cano Pupunheira, outro acesso, em período da enchente e da cheia.

Revisitar esses lugares alagados remeteu-me às minhas memórias de uma infância marcada por uma paisagem singular. Lembro-me de quando Piranga me levava em suas pescarias nos ambientes do Sacambú e do lago; na época, navegávamos “por baixo”. Percorremos subindo o lago e o cano Paranaquera e, depois, o Parnamirim; passamos pelo “Inferno” (literalmente, dadas as dificuldades de navegabilidade de canoa e motor rabeta), finalmente ao furo do vai quem quer, que se conecta ao igarapé que dá início à cabeceira do Sacambú do lago. Na ocasião, passamos dois dias de viagem.

Piranga posicionava-se na proa da canoa (o banco da frente) na qual decidia por onde era o caminho do furo minha atenção era apenas ajudá-lo a passar por árvores caídas no furo. Suas habilidades de navegar em meio ao igarapé fechado com muitas matas, cipós, árvores e caídas nos ajudavam a chegar mais rápido, apesar das dificuldades na cabeceira do Sacambú. Após alguns dias de viagem, ele dizia que já estávamos no igarapé do Sacambú, me sentia alegre, pois sabia que já estávamos perto. Por volta das 11 horas da manhã, saímos do furo vai quem quer. Logo avistei as folhas verdes de capara, uma pequena árvore que cresce tanto na terra quanto na água; sua presença indica a cabeceira do igarapé de água preta e fria.. Essas folhas verdes, o aroma de flores e frutas marcam as características únicas da cabeceira do Sacambú. Essa sensação traz consigo alívio e felicidade, um sentimento impossível de descrever.

Assim que chegamos, Piranga pegou as sementes de seringa que havia levado como isca, físgou-as no anzol e armou o espinhel na árvore de capara, as espécies a serem físgadas seriam pirapitinga ou tambaqui. Existem duas formas de colocar o espinhel; geralmente, na beira do rio, o pescador estica a linha com intervalos de três a quatro anzóis e a amarra em uma vara, deixando apenas a isca e os anzóis submersos. A linha principal fica distante do nível da água em média de 40 centímetros. Nas pescarias com meu avô, utilizamos uma tática diferente: Piranga colocou a isca e deixou tanto a linha principal quanto a secundária, com os anzóis, submersas. A ideia era deixar a linha na água para suportar a força que os peixes fariam; assim, não quebraria a corda ou o anzol.

Naquela época a pesca ocorreu no período de enchente o que mudava o uso do apetrecho de pesca, assim que terminamos de colocar o espinhel já tinha peixe batendo, voltamos e já estavam físgadas duas pirapitingas grandes, Piranga sorria e dizia: - “é por aqui que vocês estão” ao se comunicar com o peixe, em seguida preparamos o almoço na beira do Sacambú, e logo cozinhamos porque queríamos tomar caldo com farinha em seguida partimos em direção ao Lago Grande.

Chegamos no lago na tarde do mesmo dia, cortamos vara, forquilha e palha para construir o tapiri na beira do lago, ao anoitecer Piranga já cansado resolveu atar a malhadeira somente no dia seguinte. Acordamos com os cantos de pássaros e guaribas, Piranga preparou o café e disse “vamos pescar aqui no cóiu do Zé Preto”, um lago pequeno que fica na cabeceira de baixo do Lago Grande. Com muita calma e paciência remava devagar observando o movimento da água, eu estava na popa da canoinha (banco de trás) atento aos gestos suaves e precisos, frutos de uma escuta atenta e de um olhar cuidadoso às águas escuras do lago no período da enchente.

Remando com calma, com o remo em uma mão e a flecha na outra, ele assobiava ou falava em voz baixa, cuidando para não perturbar a brincadeira dos peixes, e posicionou suas malhadeiras de modo que o cardume não notasse sua presença nem os lugares onde as malhadeiras eram atadas. Nesse período de enchente, Piranga atava sua malhadeira entre os matupás da beira do lago passando por baixo dos murerús até os igapós da restinga.

Piranga apontava dizendo: “Eles estão correndo um atrás do outro.” Cada pescaria com meu avô foi uma oportunidade de conhecer seus cóius de pesca e aprender de perto essa relação íntima com cada lugar; essas memórias fazem-me refletir sobre o quanto é importante cuidarmos e respeitarmos esses ambientes lacustres.

O cardume de tambaqui costuma permanecer entre as canaranas nas margens dos lagos e igapós, em busca de frutas e sementes logo de manhã cedo, fica de onda rente à água. Em dias de sol intenso, deslocam-se para o meio do lago e, mais tarde, retornam para as áreas rasas dos igapós próximas às restingas, onde abundam árvores frutíferas, como seringueiras, jauaris, açazeiros (*Euterpe oleracea*) e buritizeiros (*Mauritia flexuosa*).

A relação entre lagos, igarapés e macrófitas constitui suas formas próprias de defesa; ou seja, a qualidade do lago pode ser medida por tal relação, o que repercute na distribuição e quantidade de cardumes de peixes. Essa quantidade elevada de matupá em torno de seus acessos demonstra como esses lugares possuem defesas ambientais particulares: seus movimentos são governados pelo vento, o que dificulta a abertura de novos caminhos, pois os “módulos” de plantas são como peças de um quebra-cabeça que se conectam, sendo quase impossível decifrar

suas extremidades. Disso decorre que o caminho feito na entrada pela manhã, à tarde ou à noite, já não é o mesmo, no retorno. Para os pescadores invasores, isso é um “sofrimento”; para os Kaixana, é uma busca por equilíbrio e interação.

Essa dinâmica das plantas d’água tem um papel importante no movimento do cardume, são aliados que conseguem abrigar uma enorme diversidade de espécies, funcionando como um guarda-costas dos peixes, quando o lago está sendo invadido por pescadores invasores que navegam de motor rabeta o cardume para de se movimentar e ficam seguindo por baixo desses enormes blocos de plantas, o pescador Kaixana chamam de tufão, Piranga me contou uma vez que havia visto uma onça presa num desses tufão ele sorria ao relembrar.

Nesse contexto, é nesse sentido que precisamos pensar sobre o que o indígena está pensando (Barreto, 2021), quando falamos em “preservação dos recursos pesqueiros”, pois surgem diversas inquietações: será que estamos falando da mesma coisa que um biólogo ou engenheiro de pesca? Pensar o manejo a partir da cosmopercepção indígena é o que defendo, pois o peixe precisa estar em equilíbrio com o lugar, por isso, influencia as decisões de “zonear” lagos.

Assim, o cuidado Kaixana começa pela percepção da paisagem. Em períodos de reprodução ou quando se alimentam, os peixes produzem sons e, para serem “pescados”, devem ter realizado a primeira reprodução; por isso, privilegiam-se os maiores exemplares. Esse princípio reforça um aprendizado transmitido pelos mais velhos e (re)significado nas práticas atuais: “pegar peixe” é garantir a continuidade da vida nos lagos. É este princípio de continuidade, ancorado no cuidado e na percepção, que estrutura a habilidade Kaixana de pescar e cuidar de lugares.

3.1 O cuidado tradicional e os conflitos sociais

Nesse exercício de memória sobre a pesca com meu avô, deparei-me com indagações sobre conflitos socioambientais e os obstáculos que dificultam o monitoramento e a vigilância dos lagos. A distância entre o município e a comunidade, como visto, exige um investimento considerável de recursos humanos e equipamentos. Pescadores invasores não respeitam o tamanho mínimo de “captura”, invadem o Aterrado, se apropriam de tapiris, frutas e ainda assim, roubam o que tiver pela frente. No dia de meu retorno a Manaus em dezembro de 2025, após minhas pesquisas de campo, o pescador Chico chegou do Sacambú e informou que já havia pescadores invasores que eram os mesmos manejadores de outras áreas próximas. É

importante ressaltar que, apesar das constantes reuniões e informações de conscientização, pescadores, a má-fé de alguns manejadores ainda perpetua tais práticas ilícitas.

É nesse contexto que se evidencia o esforço de fortalecimento do povo Kaixana do rio Solimões. Por meio de uma “preservação” consciente, eles se tornam protagonistas de suas próprias histórias ao (re)significarem suas práticas a partir do cuidado e do manejo de utensílios de pesca. Essa conduta é pautada pelo respeito ao alheio; desde a infância, o Kaixana aprende que “não pode mexer as coisas dos outros”. A consolidação do cuidado coletivo voltado ao patrimônio compartilhado entre os Kaixana não se dá pela repetição de técnicas estáticas. Pelo contrário, fundamenta-se em um aprendizado prático e harmônico, continuamente renovado na interação com os caminhos, os ambientes, como vimos acima, e na interação com os seres que habitam estes locais.

O povo Kaixana é marcado historicamente por uma cosmopolítica do cuidado de lagos. A pesca de subsistência reconhecida pelo uso de apetrechos mais seletivos realizada por famílias ribeirinhas sem fins lucrativos, para além disso, o Kaixana envolve-se e interage com o lugar, que por muito tempo constituiu a principal forma de relacionamento com os ambientes lacustres, dada a abundância de peixes nos lagos. Essa consciência de “pegar peixe sem acabar” permanece essencial para o sustento familiar e fortalece a relação de cuidado com o território. Isso se traduz no respeito ao período em que os peixes estão ovados e na compreensão de que o ambiente, por si só, não gera vida sem essa interação equilibrada. Ao seguir a diretriz de conservar lagos e peixes, o manejo pesqueiro tende a contribuir para o fortalecimento dos povos indígenas, ao reivindicar leis mais rigorosas contra invasores. Embora o impacto imediato da fiscalização ainda seja tímido, a iniciativa é um passo importante, especialmente considerando o curto prazo de sua implementação na região do Alto Solimões.

Como técnico formado na área da pesca, filho deste território, minha contribuição junto aos meus parentes transita entre o saber tradicional e a mediação institucional. Atuei no monitoramento de conflitos socioambientais, elaborando relatórios sobre a pesca ilegal e as invasões em áreas de reprodução, além de colaborar na organização da AIKA, a fim de somar forças à luta por nossos direitos. Dentro dessa lógica de cuidado, as ferramentas do manejo participativo são fundamentais. A prática de zonear os lagos - classificando-os conforme as modalidades de pesca e respeitando os locais de reprodução - não deve ser vista apenas como uma técnica biológica, mas como uma estratégia de fricção das políticas públicas. Embora o manejo não resolva as invasões e conflitos, ele instrumentaliza nossa luta, garantindo amparo legal para a comercialização de peixes, gerando segurança alimentar e autonomia de renda.

Assim, nos apropriamos dessas políticas de “consercação” para transformá-las em mecanismos de defesa da vida e de afirmação da nossa soberania territorial.

3.2 Pesca Kaixana: Apetrechos e a cosmopercepção do Ambiente

Dentre as técnicas utilizadas nas pescarias Kaixana, cujo aprendizado inicia-se na infância, destacam-se: a pesca de caniço, a pesca no rio principal nas proximidades do município com malhadeira de fibra, a pesca com malhadeira de náilon (tanto no rio quanto no lago), a pesca com espinhel no Sacambú, além do uso de curumins¹¹, tarrafas, zagaias e arpões.

As pescarias de peixes miúdos como tambaqui, tucunaré, jejum, aruanã, acará-açu e pirapitinga realizadas tanto no Sacambú quanto nos lagos demandam baixo esforço e um “poder de pesca” moderado. Nestas, utiliza-se a malhadeira de seda "verdinha", que é colocada nos igarapés do Sacambú, modalidade realizada com mais frequência na cheia para garantir o peixe assado no Aterrado.

Piranga e seus filhos utilizam apetrechos seletivos, como caniço, arco e flecha, arpão, zagaia e espinhel, especialmente no período da seca. Como a concentração de peixes é maior nos canos, eles optam por essa modalidade dada a fartura. Para pescar de caniço nesses lugares, é preciso saber “encastroar” o anzol; sem essa técnica, no primeiro lance perde-se o apetrecho na primeira tentativa devido à enorme quantidade de piranhas.

Nibson, um jovem Kaixana que participa ativamente das pescarias, utiliza o caniço já encastroado, uma técnica que consiste em colocar um pedaço de arame diretamente na base do anzol. A isca é peixes pequenos, como a sardinha, nessa modalidade capturam-se jeju, piranha, tambaqui, acará-açu, matrinxã e tucunaré.

Além dessas, existem tecnologias sociais tradicionais, como o cacuri e o pari, que é tipo uma armadilha tradicional para peixes. Lembro-me vagamente de termos feito um no igarapé Piranhal; o velho dizia que ali era um cóiu certo para pegar tambaquis. Recordo meu avô carregando as varas para fazer o curral e retirando outras menores para a "língua do cacuri", por onde o peixe passava e não conseguia mais sair. Ele construía um muro, ao final, fazia um tipo de cerco com as varas.

¹¹ Uma modalidade de pesca que utiliza uma corda principal (arpoira) de 'bitola' considerável, enrolada em uma boia – que pode ser uma garrafa PET. Na arpoira, é amarrado um anzol com isca de peixe, que pode ser inteiro, no caso do curimatá (*Prochilodus lineatus*), ou em pedaços, caso se trate do aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*). A extremidade da arpoira é amarrada em galhos ou em aningas do 'tufão' flutuante, podendo ser atada tanto no lago quanto no sacambú.

Durante a pesquisa de campo, não observei a pesca com armadilhas nos ambientes do Sacambú; entretanto, subindo o Solimões em um barco recreio, notei e quantifiquei 27 caturis na beira do rio, nas proximidades do município de Tonantins. Isso reforça essa cultura de pesca, embora ainda presente na região, deixou de ser empregada nos igarapés.

Com o surgimento da malhadeira, o pescador Kaixana desenvolveu novas estratégias. Atentar às condições do ambiente, ajustar o tamanho da malha e a cor do náilon de acordo com as características da água, além de compreender a relação de cada cardume com sua paisagem, são cuidados que fundamentam a consciência coletiva sobre as espécies.

Essas práticas visam manter uma ética relacional e o equilíbrio entre o ambiente e o peixe em novos contextos técnicos, pois as tensões influenciam as paisagens configuradas pelos cardumes, que detêm a escolha de permanecer ou não habitando aquele lugar. Como explica um pescador: “Essa malhadeira é 12, malha 80. Agora para pegar aqueles no verão é bom malha 110, já pega aqueles de 4 quilos pra cima. No inverno já está escasso de peixe, são mais de 150 braças de malhadeira.” A malhadeira de tambaqui muda de coloração e tamanho acompanhando o pico de sazonalidade da várzea. As características do ambiente orientam essa escolha, mas a cor do náilon não é o único fator responsável pelo sucesso: como afirma meu avô: “é preciso saber onde eles estão”. Além dessa precisão técnica, a prática pesqueira exige o equilíbrio alcançado por meio da preparação e ativação do corpo.

Piranga já relatava que, na beira do lago Zé Preto, havia apenas tambaquis de três quilos para baixo, aos quais denominava de “Roelo”. Ele sabe que esse lugar possui apenas peixes que ainda não fizeram a primeira reprodução e, quando os soltas, avisa para que chamem os maiores para emalhar na malhadeira. Antes de anoitecer, ele retirava a malhadeira para que os roelos não caíssem nela, evitando que morressem sem que pudesse devolvê-los.

Outro ponto importante é o tamanho mínimo da malha. Hilton, remendando a malhadeira, me explicava a relação do tamanho da malha ao período da água:

- “Essa é malha 80, é boa no verão, só pegar aqueles graúdos, compra a malha 110, náilon preto. Cai de três quilos já, fica de três quilos pra cima. Aquele pequeno passa um pouquinho pela malha”.

Sobre a prática de devolver os espécimes juvenis ao ambiente, Hilton reforça a ética do manejo:

- “Esses pequenos assim, de um quilo, um quilo e meio... a gente agarra só o que já tá morto. Mas aquele que tá vivo, se puder largar, a gente larga. Eu larguei ontem, larguei dois, três. Desse tamanho assim (demonstra com as mãos), só escolhe os graúdos.”

Em certas ocasiões, o pescador pode ficar “panema” (estado de azar ou falta de sintonia com a pesca); somente após rituais com banhos é que ele volta a pegar peixe. Diariamente Otemar, pescador Kaixana que atua na enseada do outro lado do rio Solimões em relação a SPO, visita seu pai, Piranga – a quem chama carinhosamente de “Velho” – antes de conferir suas malhadeiras. Diante da pergunta “cadê, nada?”, e da resposta negativa, Piranga afirma categoricamente a necessidade de um banho ritual. Sobre esse processo de ativação corporal, o Velho relata:

“Cria mais felicidade, banha pra ficar forte. Limpa o corpo das coisas ruins. Como ele está por dentro, não sabemos; é preciso tá bem. Você mesma precisa fazer seu banho porque não sabemos como estamos. Quando sair de casa, tem que fechar o corpo”.

Essa prática de retirar a negatividade é uma forma de equilibrar-se com o intangível; trata-se de uma mediação para alcançar a harmonia e renovar a disposição necessária para o sucesso nas pescarias.

Figura 18 - Pescador Kaixana em deslocamento para a enseada no Rio Solimões.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Ao verificar sua malhadeira, Otemar encontra um bacu-cuiúcuíú, esses peixes de “segunda”, forma como os ribeirinhos chamam os peixes que não são comprados por pesqueiros compradores de peixe na beira do rio, por outro lado, os peixes de “primeira” são: tambaqui, dourado, filhote de paraíba, caparari, pacamã, dentre outros. Este termo também se aplica ao

peso do peixe. De vez em quando, ele parece com as cabeças de dourados para o preparo da mojica, um prato tradicional e saboroso no qual o peixe é cozido lentamente com a banana-verde. O pescado capturado nessa modalidade consiste, em sua grande maioria, em peixes de “couro” ou “liso”, como são chamados em SPO. Esses grandes bagres realizam a migração pela calha do rio, subindo contra a correnteza na premissa básica de se reproduzirem durante o verão. Dentre as espécies “capturadas”, destacam-se: dourado, caparari, bacu-pedra, jaú, pirara e o filhote (piraíba), além de peixes de escama como o tambaqui, a pirapitinga e a pescada.

O artefato de pesca é o mesmo, a malhadeira, mas a tática muda. Essa rede, quando atada no sacambú ou no lago, utiliza-se boias de isopor ou aningas em seu entralhe superior, de modo que a corda das extremidades seja amarrada em cipós ou galhos; o peso no entralhe de fundo só é utilizado quando o cano está correndo. No Solimões, os peixes têm seus cóius diferenciados – uma estratégia adaptativa que amplia as chances de sucesso reprodutivo. Ao utilizarem a parte mais profunda da correnteza e dos remansos na enseada, essas espécies otimizam a fecundação, uma tática reprodutiva desenvolvida pelos tambaquis de rio, percebidas pelo pescador. Diante disso, o Kaixana altera sua forma de interagir com esse ambiente, sofisticando a maneira de atar a malhadeira: a forma como é posicionada, a alteração da cor e espessura do náilon, o entralhe e o tamanho da malha. Aqui, eles estão pensando em pegar um peixe maior; por isso, a malha é sempre maior.

Figura 19 - Pescador Passarito faz uma nova malhadeira para enseada.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Durante algumas conversas na casa de Passarito, enquanto ele tecia um novo “pano de malhadeira” de enseada para pescar no verão, ele explicava de forma generosa sua estratégia de atar a malhadeira; ali, tive a oportunidade de compreender suas técnicas ressignificadas para a dinâmica do rio.

O pescador Kaixana, em contexto urbano, que reduziu a frequência de pescar nos lagos, estabeleceu uma nova rotina: “ver sua malhadeira que está lá do outro lado”. Essa frase era recorrente em meu convívio familiar, dita por minhas tias: “Teu tio foi ver a malhadeira dele lá no outro lado”.

Os remansos do rio Solimões tornaram-se, por analogia, um cóiu estratégico para os Kaixana que deixaram de pescar no lago e Sacambú, como ocorria no passado. A opção pelo rio configura-se como uma alternativa viável para a geração de renda extra no contexto urbano, como observado nas trajetórias de Otemar, Gilberto, Valdenez (Passarito) e Ézio. Eles são pescadores especialistas, dominando técnicas de captura do tambaqui (com malhadeira e espinhel) e do pirarucu (com malhadeira e arpão). Como justificam: “já estamos cansados de pescar no lago”, referindo-se à distância, aos custos com combustível e rancho, além do tempo de permanência exigido pela pescaria nesses ambientes lacustres. Sendo todos aposentados, a pesca integra um mosaico de atividades que complementam o orçamento familiar, incluindo desde a venda de mercadorias (como carvão e bombons) até o trabalho como mestre de obras.

Figura 20 - A técnica de remendar malhadeira e reconectar um novo cóiu.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Na enchente, a malhadeira muda, o cardume é outro. Chico “remenda” a malhadeira de curimatã, uma técnica de aprimorar ou otimizar o “poder” de pesca do artefato, tecendo os buracos entre malhas, esse tipo de rede é feito de polietileno, apesar de sua durabilidade as malhas podem ser rasgadas com facilidade pelo movimento do peixe ou quando o apetrecho entra em contato com tronqueiras de fundo, nesse intervalo entre tecer e planejar, decide em quais locais irá atrás dos peixes.

Escutar suas histórias, aprender como se remenda uma malhadeira; minha posição era de observar seus gestos, buscar compreender como eles percebem o ambiente ainda na preparação e confecção do artefato de pesca. Esses ritmos estão sempre em frequência de acordo com as novas estratégias adotadas pelo peixe.

Eles dizem:

- “Hoje nós vamos atrás das matrinxãs, tá chovendo, elas estão saindo”.

Chico, ao remendar a malhadeira, lembra em quais lugares pode “pegar peixe”. O rio Jacurapá é outro lugar onde eles vão atrás dos cardumes. Hilton sempre pesca com Chico; esses dois irmãos estão sempre juntos, estavam em todas as pescarias do manejo e em outras ao redor de SPO. Os dois têm uma interação única.

Nesse contexto, a eficiência da pesca envolve uma rede de relações e a junção de habilidades, bem como as interações das espécies com as novas conformações da paisagem e a manutenção desse equilíbrio; caso contrário, é necessária a mediação por meio de banhos. Para além disso, o pescador ajusta o tamanho da malha e a espessura do náilon ao modo de “entralhar”, garantindo que o peixe não perceba sua presença. Percebe-se, assim, que a percepção do ambiente e sua relação funcional com a cor, o tipo de artefato e a profundidade são fatores em que a técnica e o cosmoperceptivo se mostram indissociáveis. Dessa forma, a mudança do período das águas exige novas estratégias, pois os peixes construirão novos cóius ao longo dos ciclos d’água.

3.3 Ecologia do cóiu: para além do habitat físico

Para compreender essa ética relacional e esse equilíbrio, é preciso ir além do “hábitat” e adentrar a noção Kaixana de cóiu. As características do ambiente – como temperatura, coloração da água e pH – que configuram um “hábitat” isoladamente, podem não ser suficientes para manter um cardume em segurança ou ser consideradas sua “casa”. A dinâmica de coexistência desse lugar de encontro de vidas está sempre em cruzamento com seres espirituais e “Donos”, além de um histórico de tensões provocado por invasores em relações de equilíbrio

estabelecidas pelos pescadores Kaixana. Tudo isso constitui o que chamamos de *Cóiu*. Ele possui uma configuração específica, na qual o peixe detém a capacidade de modificar o lugar, transformando-o em uma paisagem – como um “remanso”, por exemplo. Para os peixes, o cóiu resguarda uma “visibilidade” que a visão humana não alcança.

Nesse contexto, propor uma ecologia relacional e dinâmica exige enxergar a partir de uma percepção Kaixana ou, melhor dizendo, de sua cosmopercepção, sem negligenciar a agência do peixe. Assim, é possível descrever o comportamento e a interação da vida do fundo de igarapés – em especial de peixes e quelônios – e de que forma os movimentos de pescadores invasores afetam todo esse ecossistema relacional. Nesse sentido, a paisagem (habitada ou não por cardumes) diferencia-se do “nicho fundamental”, pois a relação que os peixes desenvolvem no fundo envolve tensões e históricos de ameaças, sejam sonoras ou físicas, como queimadas e malhadeiras em seus locais de reprodução. Todos esses fatores levam a que os seres permaneçam escondidos em lugares invisíveis dentro de um cóiu, onde o peixe e o igarapé constituem um sistema único.

Sobre esse ponto específico, Magro nos conta (conforme minhas notas de campo):

Eles já estavam uma semana lá, andavam de motor pra cima e pra baixo fazendo barulho. Tava alagado, eles estavam pescando no lago... Eu disse: - ‘Chico, esses peixes estão escondidos, eles sabem, ainda mais andando de motor’. Eu fui pra beira do lago, fiquei olhando e pensando, onde esses peixes estão? Saí remando assim perto do matupá, quando eu percebi malmente aquelas ondas correndo entre os matupás.

Esse trecho revela que os peixes se escondem e permanecem assim por dias após a interação com os invasores. Ao ser questionado sobre como os peixes se escondem quando há invasores no lago, Magro relembra uma ocasião em que foram pescar durante a cheia; havia pescadores há semanas no Lago Grande e, sem pescar nada, já pretendiam voltar. Foi então que ele saiu em busca dos cóius de peixes, no Lago da Cobra, que se protegiam do barulho e das malhadeiras nos igapós.

Como já discutido, o ambiente lacustre possui dimensões particulares: na seca, a coloração da água é preta; na cheia, a cor muda para uma mistura de água preta com águas mais claras de igarapés e lagos de água barrenta. Essa mudança afeta como os peixes se organizam na circulação e reformulação de seus cóius. Além disso, cada lugar está sujeito a “mudanças cíclicas” decorrentes das alterações do tempo e do Antropoceno, como a prática de “tocar fogo” nas cabeceiras, que acaba matando árvores frutíferas. A cada ano, esse ambiente é ressignificado; novos aprendizes tecem novas relações, contam novas histórias e formulam novas paisagens.

O contexto histórico das relações forma os cóius. Longe de serem unidades de um ambiente estático, eles são pontos de convergência dinâmica, nós vitais na “sazonalidade do Sacambú”. Neles, os cardumes se aglomeram não por acaso, mas em resposta a tensões, como as bateções do passado, quando os pescadores cercavam os peixes em volta de matupás e entravam no meio do cerco batendo com pedaços de madeira, e acelerando o motor rabeta, de modo que o cardume fugisse sem direção e atordoados. Nas vazantes, formam-se ressacas e remansos constituídos por terra, árvores e correntezas, que resultam em novos lugares de reprodução.

Desenvolver a ideia de uma ecologia relacional e dinâmica é o que tento inscrever ao apontar para um lugar com diferentes dimensões. Um ambiente com variáveis específicas de cada espécie pode não ser suficiente para garantir que aquele determinado indivíduo estará lá. Portanto, a interação do peixe com o ambiente é o que produz as características de uma paisagem. Um ambiente, por si só, não tem a capacidade de preceder a vida; é a junção de afetos, tensões e processos históricos que contribui para a retomada, o afastamento ou a recriação de novos vínculos. Assim, o cóiu, na linguagem Kaixana, não é apenas um ponto fixo no Sacambú ou no lago, é um acontecimento.

3.4 Tambaqui: a vida na água

O tambaqui não apenas “está” no cóiu; ele o “organiza”. Nesse sentido, o peixe não ocupa um espaço vazio, ele habita um mundo em formação. Seguindo o pensamento de Ingold (2000), “o organismo e o ambiente se pressupõem mutuamente”. O cóiu só existe como tal porque o tambaqui interage com ele, transformando galhadas inertes, matupás em uma “paisagem do fundo”.

O Kaixana percebe e o chama de cóiu, mas o peixe possui uma “visibilidade” diferente. O peixe não ocupa, mas “habita” o cóiu – e habitar é um processo ativo. Como sugere Ingold (2000), as formas do ambiente não são cenários estáticos prévios, mas surgem dentro da corrente das atividades de vida. Ao buscar sementes ou modificar o fundo, o tambaqui não está apenas em um local; ele está constituindo aquele ambiente como um lugar de vida e proteção. Nesta perspectiva, pretendo inscrever a conservação dos peixes considerados alvo em políticas de “conservação”, considerando suas relações com o lago, igarapé e rio. Afinal, sem conservar a integridade dos cóius, é como tentar preservar uma cultura proibindo seus locais de interação. Não basta apenas dizer que é um ambiente de proteção ambiental; é necessário conhecer tais características de cada cóiu, que só é percebido a partir de uma relação íntima e relacional.

Hilton é um pescador especialista na pesca com malhadeira e um caçador astuto e cauteloso. Calma e paciência descrevem seus movimentos suaves ao remar a canoa; ele escuta e presta atenção no movimento da água e, pelo comportamento do cardume, sabe por onde deve começar a atar a malhadeira. No igapó, corta o mínimo possível de galhos e cipós; por onde passa, é quase impossível saber o caminho. Sobre isso, ele descreve a seguir (conforme minhas notas de campo):

Agora eles estão comendo ainda. Antigamente a gente pegava de tarde os peixes, agora eles estão caindo de madrugada. Quando vem amanhecendo o dia, eles vêm pro lago e depois voltam de novo. Agora, quando tá seco, não; eles ficam na beira do lago mesmo, tudo na beira eles ficam. Agora, quando tá alagado nessa época, em todo canto tem tambaqui porque tem muita água e tá muito fundo ainda na beira do lago. Quando secar mais um metro, como eu estava dizendo pro Chico, aí tu vai ver tambaqui aqui saindo pra beira do lago. Eles vêm de cardume, chega vêm preto assim à meia água. Agora tá ruim, ainda tá alagado, ainda tá correndo; quando eu coloco a malhadeira, fica correndo para cá. Na primeira pescaria, colocamos 150 braças de malhadeira, pegamos seis. No segundo dia, pegamos 18, né? E hoje pegamos seis. Quatro de manhã e agora seis horas. Em três dias de pesca."

Fala também sobre os cardumes de pirarucu:

Onde eles estão boiando eles fazem aquela roda de rabo de fora, pode ir lá depois eles estão um atrás do outro brincando, de primeiro pensa que eu arpoar pirarucu? Eu saía de perto deles, quando eu olhava aqueles cardumes eu saí fora deles, porque se chegassem perto poderiam me alagar agora quando tá secando, agora quando secar um metro, lá no lago do buriti e do milharal quando eles vêm de cabeça de fora chega vem aquele fecho e não é pirarucu pequeno não, é só aqueles grandes. Nós não chegamos nem na cabeceira, só no zé preto que estamos pescando, só na cabeceira de baixo. Colocamos aqui no igarapé, está correndo ainda a restinga tá fundo ainda mais de duas braças de fundura.

O tambaqui costuma sair do lago na vazante-seca, segue a correnteza do Sacambú e chega aos remansos do Piñá e igarapés, onde se organiza em cardumes e transforma novas vidas. Os pescadores Kaixana leem esses ritmos e narram histórias de como “pegaram” o peixe não por dominância, mas por (co)participação e envolvimento nos movimentos dos peixes.

Apesar das alterações em suas paisagens, os lugares se transformam e permanecem presentes em suas memórias, pois, a cada ciclo, os tambaquis reconfiguram suas estratégias reprodutivas de acordo com mudanças ambientais e com a pesca em seus locais de reprodução, tecendo outras “táticas” e, assim, concluindo seus ciclos de vida. Esses peixes não são vistos

como “recursos”, mas como agentes cujos comportamentos moldam e ressignificam as técnicas pesqueiras; por outro lado, o corpo pescador observa atentamente cada movimento do cardume.

Desprovido de uma técnica de pesca universal, o Kaixana encontra uma forma particular de relação com lugares e peixes, que se inicia dos primeiros acessos até chegar à cabeceira do Sacambú. Diante disso, é preciso estar atento às possibilidades de encontro nos cóiu, pois o cuidado é visto como o ato de garantir que as paisagens do tambaqui continuem existindo. Se o peixe não reconhece mais o lugar (perda de vínculo), ele se afasta, e a ecologia local colapsa mesmo que a água ainda esteja lá. Uma das indagações observadas foram as preocupações ao redor dos locais onde eram antigos cóius que foram alvos de queimadas e bateção, uma prática realizada por pescadores invares que cercam cardumes e batem na água de modo a espantá-los. Há relatos de utilização de bombas de fogos de artifício.

4. CAPÍTULO III: RELAÇÕES MAIS QUE HUMANAS E A COSMOPOLÍTICA DO CUIDADO

A ideia de manejo, frequentemente utilizada como sinônimo de gestão, está quase sempre vinculada à noção de "recurso". Quando os órgãos ambientais, sejam a Prefeitura de São Paulo de Olivença ou o IBAMA, falam em manejo e “gestão de recursos naturais”, não tratam exatamente do mesmo processo vivenciado pelos Kaixana. Para o meu povo, o que os brancos chamam de manejo, nós compreendemos em termos de cuidado.

Enquanto a perspectiva institucional concebe o manejo de recursos como uma relação entre sujeito (humano) e objeto (peixes, lagos, espécies vegetais), a noção de cuidado pressupõe uma relação entre sujeitos: sujeitos humanos e sujeitos não humanos. Esta distinção é um ponto crucial para entender não apenas o conflito, mas também a articulação pragmática entre essas visões. O fato de serem concepções distintas não significa que tais perspectivas não possam conversar, pelo contrário, meu esforço ao articular essas definições é colocá-las a favor do meu povo.

Entendo isso como uma estratégia para garantir o acesso, a manutenção e a preservação dessa paisagem e das relações nela estabelecidas, especialmente diante das ameaças de madeireiros e pescadores invasores. Quando me refiro ao cuidado, aponto para uma dimensão vivenciada pelo Kaixana com a paisagem e com os peixes em particular. Como vimos nas páginas anteriores, as paisagens dos lagos não são cenários estáticos; são, na verdade, um mundo continuamente regenerado por essas ações de proteção e pelas alianças entre seres de múltiplas naturezas.

Assim, as habilidades de negociar e comercializar, tanto com humanos quanto com seres invisíveis, estão profundamente entrelaçadas ao modo Kaixana de habitar e cuidar de seus lugares. Por outro lado, aprender a perceber o lugar pela paisagem em seu contexto histórico, tensão e dinâmicas e relações ou pelo ambiente, seja pela cor da água, por notar se ela está “correndo” ou “parada”, ou ainda pela fase da lua, revela um conhecimento que articula técnica, ambiente e cosmopercepção de um cóiu, sempre se atualizado a cada novo movimento da água dos peixes e suas relações com seres invisíveis que formando novas interações aprendidas a cada nova investida.

Os jovens Kaixana aprendem, na prática, a preparar, cuidar e ativar o corpo pescador observando atentamente o movimento dos mais velhos: seus modos de preparação corporal, técnicas de manipulação e confecção de materiais de pesca e pilotagens de motor-rabeta. São evidências de um conhecimento relacional e prático, que se distancia da ideia de um saber estático ou cristalizado. Este conhecimento não é uma técnica simplesmente transmitida às futuras gerações, como se fosse uma herança acumulada na mente; ele se atualiza no próprio ato de habitar, cuidar e estabelecer vínculos com as paisagens e seus donos. Como aponta Rose (2011, p. 67), ao documentar contextos indígenas na Austrália, trata-se de pactos de mutualidade nos quais “a vida floresce quando esses acordos são honrados”.

Como sugere Ingold (2000), o conhecimento tradicional local (CTL) não é “cultural” em oposição ao “biológico”, tampouco está separado entre mente e corpo. Trata-se, antes, de uma propriedade do organismo-pessoa em constante envolvimento com o ambiente, que cria e recria habilidades. Negociar com lugares e com os seres que os habitam não constitui uma prática fixa ou estática, mas algo que se refaz e se recria continuamente: nos modos de atenção a tabuleiro, Piñá, remanso e enseada que são lugares de reprodução de peixes, quelônios e mamíferos aquáticos. Esses saberes singulares são tecidos no contato com pescarias e no monitoramento desses lugares. É por meio desses itinerários de práticas - como navegar, remar ou atar malhadeiras - que o saber se transmuta em tradição, não como repetição do passado, mas como continuidade criativa no presente.

O ato de negociar ou, mais precisamente, de se relacionar com seres invisíveis (espíritos donos de lugares) envolve uma rede de reciprocidades. Aterrados, restingas, charcos, buritizais, igarapés, sacambús e tabuleiros são compreendidos como lugares habitados por esses seres, que mantêm suas paisagens vivas e cuidam delas. Os Kaixana conhecem todos os lugares de reprodução da vida aquática e, da mesma forma, buscam cuidá-los durante o período da vazante e da seca. Essa prática se faz tradição não como repetição do passado, mas como continuidade criativa no presente.

Os tabuleiros exercem importante configuração na formação do sacambú e sua paisagem é marcada por tensões no período da vazante e seca. Essas pequenas ilhas ou praias surgem na vazante do Sacambú, constituídas por folhas e terra preta da várzea, e é especificamente nesses lugares que os tracajás desovam anualmente.

Um pescador Kaixana me mostrou alguns tabuleiros no Sacambú. Me contou que, quando os ovos estão “inchados”, é sinal de que já estão quase prontos para eclodir. Por isso, ele constrói uma pequena cerca em volta da cova e a protege até que todos os pequenos tracajás saiam em segurança e rumem a direção da água. Tal cuidado, conforme explica o pescador, é uma forma de proteção contra invasores; ele afirma, ainda, que a quantidade de ovos por cova tem diminuído progressivamente.

A destruição de lugares de encontro e perpetuação da vida nas cabeceiras podem gerar desequilíbrio entre os peixes e seus “Donos” que os cuidam. O resultado disso, são chuvas intensas e seca extrema. Segundo relato de pescadores Kaixana, afirmam que esses eventos são uma forma de defesa por parte da mãe-do-lago Hilton relembra uma vez que pescava no lago da cobra (conforme minhas notas de campo):

Todos aqueles lagotes eles têm a mãe deles, têm a cobra; todos aqueles lagos que têm lá. Tem o Lago da Cobra, que nós chama, tem uma; no Lago do Buriti tem outra; tem na cabeceira, que eu digo que essa é braba, essa daí que é braba... ela que fez eu correr duas vezes, fez o Leo correr, fez o Charel — que foram fazer batção lá no verão. "Haam!", a bicha deu raio, deu chuva... e agora a corredeira d'água que deu lá no cano, como daqui ali assim, ô, assim como se tivesse dando uma enxurrada. Quando eles viram, assim, vinha reboilissando, puxaram a malhadeira na marra. Quando ela se mexe, dá raio, dá chuva. Ela tá lá, ela tem o buraco dela, que ela vem por debaixo da terra, vai varar lá no lago. Ela anda por debaixo da terra, ela tem o buraco dela. Quando nós for lá no lago, eu vou te mostrar onde fica o buraco dela; e não fica muito longe da terra alta não, assim uns cento e pouco metros assim do lago. Quando uma tartaruga boio, ela foi soltando borbulha no fundo e depois desapareceu a borbulha. Eu fui apalpando no fundo com a artia; tava baixo, a artia ficava de fora. Quando chegou no buraco, a artia sumiu no buraco. Eu fui ver de que tamanho era esse buraco apalpando pelo lado com a artia, e percebi que era um buraco grande, maior de que um forno de torrar farinha. Tá lá o buraco dela. Fica aí perto do Zé Preto, onde ela boia perto desse buraco.

Nesse sentido, as políticas de proteção de lagos e florestas devem considerar e repensar tanto o usufruto pautado nos modos tradicionais quanto o estabelecimento de relações que ocorrem em cada ambiente aqui descrito, seja em uma escala mais abrangente, como se manifesta em uma paisagem de interação “multiespécie”. Então respeitar cada lugar é uma forma de cuidar e preservar a vida.

Um fato ocorrido que afetou drasticamente essa relação aconteceu na Ponta do Mergulhão, na cabeceira do lago grande, segundo relato de Hilton, Leonila e Chico relembram:

O cara disse pra ele que foi uma ponta de cigarro, pega como tá seco, pega, aquela ponta do meio pegou fogo. O fogo ele vai por baixo, não por cima não, e quando ele já volta já é por cima acompanhando, ele vai primeiro por baixo.

A preocupação com as árvores que produzem frutas para alimentar o tambaqui foi uma das principais pautas levantadas pelos Kaixana quando me mostraram as árvores queimadas das matas ao redor da cabeceira dos igarapés nas visitas ao lago. As características do solo desses lugares, na seca, são propícias à propagação do fogo. Relataram que passavam noites inteiras tentando apagar as chamas, mas o fogo persistia, queimando por baixo das folhas secas.

A respeito das queimadas, Leonila, uma pescadora Kaixana, afirma, conforme minhas notas de campo, 2025:

Se não fosse nós, naquele dia tinha pegado fogo em tudinho se não fosse eu, a Dilcinha, Magro e Nibson. A ilha o fogo vinha trazendo de um lado e outro, ele não vinha um pedaço, ele vinha todo de um lado e outro. O que nós fizemos: bora cava direto atravessando a ilha, ai nos cavemo no fundo e jogamos água por dentro, foi muita água, não foi só uma vez não, o dia todinho, três dias né magro na luta com aquele fogo, mas ele não passou, passou não, três dias, três dias nos fiquemo lá nos salvemo aquela ponta todinha do mergulhão. Agora outro ano que vem, que é verão, tem que cuidar lá. Uma família tem que ficar lá, outra vai pra lá. Cuidar.

Esse relato narra o ocorrido na ponta do meio da cabeceira do Lago Grande chamada de Ponta do Mergulhão, a luta contra o fogo narrada pelos Kaixana é tanto por não deixar apagar as características ambientais deste lugar, quanto por suas memórias de infância que o fogo poderia levar junto.

Figura 21 - Cabeceira do Lago Grande.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Na Figura 21 as árvores que foram queimadas algumas já estão nascendo novamente, no ocorrido os Kaixana conseguiram apagar o fogo, Hilton se preocupava com as árvores de mungubeira e embaubeira que produzem frutos que fazem parte da alimentação dos peixes, ele afirmava: “Eu ficava pensando por que eles fizeram isso, vai queimar as frutas de munguba e embaúba”.

Esse novo cenário marcou minhas lembranças de coexistência. Quando era criança, costumava ficar na ponta dessa terra que termina bem ao meio do lago; pescava de caniço com isca de bucho de pirarucu enquanto Piranga o tratava. Atualmente, este lugar encontra-se atravessado por transformações socioecológicas decorrentes de atividades extrativistas desenfreadas, conflitos e ameaças.

Diante das transformações, os matupás se movimentam, árvores e barrancos caem formando novos lugares, e eventos do tempo, como chuvas, trovões e temporais, são sinais de que seus Donos estão realocando suas casas diante das inovações e queimadas. As malhadeiras podem ser arrancadas, os peixes desaparecem, canais e lagos se estreitam, dificultando o acesso às áreas de pesca. Estes efeitos exigem maior habilidade dos pescadores indígenas, que manejam suas técnicas viabilizando acordos e negociações. A percepção e o diálogo com seres espirituais viabilizam o encontro com lugares onde os peixes se relacionam. Como afirmou o cacique Kaixana Piranga em nossas primeiras conversas: “É preciso saber onde os peixes estão vivendo.” Esse dinamismo é marcado pelas idas e vindas desses seres.

Em ocasiões específicas, quando se sentem ameaçados, especialmente durante os períodos de intensificação da pesca nos lagos, os peixes se reúnem e se escondem em grandes cardumes. Identificar esses pontos de encontro, geralmente em alguma área do Sacambú, perpassa pela diplomacia firmada entre ambos os lados. Nesse momento, o Kaixana captura apenas o necessário para sustento familiar e os graúdos para venda, respeitando o refúgio dos peixes. Esses lugares costumam ser identificados pelos mais velhos, que possuem uma conexão profunda de coexistência com os seres espirituais e estabelecem com eles relações de respeito. Meus tios, pesadores especialistas, por exemplo, costumam passar temporadas em busca de jabutis e tambaquis. Para acessar os territórios de cada espécie, estabelecem mediações com os donos.

Desde a infância, crianças e jovens começam a manusear a zagaia, o arpão, o caniço e a malhadeira, iniciando um aprendizado que se aperfeiçoa ao longo dos anos. Da mesma forma, os peixes também se relacionam com seus donos, que modificam as unidades de paisagem. O equilíbrio entre essas práticas e a saúde dos lagos é fundamental para garantir que os seres invisíveis continuem disponibilizando lugares e peixes às futuras gerações. Após a saída da

família Kaixana do aterrado, indo morar nas cidades, diminuíram as interações com os seres locais e a defesa do território e, por isso, intensificaram-se as pescarias de caráter extrativista, com diferentes formas de captura, o que levou à diminuição não apenas da quantidade de peixes, mas também de outras formas de vida: aves (mutum, pato-do-mato), animais de caça (anta, guariba, veado, queixada, paca), mamíferos aquáticos (peixe-boi, boto-vermelho) e quelônios como a tartaruga e o tracajá, além de peixes como o pirarucu e o tambaqui.

A forma de interação dos Kaixana com outros seres implica diretamente na manutenção da vida e na produção de práticas voltadas à solução de conflitos socioambientais relacionados ao manejo. Sua cosmovisão, em especial o modo de pensar, ver, ordenar e sentir o mundo (Afonso; Moser e Afonso, 2015), está diretamente vinculada à defesa, ao cuidado e às formas de pesca no território. Nesse sentido, Pavão e Gislotti (2023, p. 3) observam que “[...] a conservação e a restauração dos sistemas socioecológicos [...] dialogam com a defesa dos territórios ancestrais, na perspectiva da etnoconservação como garantia de segurança territorial e socioecológica”, afirmando que a conservação e a defesa territorial geram reflexões ecológicas na sociedade contemporânea. Projetos de pesquisa relacionados à conservação da biodiversidade precisam estar alinhados às ciências indígenas e às cosmovisões, e mais que isso, como apontado neste estudo, em suas cosmopercepções particulares da paisagem lacustre.

Na cosmologia Tukano, Lima Barreto (2023) aponta que os *Waimahsã* são seres-donos que habitam todos os lugares cósmicos e têm responsabilidade e domínio sobre vegetais, animais e minerais, além de regular a temperatura do planeta. Na cosmologia Kaixana a negociação inicia-se na ativação corporal na qual é feita uma mistura de água e escamas de peixes, esfregando esta mistura nos braços e nas mãos dos mais jovens, as escamas são deixadas nos galhos das árvores por pássaros pescadores, ativando uma correlação entre Kaixana-Lago, Kaixana-peixes e Kaixana-mãe-do-lago, uma mediação no equilíbrio e proteção da biodiversidade e mitigação da exploração ilegal.

No caso Kaixana, os seres que habitam sacambús e lagos manejam a vida desses lugares desde sua formação. A negociação e a preparação do corpo contribuem para o equilíbrio e a proteção da vida, refletindo o compromisso com a continuidade dos processos reprodutivos. Essa preservação ocorre em parceria com práticas e técnicas voltadas à solução de conflitos socioambientais, intrinsecamente ligadas ao modo Kaixana de conservar a vida nos lagos. Assim, as pescarias realizadas nos cóiús são pautadas por protocolos de engajamento, respeito e negociação. Nesse mesmo sentido, Lima e Soares-Pinto (2024, p. 175) afirmam que “[...] as formas de territorialidade e de manejo dos mundos indígenas estão implicadas numa

cosmopolítica do cuidado, nas relações com os espíritos e, especialmente, com um tipo particular deles, os Donos dos lugares, das plantas e dos animais”.

A comunicação entre as ciências modernas e o conhecimento ecológico indígena sugere embasar, nas tomadas de decisão, os critérios pelos quais os Kaixana identificam cada lugar. Frente às fragilidades das políticas públicas de preservação de lagos, como no caso do zoneamento de áreas, há necessidade de inscrever tais decisões em consonância com as cosmopercepções indígenas. Essas indagações surgem com a proposta do “manejo participativo dos recursos naturais”, mas resta perguntar: como esse “projeto” é reconhecido pelos seres espirituais? Como afetam as relações e negociações entre pescadores e os donos que cuidam dos lugares? A negociação, enquanto cosmopolítica ou norma (regra de acesso), se configura em acordos de convivência, repercutindo na própria noção de lago, que passa a ser visto como um “lugar de proteção”.

O modo como os anciãos acessaram os lugares ou moradas dos peixes e faziam a quantificação dos pirarucus no passado é muito diferente dos modos atuais. Suas práticas tradicionais de contagem foram ressignificadas: agora se apresentam como “contadores oficiais”, certificados em metodologias padronizadas. Não se trata de rejeitar tal metodologia, mas de tencioná-la com os conhecimentos ecológicos indígenas, que identificam múltiplos movimentos e tempos das boiadas de pirarucu, cada uma com significados específicos. Por isso, não há padronização possível, embora essa seja a expectativa dos órgãos de fiscalização.

Diante dessa complexidade, muitas iniciativas de manejo correm risco de insucesso e de enfraquecimento das associações. Indiscutivelmente, os saberes e práticas ancestrais devem ser considerados nas tomadas de decisão, uma vez que estão intrinsecamente ligados à proteção das diferentes formas de vida. Esses saberes partilham teorias, práticas e modos de manejo que sustentam a paisagem dos lagos, constituindo base para investigações epistêmicas e políticas de “biologia da conservação” (Carneiro Cunha, 2017). Eles mostram como tais relações contribuem para o fortalecimento da luta pela existência e recomposição das múltiplas dimensões da vida (Pavão e Gislotti, 2023).

Outro fator a ser considerado são os conflitos em torno do uso compartilhado dos lagos. Isso porque, embora a pressão comercial recaia sobre os lugares de pesca, os invasores muitas vezes ignoram qualquer “demarcação”, pescando tanto nos lagos considerados de “subsistência”, onde é proibida a pesca com malhadeira de modo que os peixes sejam destinados apenas ao consumo familiar; em “comerciais” que são ambientes que pode ser realizada a pesca com malhadeira e permitida a comercialização, bem como nos ambientes enquadrados como de “preservação”, que foram definidos para reprodução dos peixes.

O conflito em áreas de manejo é comum, e no Território Kaixana não é diferente. Meus parentes já sofreram ameaças de pescadores invasores. Duas pescadoras Kaixana denunciaram esse fato, ocorrido há um ano, e atualmente não se sabe como está o processo. Isso reforça o quão perigoso é estar à frente desse projeto e o quanto ainda enfrentamos dificuldades para dar continuidade a ele com mais apoio do poder público.

4.1 A pesca de pirarucu no lago

A interação da vida nos ambientes vai além de simples encontros entre diferentes espécies, atravessa barreiras físicas e, de modo intangível, alcança profundezas que só podem ser acessadas quando há harmonia. É nesse lugar de relacionamento entre peixe e pescador que Chico demonstra suas habilidades de tirar a carne e as mantas de pirarucu, enquanto Hilton, por sua vez, aplica seu método de salga.

Essa tecnologia tradicional garante a preservação e a qualidade da carne por meses, além de conferir um sabor peculiar. A costela e outras partes conhecidas como “ossada”, quando salmouradas, são preparadas com legumes cultivados no próprio aterrado; macaxeira, maxixe, chicória e jerimum: ingredientes que, uma vez cozidos, seguem acompanhados de farinha e pimenta. O primeiro corte a ser preparado é a cabeça, que vai ao fogo junto com o bucho, servida com sal, pimenta, limão e farinha.

Figura 22 - Tem que saber salgar: uma relação com a carne de pirarucu.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Acompanhamos o processo de salga no tapiri da Comunidade Sacambú. O dia amanheceu com o céu encoberto e, nesta segunda etapa de campo, as pescarias se concentraram

no lago. Hilton havia pescado dois bodecos (pirarucu pequeno) ainda durante a noite e, somente pela manhã, iniciou o trato do peixe. Registrei todas as etapas envolvidas: a escamação, a retirada da carne, a abertura em manta e, por fim, a salga. O povo Kaixana domina a técnica de salgar o tambaqui e o pirarucu de modo que cheguem ao mercado com ótima qualidade. No passado, não havia outra alternativa para conservar os peixes, como o gelo; assim, a salga foi o que permitiu que se tornassem precursores na comercialização de peixe “Salmorado” como é reconhecido em São Paulo de Olivença.

Piranga, cacique Kaixana, ensina e observa atentamente o fazer da salga das mantas de pirarucu. Como um gesto de autoridade e afeto, brinca com seu filho Hilton, sugerindo que passe mais sal; no fundo, porém, reconhece a maestria do filho em cada etapa. Assim como eu e outros primos, aprendemos participando de todas as etapas de beneficiamento - desde a abertura até a salga do peixe. São saberes que incorporamos ao participar desses momentos únicos, fundamentais na vida e na constituição de um “corpo pescador” Kaixana.

Figura 23 - Mantas de pirarucu salgada.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Em uma panela, Hilton deposita o sal; ele conhece a proporção exata necessária para cada volume de manta. Com a mão, vai passando o sal na carne de modo que sente, em seus dedos, a quantidade exata para cada parte do músculo, da ventrecha e das peles.

As imagens apresentadas neste capítulo registram a expressão de um conhecimento sendo posto em prática; trata-se de um saber que, em recorrentes momentos de convívio, é “transmitido” às novas gerações por meio da educação pela ação.

Nibson e Lohan observam atentamente os gestos suaves e experientes de Hilton, em uma relação de longa data que se renova no fazer. Essa interação entre o mestre e o aprendiz é aprimorada em cada atividade do cotidiano: ao remar, pescar, buscar lenha, escolher um lugar para colocar a malhadeira, cortar uma árvore na mata (várzea ou terra firme) ou escolher uma forquilha para ajudar a ultrapassar obstáculos. O simples saber cortar com o terçado faz parte da formação que deve ser aprendida ainda na juventude; por isso, estar à frente de uma canoa é o mínimo esperado de um Kaixana adulto.

Figura 24 - Um saber que se faz na prática: habilidades ao abrir uma manta de pirarucu.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

A abertura da manta do pirarucu é uma das etapas mais importantes desse fazer, pois exige habilidade específica do pescador que a realiza. A altura da mata deve estar posicionada proporcional ao manipulador, nesse caso, Chico, diante de sua enorme experiência, estava abrindo uma mante de bodeco. Esse peixe está fora do tamanho ideal que o especialista costuma pescar, sendo utilizado para o consumo familiar. Chico faz um corte entre a musculatura e a

coluna vertebral, deixando o osso com a menor quantidade possível de carne. Esse procedimento eleva o rendimento das mantas ao máximo, garantindo que a salga atinja o ponto ideal de desidratação das fibras e resulte no equilíbrio adequado entre água e sal, ou seja, o objetivo refinado desta técnica é uma ótima salga.

Libertar os bodecos que eventualmente caem na malhadeira sempre esteve nas práticas pesqueiras do Kaixana, mas eventualmente quando os peixes já estão mortos os pescadores utilizam técnicas de salga para preservar suas características de frescor, permitindo seu consumo por até uma semana no tapiri ou, alternativamente, os levamos a São Paulo de Olivença.

Saber atar uma malhadeira perpassa o estar perto para perceber cada gesto e cada nova forma de interação. O afastamento de muitos jovens desses momentos é uma das dificuldades que a etnia vem enfrentando atualmente. São poucos os jovens Kaixana que acompanham seus pais nas pescarias; como registro desta realidade, apenas seis adolescentes participaram da última pesca de manejo. Essa ausência sinaliza um entrave à educação pela ação, pois o conhecimento que reside nos mais velhos não se transmite como saberes fixos, mas é aprendido no perceber-viver o mundo. Quando o jovem deixa de ocupar seu lugar na popa da canoa, interrompe-se o processo de construção de conhecimento. Assim, o distanciamento desses momentos de prática compromete a atualização de um saber que só se faz no engajamento direto com o fazer prático.

Como refletimos anteriormente, o tambaqui e o pirarucu não são “recursos”, são agentes que moldam as técnicas pesqueiras, por isso a cada nova pescaria é considerado como está o lago. Eles percebem o ambiente e os movimentos humanos; não permanecem no mesmo lugar, fogem, reagem. Essa conexão é também refletida nas remadas lentas e silenciosas dos pescadores Kaixana. Pescar, para os Kaixana, é um relacionamento com a água, os peixes, as árvores e os seres invisíveis. Não se trata apenas de “capturar”, é necessário escutar o movimento dos cardumes sob os matupás.

O pescador, astuto, fica em silêncio observando com calma e paciência uma interação de modo a sentir o peixe, assim demonstra suas habilidades de esperar o peixe boiar. O silêncio é fundamental, pois permite perceber sons e movimentos sutis. Essa atenção acústica remete às formas de percepção sonora descritas por Bruce Albert entre os Yanomami, para os quais certos cantos, chamados e ruídos de aves, anfíbios e insetos (heã) são escutados como sinais acústicos que revelam a presença de caças em vegetações rasteiras ou nos dosséis de árvores. O termo heã, que combina as ideias de “cabeça” (extremidade, ponto) e “voz” (som), remete à capacidade de marcar presença por meio do som. Nesse contexto, a floresta é percebida como

um ambiente polifônico, onde a biofonia (sons não humanos) constitui uma dimensão de diálogo constante, exigindo atenção e resposta dos caçadores (Albert, 2016)

Figura 25 - Pescadores Kaixana relembra de antigos cóiu de pirarucu.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Invasores, ao contrário, entram de motor rabeta, queimam cabeceiras, batem na água ou aceleram para espantar cardumes. Mesmo atando suas malhadeiras nos lugares onde os artefatos dos Kaixana estavam, esses pescadores não atingem os mesmos resultados, pois não compreendem que os peixes estão em profunda relação com esse povo. Na epistemologia Kaixana, a pesca começa na infância.

Os mais velhos levam os filhos na popa da canoa, lugar de aprendizagem. É ali que os jovens aprendem a colocar a malhadeira, a observar as árvores frutíferas e a reconhecer as relações entre peixes e ambiente. Essa preparação envolve também o corpo, o ancião, misturas de escamas e água, esfregando-as nos braços do jovem, numa negociação com o ser invisível. Nesse gesto, os Kaixana afirmam sua cosmopolítica do cuidado, na qual corpo, ambiente e seres espirituais se entrelaçam para manter a continuidade da vida nos lagos, além de configurarem um corpo pescador (*marupiara*).

Suas habilidades de descobrir os cóiús – paisagens de encontros entre humanos e peixes - tornam-se fundamentais para o sucesso da pescaria. Esses locais de pesca sofrem transformações recentes; suas cabeceiras foram queimadas por invasores, mas sua tessitura viva não foi destruída. Os pontos de conexão são atualizados a cada ciclo; por isso, as malhadeiras não são fixas, mas acompanhadas por cheias, vazantes e movimentos dos peixes. Pescar exige afinar-se a essas variações, ajustando o tamanho da malha, a extensão da rede e até a cor do náilon às condições do ambiente.

As pescarias de pirarucu iniciam-se em agosto, embora alguns “bodecos” já caiam em todos os períodos nas malhadeiras. O preparo exige atenção: ao avistar o peixe boiando, faz-se um cerco com mais de uma canoa, e o arpão entra em ação. O pescador Kaixana carrega sempre a artia, confeccionada com a *Socratea exorrhiza* (conhecida localmente como paxiúba), uma madeira firme que recebe o arpão na ponta. Mas arpoar não é apenas lançar: exige audição afinada, percepção, silêncio e tato, molhando a mão para firmar a “arpoada”.

As pescarias do manejo já se iniciam em meados do mês de novembro. Segundo Magro, já estava tarde para pescá-los quando ali estávamos: os pirarucus já tinham sentido a água e já estavam nos igapós. Enquanto esperávamos um pirarucu boiar à beira do Lago da Cobra, ele afirmava: “Tem muito pirarucu, mas não vamos pegar muito peixe porque não tem como ‘levar’. Essa foi uma das dificuldades apontadas pelos pescadores: o transportar tantos peixes pelo varador torna-se inviável. O percurso pelo Varador do Veado, por onde os Kaixana carregavam o peixe, era muito difícil para o transporte de grande quantidade, somando-se às dificuldades com a venda posterior.

Figura 26 - Hilton não encontra o pirarucu no lago da cobra.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Hilton é considerado por todos os Kaixana como o melhor pescador. Eles comentam: “Se o tio magro não pegar, é porque não tem”. Nas pescarias de pirarucu no lago, Magro saía em busca dos peixes, em sua canoa estava *varas* e as malhadeiras; essas varas, após o cerco, prendem o entralhe de baixo no fundo do lago, de modo que ela não dê abertura para o pirarucu sair, porque, segundo os pescadores, “o pirarucu é esperto, ele sabe passar pelos buracos”, que na maioria das vezes são âmagos de árvores e buracos no fundo do lago.

O movimento da água, quando o pirarucu sobe à tona, anuncia o momento certo do arremesso e um envolvimento de sensações e alegria ao ver o enorme peixe puxando a canoa. Piranga relatou que arpoava pirarucu desde a infância. Sua sintonia com os peixes não seguia um método fixo, mas respondia a sinais emergentes da água, das borbulhas, dos banzeiros e dos ciclos reprodutivos. Pegar o pirarucu envolve o uso de malhadeira e arpão. Quando o Kaixana ouve e vê o pirarucu boiar, ele se aproxima com bastante calma. Em seguida, realizam o cerco dispondo duas ou mais malhadeiras por canoa. Em cada ponta, inicia-se o fechamento do círculo, isolando o pirarucu no centro.

Com o cerco fechado, fazem o “caracol”, como diziam: “Depois que fechar a roda de malhadeira, tem que ir colocando vara; se tiver ali dentro, eles caem”. Quando o pirarucu emalhava, algumas vezes o arpoavam, e assim evitavam futuras fugas do peixe.

Quando o pirarucu estava com filho, guiado pelos sons dos peixinhos que boiavam antes da mãe e pelo mover das águas, o Kaixana arpoava na direção que o peixe seguia. Percebi, então, que suas malhadeiras não eram apenas instrumentos de captura, orientavam-se pelos caminhos traçados pelos cardumes, exigindo paciência e atenção às mudanças das águas. Isso me remete ao que propõe Tim Ingold (2011): habilidades não são métodos preexistentes aplicados, mas processos de envolvimento contínuo com o ambiente. Em Piranga, como com Hilton, o saber emerge desse diálogo com lago e peixes, uma atenção renovada a cada pescaria, em um emaranhado de memória, corpo e ambiente. Observar a cor da água, as marcas nas árvores da restinga ou o deslocamento dos cardumes são sinais que indicam pontos para atar a malhadeira. Esses lugares não são coordenadas geográficas estáveis, mas relações vivas que se atualizam em determinados momentos do ano.

4.2 O Manejo e a Feira: Política e Estratégia Kaixana

Antes das pescarias do manejo iniciarem, ocorreram reuniões e assembleias em todos os setores do Manejo de Lagos do Alto Solimões. Tive a oportunidade de participar de uma dessas reuniões. Na quarta-feira, dia 17 de setembro de 2025, acordei cedo. Jorge, pescador

Kaixana, pedagogo e atual coordenador técnico local da Funai em São Paulo de Olivença, enviou-me uma mensagem via aplicativo de mensagem, áudio e ligações, no dia anterior, convidando-me para uma reunião de extrema importância na comunidade Curupati

Figura 27 – Rumo a comunidade Curupati: reuniões do manejo de lagos.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Essas reuniões do Manejo ocorreram nos oito setores de pesca do pirarucu na região. Eu estava ansioso para entender a dinâmica das interações e os discursos locais. Minha expectativa girava em torno de observar como um “engenheiro de pesca” atua em uma reunião de manejo de lagos; não me refiro à minha própria formação, mas a como o responsável técnico deveria contribuir para o projeto. Saímos às 8h30min da balsa da FUNAI em São Paulo de Olivença. A comunidade é próxima, gastamos 20 minutos de percurso com uma baleira com motor 90 HP, subindo o rio Solimões.

Do Setor dos Kaixana, estávamos eu e Eller. Dos participantes da coordenação técnica do manejo, estavam presentes: o Engenheiro de Pesca (responsável técnico pelo manejo), José Maria, membros da Secretaria de Produção e Abastecimento Agropecuário de São Paulo de Olivença e representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Chegamos cedo; porém, com a seca do Solimões, restava-nos caminhar pela enorme praia de várzea até a margem próxima à comunidade, onde já havia uma canoa nos aguardando para a travessia. Como já se aproximava do almoço, a equipe resolveu iniciar os trabalhos, após o almoço, visto que os ribeirinhos locais e manejadores já estavam preparando tambaqui cozido e assado.

O termo “manejadores”, utilizado neste estudo, abrange tanto indígenas quanto pescadores locais, referindo-se especificamente aos pescadores que integram o Setor 7. Suas “cosmotécnica” (Santos, 2025) está sempre alinhada ao ciclo das águas e aos acordos legais

que ressignificam suas formas de relacionamento com os apetrechos e materiais empregados nas pescarias. Esses pescadores habitam comunidades indígenas e não indígenas que participam dos acordos de pesca do manejo participativo. Quando não estão envolvidos nas atividades de manejo, pescam nas proximidades do Rio Solimões e dos lagos adjacentes, utilizando malhadeiras de fibra, flechas, poitas e zagaias para capturar peixes miúdos e linha de mão para pescar peixes de couro, sempre respeitando os ciclos reprodutivos das espécies.

Após o almoço, os técnicos deram início à reunião. Outros assuntos tratados giravam em torno da cota liberada pelo IBAMA (Tabela 2), por meio da Autorização nº 11/2025, com validade até 30 de novembro de 2025. Aos pescadores do Setor Sacambú Lago Grande, foi liberado a captura, o armazenamento, o transporte e a comercialização de pirarucu sob a supervisão da Prefeitura de São Paulo de Olivença e da FUNAI.

Figura 28 - Almoço na comunidade Curupaiti, Setor 7 - Sacambú do Lago Grande.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

A reunião ocorreu em uma escola da comunidade; o diretor também participou e foi muito solidário com o evento. As principais indagações dos manejadores tratavam-se do acesso de manejadores de outras localidades sob os lagos em áreas zoneadas como de proteção; isso, segundo os manejadores do Setor Curupati, a passagem pelo meio do lago com motor rabeta afetava negativamente, uma vez que o pirarucu pode migrar lateralmente para outros lagos antes

do período da seca. Os manejadores infratores não compareceram, restando aos técnicos do IDAM local apenas conversar sobre o assunto em outra oportunidade.

Além disso, foram discutidos a contagem dos peixes no lago e diversos programas sociais, como o Programa Arapaima (PA), o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o Projeto Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Compra com Doação Simultânea (CDS) e as políticas de Subvenção do Governo do Estado do Amazonas. A reunião encerrou-se com um alerta sobre a importância da preparação dos manejadores para a feira e comercialização.

Figura 29 - Participação na reunião de orientações do manejo e feira 2025.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

As pescarias do manejo ficaram definidas para início de novembro e, com isso, organizamos mais uma de nossas reuniões para realizarmos a última expedição no Lago Grande, com o objetivo de pescarmos pirarucus. A última expedição, realizada de 13 a 20 de novembro de 2025, foi a mais complexa, pois exigiu garra e coragem de todos os participantes para enfrentar os obstáculos e as dificuldades. Apesar da elevada quantidade de peixes a serem pescados, liberada pela “cota” do IBAMA, quem decidia pescar eram os próprios pescadores, diante das condições que possuíam, seja em termos de manejadores envolvidos, seja pela dificuldade de transporte, dado o período de seca, sendo o único acesso o Varador do Veado.

Especificamente para os Kaixana, foi autorizada a pesca de 1.403 peixes, como apresentado na tabela 2 a seguir, distribuídos em quatro áreas do setor sete. Essa tarefa não foi fácil de executar; os pontos mais tensionados na reunião de manejo giravam em torno da falta de mercado para venda em altas quantidades, do traslado dos pescadores e da pouca quantidade de manejadores envolvidos.

Tabela 2 - Cota de Captura Autorizada (2025) - Setor Sacambú 7.

Localidade	Cota (nº de peixes)
<i>Lago Grande</i>	937
<i>Cano do Lago Grande</i>	296
<i>Cobra</i>	88
<i>Laguinho</i>	82
Total	1.403

Fonte: Autorização nº 11/2025 – IBAMA (2025).

A quantidade total de pescadores Kaixana foi apenas oito, sendo eles: Eller Lucas Penaforth, Ézio Texiera Penaforth, Hiltons Teixeira Penaforth, Francisco Teixeira Penaforth, Gilberto Teixeira Penaforte, Nibson da Silva Penaforth e Oleís Lucas Penaforth, além de outras parentes que trabalharam indiretamente como Leonila, Dilcinha e Cirley, e outros primos como Saulo e Luiz Vitor.

O primeiro desafio era subir o rio Solimões por quase uma hora e em seguida arrastar uma canoa, um motor rabeta, um motor serra e demais insumos por um pequeno cano seco que conectava o rio ao lago acará, mais à frente, com o cano do Jacurapá. Essa equipe era composta por Ézio (Zito) e um conhecido que lhe ajudaria. Eu, Eller, Magro e Chico fomos juntos ajudá-los a passar e retornaríamos a SPO para seguirmos por baixo, pelo Paranaquera. Como dito anteriormente, o Sacambú do Lago também pode ser acessado pelo cano do Jacurapá adentrando pelo cano do lago.

Chegamos por volta das 11h00 na casa de Gilberto, em SPO, que habita próximo à beira do rio. Almoçamos e, logo em seguida, partimos baixando até a entrada do lago Paranaquera. Nesse dia, eu estava ansioso para andar no Varador do Veado e, diferente da primeira experiência, quando fomos abrir os caminhos no meio do capinzal e demoramos três dias para chegar, dessa vez em menos de duas horas já estávamos no cano do Pupunheira, na entrada do Varador.

Foi uma viagem tranquila; o caminho já estava pronto o “sofrimento” de acessar pelos paranás estava mais “leves”. Sentíamos o vento em fresco, apesar do sol está bastante presente. O motor rabeta não parou diante de quase nenhum obstáculo, já que todos os tufão do caminho estavam cortados. Foi uma viagem rápida; as duas canoas chegaram juntas na entrada do varador. Lá organizamos nossas peras e partimos seguindo pelo varador, em uma caminhada que nos faz lembrar e resgatar memórias que ficaram armazenadas por muito tempo.

Figura 30 - Varador do Veado: saída no igarapé da forquilha.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Chegamos ao Varador às 15h20min e partimos logo em seguida. Nossa chegada ao igarapé da Forquilha foi às 17h, como demonstrado na imagem acima. Lá já havia uma canoa e um motor rabeta de 13 HP. Por volta das 18h, chegamos ao Aterrado. Estávamos cansados; após a janta, decidimos ir ao lago no dia seguinte.

No dia seguinte, organizamos as malhadeiras e partimos para o Lago Grande; fomos eu, Hilton, Chico e Eller em busca do pirarucu. Chegamos ao lago por volta das 10h45min. Fomos desalagar as canoas pequenas que estavam na beira do lago, fizemos suco e, em seguida, Hilton e Chico partiram, cada um em sua canoinha, em busca de algum cóiu de pirarucu. O primeiro lago percorrido foi o da Cobra. Eller havia levado caniço e anzol e, em outra canoa pequena, fomos pescar de caniço, com isca primeiramente de gafanhoto para pegar sardinha; depois, usávamos a sardinha para pescar outro peixe maior, como acará-açu e piranha, na beira do lago. O sol brilhava e o dia estava lindo, sem nenhuma previsão de chuva até aquele instante. Ficamos por uma hora e seguimos para a Ilha do Mergulhão, como é chamada a ilha que divide as duas cabeceiras do Lago. Chegando lá, continuamos nossas pescarias de caniço.

Hilton e Chico encontraram os peixes na cabeceira direita do lago; foi o local onde realizamos o primeiro cerco com malhadeiras de pirarucu. Conseguimos cercar cinco pirarucus, mas apenas um deles conseguimos pegar. Como já estava anoitecendo e se formava um temporal – que, por volta das 19h50, transformou-se em chuva forte, com relâmpagos e vento forte –, tio Chico, com febre, dizia: “Essa chuva é para passar minha febre”. Na ocasião, pescávamos na cabeceira do lago; no Lago da Cobra não pescamos. No retorno, já de noite, na saída do lago para o Sacambú, enfrentamos a dificuldade de sair pelo caminho já traçado, pois

os aningais e murerús já haviam bloqueado as saídas. Sendo necessário rompermos novamente esses murerús.

Figura 31 - Pescaria de pirarucu na cabeceira esquerda.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Após a chegada de Zito, outro pescador Kaixana experiente, e de seu colega no lago, as pescarias aumentaram, e a quantidade de peixes, da mesma forma. Havíamos deixado a canoa com gelo na saída do varadouro; assim, sempre que capturávamos dois ou mais peixes, seguíamos para o armazenamento. No último dia, 20 de novembro, pegamos mais quatro pirarucus grandes, completando o lote de oito exemplares transportados e armazenados em túneis de congelamento fornecidos pela Secretaria de Produção Rural e Abastecimento de São Paulo de Olivença. Além desses, trouxemos dois exemplares inteiros para exposição na feira do pirarucu manejado.

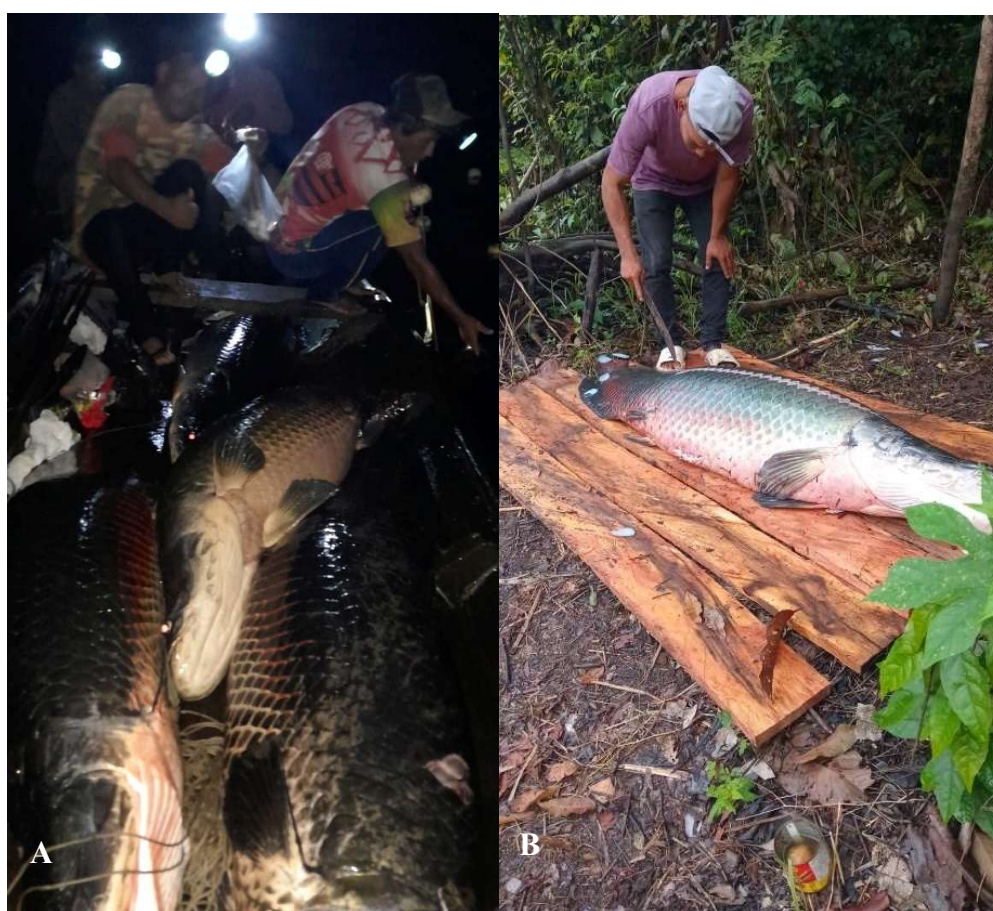
Anualmente, a Prefeitura de São Paulo de Olivença, em parceria com o IDAM-Local, realizam uma feira cultural para a venda do pirarucu manejado. Nesse contexto, surgiu a ideia de organizar uma oficina de saberes onde meus tios seriam os monitores, ensinando todas as etapas do beneficiamento do pirarucu para venda, um peixe de elevada importância cultural e econômica para nosso povo. Foram mostradas as habilidades de tirar manta e abrir a manta do pirarucu utilizando a filmagem na comunidade Sacambú, porém frente a pouca quantidade envolvidos, essa atividade ficou com os pescadores.

Apenas os pescadores Kaixana do sexo masculino dominam a técnica de escamar, retirar a carne e abrir as mantas do pirarucu, na figura 32 (B) e a os pescadores chegando no Sacambú já a noite depois de um dia todo na pesca do pirarucu (A). Como esse peixe é de grande porte é

vendido por quilo, com preços variados de acordo com o tipo de corte, a população paulivense compra todos os cortes, inclusive a ossada.

Nibson é um primo que tem elevadas habilidades de guiar uma canoa de noite nos furos do Vai-quem-que, nos capinzais dos canos entupidos de murerú, nas pescarias de peixes miúdo com malhadeira de seda verde malha pequena no sacambú e na pesca de pirarucu de espinhel e malhadeira, além disso tem apresentado como um bom tirador de escamas de pirarucu, ele já deixa o peixe preparado para ser tirado a carne por pelo pescador Chico.

Figura 32 - Resultado da pesca no lago (A) e processo de descamação do pirarucu (B).



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

As mulheres exercem papel fundamental e estavam presentes nas reuniões para definições das equipes. Assim, foi realizada um encontro pela manhã na casa do cacique apenas com os oito participantes e quatro Kaixana para tratarmos da organização interna para assim participar da IV Feira do Pirarucu Manejado de SPO.

No cronograma da IV Feira do Pirarucu, havia possibilidade de as mulheres participarem preparando pratos da culinária Kaixana utilizando um ingrediente principal: o pirarucu. Porém, como a feira ocorreu sexta, sábado e finalizou no domingo, algumas das

Kaixana trabalham na área da saúde e em escolas, não conseguiram participar. Na reunião organizamos grupos de trabalho, mesmo diante das poucas quantidades de pessoas envolvidas com intuito de não deixar alguns sobrecarregados diante das elevadas atividades desenvolvidas na pesca.

A baixa participação de indígenas Kaixana nesse projeto específico deve-se ao fato de estarem atuando em outras atividades no mercado de trabalho local. A pesca do pirarucu demanda esforço físico extenuante e apresenta dificuldades de escoamento pelos "varadores". Devido a esse esforço bruto, as mulheres geralmente não atuam na retirada do peixe, mas participam ativamente das reuniões e da organização comunitária.

Figura 33 - Participação ativa das mulheres Kaixana e suas fruteiras.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

As mulheres têm desempenhado um papel fundamental na condução da vida fora d'água. Elas trabalham no replantio do aterrado e, sobre isso, dizem: “Essa goiabeira quem plantou foi a mulher do teu tio Chico”. Assim, vão transformando novamente a vida na comunidade. Muitas

das outras árvores frutíferas caíram porque davam muitos frutos e acabavam se quebrando. Quando moravam no aterrado, tinham roça, faziam farinha e extraíam a goma; havia até um milharal nas terras que rodeavam um pequeno lago, o qual, por esse motivo, recebeu o nome de Lago do Milharal.

Como vemos nas imagens (figura 33) demonstram a participação das mulheres na roçagem plantio no aterrado (*e*) que incluem bananeiras (*d*) e manivas (*a*) e frutas como, coqueiro (*c*), jambeiro, cajueiro, goiabeiras, abieiro, ingazeiro, limoeiro (*b*), cimenteiras, chicórias, capim-santo a maioria das árvores frutíferas já estão produzindo. Desta forma, as pescadoras Kaixanas estão desempenham um papel fundamental na revitalização da terra do Aterrado.

Uma das dificuldades centrais enfrentadas pelas comunidades é a falta de um mercado local de larga escala com preços viáveis, diante ao trabalho pesado envolvido em todas as etapas da pesca de pirarucu manejado. Diante da elevação da oferta na feira oriunda de outros setores, os Kaixana identificaram a necessidade estratégica e pescarem tambaqui como forma oferecer outra opção de compra para os consumidores locais.

Figura 34 - Consumidor local da IV Feira do Pirarucu Manejado de SPO.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Assim, ao priorizarem o tambaqui, conseguiram ocupar um nicho menos concorrido, transformando um desafio logístico em uma oportunidade de garantir a renda e o sucesso das vendas. O período do defeso do tambaqui de acordo com o IBAMA inicia no dia 1º de outubro à 31 de março. Para as pescarias manejadas esse peixe pode ser capturado desde que seja realizado um relatório técnico solicitando tal medida como forma de completarão da renda dos manejadores participantes, assim, os Kaixana se organizaram para realizar as pescarias como

forma de geração de renda e diferentemente da venda do pirarucu a comercialização do tambaqui é realizada nas próprias residências dos pescadores

Figura 35 - Participação dos Kaixana na IV Feira do Pirarucu manejado de SPO.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Durante os três dias de feira, participei da venda e do controle dos cortes específicos de pirarucu, cujos dados de comercialização estão apresentados na Tabela 3. A proposta era ampliar a oferta de cortes para valorizar o pirarucu, de modo que cada um fosse compreendido como um produto com seu respectivo preço.

Tabela 3 - Comercialização de cortes específicos de pirarucu: rendimento e valorização.

<i>Produto</i>	<i>Peso (kg)</i>	<i>Preço (\$/kg)</i>	<i>Valor Total (\$)</i>
<i>V</i>	62,85	12,00	754,20
<i>VL</i>	88,9	13,00	1.164,00
<i>L</i>	74,75	14,00	1.046,50
<i>OS</i>	44,4	5,00	221,50
<i>C</i>	10,4	5,00	52,00
Total	281,30		3.238,20

Legenda: Ventrecha (*V*); Ventrecha com Lombo (*VL*); Lombo (*L*); Ossada (*OS*) e Cabeça (*C*).

Fonte: Dados de pesquisa - Autoria própria (2025).

Os dados discriminados na tabela detalham os cortes (Ventrecha, Ventrecha com Lombo, Lombo, Ossada e Cabeça), relacionando o peso de cada um em quilogramas (kg) ao seu respectivo preço de mercado (R\$/kg), evidenciando como a variação de peso e valor unitário de cada parte do peixe compõe a receita final da comercialização.

Após os dias de venda, organizamos uma pequena reunião no domingo à tarde, na residência do pescador Gilberto, na qual quantificamos e apuramos quanto seria dividido para cada um dos pescadores Kaixana participantes ativos – que totalizaram oito integrantes nesta edição do Manejo de Lagos. A venda de tambaqui foi organizada e quantificada pelos próprios pescadores.

Já na venda do tambaqui, os jovens Kaixana utilizam o celular para divulgar e vender os peixes, compartilhando informações em grupos e aplicativos de mensagem, além de anúncios em redes sociais. Essas são novas estratégias de divulgação para a comercialização desses peixes no município.

Figura 36 - Tambaquis oriundos do Sacambú sendo gelados para a manutenção de suas qualidades.



Fonte: Registro fotográfico do autor (2025).

Nesse contexto, diante da enorme oferta de pirarucu na feira, oriunda de 53 lagos dos outros setores da Unidade de Manejo Sustentável (UMP) TI ÉVARE I e II (Assacaio, Camatiã, Jandiatuba, Ourique/Tacana, Solimões de Baixo, Ribeiro e Jacurapá), que somavam uma cota

autorizada de 3.169 peixes, fez com que os Kaixana decidiram ampliar os esforços nas pescarias do tambaqui. Essa escolha estratégica visou contornar a saturação do mercado local e garantir o “escoamento da produção” de modo que esses peixes so poderiam ser comercializados por estarem dentro de uma área de manejo.

O resultado da organização do povo Kaixana ao participar de mais uma edição da Feira do Pirarucu Manejado de São Paulo de Olivença foi positivo, pois vendemos 100% dos peixes ofertados. Apesar da pequena quantidade de pirarucus adultos pescados, a quarta participação nessa iniciativa, promovida pela prefeitura, consolidou uma estrutura de trabalho coletivo que distribuiu as atividades entre os membros da comunidade. Esse movimento fortaleceu o vínculo familiar, a gestão da AIKA e, fundamentalmente, a retomada dos cuidados com os ambientes do Sacambú. Dessa forma, a comunidade Sacambú do Lago Grande, em 2025, consolidou sua participação nessa iniciativa necessária para fortalecer o cuidado e a conservação dos lugares de pesca Kaixana.

Essa flexibilidade dos Kaixana diante das pressões do mercado e às regras do IBAMA exemplifica o que Mario Blaser define como a capacidade indígena de moldar projetos externos. Segundo o autor: “As populações indígenas não apenas 'reagem' às políticas de manejo; elas as “indigenizam”. Elas trazem essas políticas para dentro de suas próprias redes de relações e significados, transformando o manejo de recursos em uma prática que faz sentido dentro de suas próprias ontologias e modos de vida” (BLASER, 2009, p. 16).

No caso do Sacambú, essa “indigenização” (BLASER, 2009) ocorre quando a comunidade decide que o sucesso do manejo não se mede apenas pela quantidade de pirarucu comercializado, mas pela capacidade de manter a harmonia do grupo e o cuidado com os lugares dos peixes, optando estrategicamente pela pesca do tambaqui para garantir a viabilidade da feira, como visto na “cota” de “despesca” demonstrado na Autorização nº 11/2025 do IBAMA. Assim, o manejo no Sacambú deixa de ser apenas um índice produtivo para o Estado e se confirma como um território de afirmação da vida e da ciência Kaixana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou promover um diálogo entre as diferentes formas de perceber a vida dentro de um 'ecossistema' de interação e cuidado. A “ecologia do cóiu” tal como compreendida pelos Kaixana, pauta-se em uma cosmopercepção ambiental que emerge de interações contínuas com lugares em processo de formação. Essa paisagem relacional,

consolidada pelo aprimoramento de técnicas e práticas de pesca, molda as habilidades de um povo capaz de interagir com cardumes, identificar ambientes, seres espirituais e 'mães', constituindo, assim, uma cosmopolítica de conservação da sociobiodiversidade.

É interessante notar que, embora existam textos ancorados em concepções distintas sobre a conservação de recursos pesqueiros, a perspectiva Kaixana de cuidado, ou seja, “pegar peixe sem acabar” envolvem uma lógica de reciprocidade. A utilização de determinado apetrecho requer um conhecimento prévio do ambiente, enquanto o ato de “largar um peixe” consolida o que afirma o cacique Onofre: “A natureza é uma força espiritual”, capaz de recriar ambientes, transformar paisagens e proteger a vida multiespécie.

É fundamental refletir sobre os resultados do manejo de lagos, com ênfase no pirarucu, sob a ótica da geração de renda. Esse aspecto social é imprescindível para as famílias Kaixana que dependem exclusivamente da pesca para sua subsistência. Por outro lado, a qualidade ambiental dos lagos apresenta-se como um indicador positivo, materializado nas “cotas pesqueiras” do lago de preservação Kaixana – um resultado expressivo, especialmente se considerado o curto período de implementação do manejo participativo.

As dificuldades apontadas neste estudo permeiam toda a cadeia produtiva, abrangendo desde questões de infraestrutura (apetrechos, transporte, armazenamento, comercialização, insumos) até a articulação entre manejadores, associações e órgãos públicos, bem como o cumprimento de acordos, como é o caso de manejadores que invadem áreas onde a pesca é proibida.

É nesse cenário que as políticas públicas voltadas para o apoio de manejadores são necessárias, que na maioria das vezes chegam apenas em narrativas de reuniões e não chegam definitivamente na renda do pescador. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um exemplo paradigmático; atualmente em fase de implementação pelo governo federal, o mecanismo tem sido impulsionado pelo movimento Coletivo do Pirarucu. Essa iniciativa busca fortalecer a resiliência de manejadores e manejadoras do pirarucu em um cenário de desvalorização do preço do pescado, visto que o tema ainda carece de estudos que analisem como tais instrumentos são apropriados, ressignificados ou contestados nas relações locais.

Nesse sentido, este estudo etnográfico de percursos, reflexivo e inserido no contexto do campo antropológico, tornou-se fundamental diante da urgência de se compreender, sob uma perspectiva indígena, os complexos fenômenos de governança socioambiental que se desdobram na Amazônia contemporânea. Neste cenário, pesquisas que investiguem criticamente políticas públicas em interface com os modos locais de cuidar a vida revelam-se estratégicas.

Minha trajetória híbrida, entre a formação em Engenharia de Pesca e a militância e pesquisa antropológica, posiciona-me de maneira singular enquanto Kaixana para investigar este campo, articulando uma sensibilidade técnica em relação aos ecossistemas aquáticos com a cosmo percepção prática das relações e conflitos que lhes dão sentido. Esta pesquisa é, portanto, a síntese desses três olhares, voltada a compreender não o “recurso pesqueiro”, mas o mundo relacional que o constitui.

Portanto, este trabalho se inscreve nesse esforço de ouvir e traduzir as lógicas subjacentes ao manejo pesqueiro, mas se propondo não apenas estudar um pensamento indígena, em diálogo com a filosofia, mas as práticas e habilidades que conformam ecologias, ou seja, um pensamento no mundo. Ao articular um diálogo entre formas distintas de perceber a vida em um ecossistema de interação e cuidado, o estudo demonstra como as habilidades pesqueiras Kaixana, sua capacidade de ler movimentos, identificar lugares e interagir com cardumes, constituem-se em cosmopolíticas de cuidado da sociobiodiversidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, G. B.; MOSER, A.; AFONSO, Y. B. Cosmovisão Guarani e sustentabilidade. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, [S. l.], v. 4, p. 180–193, 2015. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/431>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- ALBERT, Bruce. The polyglot forest. In: CHANDÈS, Hervé (org.). *The great animal orchestra*. Paris: Fondation Cartier pour l'Art Contemporain, 2016. p. 320-324.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, 2013.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. A Demarcação das Terras Indígenas e a Constitucionalidade do Decreto nº 22/91. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, v. 37, 1996.
- BARBOSA, Gabriel Coutinho; VEDANA, Viviane; DEVOS, Rafael Victorino. Habilidades perceptuais entre a captura e o comércio de pescado. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 153–175, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75519>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- BARRETO, João Paulo Lima. A viagem de volta: ritual, história e cosmologia na experiência religiosa dos Ye'pamahsã (Tukano). 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- BARRETO, João Paulo Lima. Outras antropologias e seus desafios cosmopolíticos: reflexividades indígenas. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 21, 2025a. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol21/iss1/8>. Acesso em: 12 out. 2025.
- BARRETO, João Paulo Lima. Pensar o pensamento Indígena: tensões epistemológicas na Academia. In: NINO VARGAS, Juan Camilo; HALBMAYER, Ernst; CARDOSO, Thiago Mota (org.). *Workshop redefinindo as cosmoecologias e as cosmopolíticas indígenas: perspectivas comparativas sobre a diversidade dos saberes na américa indígena*, 4. Bogotá: Universidad de los Andes, 2025b. Disponível em: <https://edges.fcsh.unl.pt/workshop-redefinindo-las-cosmo-ecologias-y-las-cosmo-politicas-indigenas-bogota-16-18-septiembre-2025/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- BARRETO, João Paulo Lima. Waimahsã: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena. Manaus: Editora Valer, 2021.

- BLASER, Mario. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: Toward an Ethno-Hermeneutic of Shared Spaces. *Anthropological Theory*, v. 9, n. 1, p. 10-27, 2009.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 65-86.
- DEVOS, R. V.; BARBOSA, G. C.; VEDANA, V. Fish news: perceptual skills, technique and distributed cognition in mullet fishing. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 16, e16550, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412019v16d550>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Solimões: estratégias de sobrevivência e manejo de recursos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- INGOLD, Tim. *Antropologia como educação*. Tradução de Janaina Stozek. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- INGOLD, Tim. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- INGOLD, Tim. Sobre não conhecer e prestar atenção: como caminhar em um mundo possível. *Esferas*, n. 26, p. 279-308, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i26.14466>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa. *Campos - Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 169–182, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/55908>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- JACAÚNA, Tiago da Silva. *Governo e Conflitos dos Comuns: a política dos acordos de pesca na Amazônia*. Manaus: Editora UFAM, 2020.
- JUNK, W., PB BAYLEY E RE SPARKS. 1989. O conceito de pulso de inundação em planícies aluviais de rios.sistemas. Páginas 110-127 em DP Dodge, ed. *Anais da Conferência Internacional sobre Grandes RiosSimpósio (LARS)*. Publicação Especial Canadense de Ciências Pesqueiras e Aquáticas 106.
- LIMA, A. G. M. de; SOARES-PINTO, N. Parentesco com a terra e as cosmopolíticas indígenas do cuidado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 38, n. 112, p. 173-194, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.010>. Acesso em: 24 jan. 2025.

- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. Tradução de C. A. R. de Moura. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- OYĚWÙMÍ, OYÈRÓNKÉ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónké Oyěwùmí; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PAVÃO, S.; GISLOTI, L. J. Memórias bioculturais dos Guarani-Kaiowá sobre a floresta e os seres que a coabitam: ecologia cosmopolítica na perspectiva da etnoconservação. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 18, n. 2, e20220006, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2022-0006>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- PENAFORTE, Gilberxe Santana. O povo Kaixana no Município de São Paulo de Olivença: histórias e trajetórias emancipatórias. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- RAPOSO, Pedro. Territórios Sociais da Pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. Manaus: EDUA, 2019.
- RUFINO, Mauro Luiz. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004.
- SANTOS, Gilton Mendes dos. Modos de conhecer e transformar vegetais: por uma cosmotécnica amazônica. In: NINO VARGAS, Juan Camilo; HALBMAYER, Ernst; CARDOSO, Thiago Mota (org.). Workshop redefinindo as cosmoecologias e as cosmopolíticas indígenas: perspectivas comparativas sobre a diversidade dos saberes na américa indígena, 4. Bogotá: Universidad de los Andes, 2025. Disponível em: <https://edges.fcsh.unl.pt/workshop-redefinindo-las-cosmo-ecologias-y-las-cosmo-politicas-indigenas-bogota-16-18-septiembre-2025/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. O aprendizado das artes do rio: um estudo sobre relações entre pessoa, ambiente e conhecimento na Amazônia. Anuário Antropológico, Brasília, v. 40, n. 1, p. 103-128, 2015. [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ha/a/BvJFDcrDVts_hMwJZNjdCYhq/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ha/a/BvJFDcrDVts_hMwJZNjdCYhq/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 7 set. 2024.
- SILVA, R. M. da; MEHLIG, U.; SANTOS, J. U. M. dos; MENEZES, M. P. M. de. A vegetação de restinga costeira do Pará, Amazônia brasileira: uma síntese. Revista Brasileira de Botânica, v. 33, n. 4, p. 563–573, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-8404201000040000>. Acesso em: 7 jun. 2024.

- STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasília, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145663/139603>. Acesso em: 18 out. 2025.
- STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Trad. Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras*. n. 62. p. 1-15. Belo Horizonte: Chão de Feira, mai/2017. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/caderno-62-reativar-ok.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2025.
- TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens e sobrevivência no antropoceno*. Brasília: Mil Folhas, 2019. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.scielo.br/j/ha/a/Jb9hdNKYzbhdbwkLCKwfpqf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- VERÍSSIMO, José. *A Pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

Anexo A – Declaração de posse e usufruto das terras do Sacambú

D E C L A R A Ç Ã O

Nós abaixo assinados, residentes no distrito de Tonantins, município de Santo Antônio do Içá, Am: Declaramos que o lugar denominado "CA TE ESPERA", que se acha localizado no lugar Sacambú do Lago Grande, situado no rio Jacurapá, e na qualidade de herdeiros do falecido FRANCISCO PENAFORT DE SOUZA, nosso legítimo genitor, damos plena, irrestrito e irrevogável consentimento, para o nosso irmão ONOFRE ANTÔNIO PENAFORT DE SOUZA, para que possa usar o referido lugar, em exploração de madeiras de lei, extração de todo e qualquer tipo de latex, assim como poder ainda usá-lo como penhor em estabelecimentos bancários, para usufruir dos benefícios dos mesmos para as explorações e conservações do dito lugar. Que para a devida comprovação do que espomos acima passamos a assinar a -
baixo.

Altamira Penafort de Souza
Altamira Penafort de Souza

Hilda Penafort de Lima
Hilda Penafort de Lima

Terezinha Penafort Alves
Terezinha Penafort Alves

Leonildes Penafort de Souza
Leonildes Penafort de Souza

Elvira Penafort Pinto
Elvira Penafort Pinto

Santo Antônio do Içá, 25 de junho de 1981

Anexo B – Certidão de Registro de “CA TE ESPERA” (cópia)


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO AMAZONAS

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO DE LETRAS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

Cartório de Registro de Imóveis e Protesto de Letras
Sansão Reinaldo Castelo Branco
Oficial
CPF 111278562-00
Alcides Muller
Escritor Juruamentado
São Paulo de Olivença - Amazonas

Sanção Reinaldo Castelo Branco
TITULAR
CPF: N.º 111278562-00
Alcides Muller
Escritor Juruamentado

CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

CERTIFICO, a requerimento verbal do interessado, e em virtude de atribuições que por lei me são conferidas que, revendo o Livro nº 3 das Transcrições das Transmissões deste Cartório nele as fls. 47/v. e 48, sob o nº 23, verifiquei constar o Registro de "UM SERINGAL, denominado CAT'ESPERA, com Título Definitivo, situado no Sacambu do Lago Grenha, no rio Jacurapá, do então termo de Je Comercio de São Paulo de Olivença-Am., cujo Título Definitivo foi expedido em 09 de Janeiro de 1903, assinado pelo Governador Dr. Silvério José Nery.

ADQUIRENTE: FRANCISCO PENAFORT DE SOUZA, residente em o Município de Santo Antonio do Içá.

TRANSMITENTE: ANTERO PENAFORT DE AZEVEDO E SOUZA.

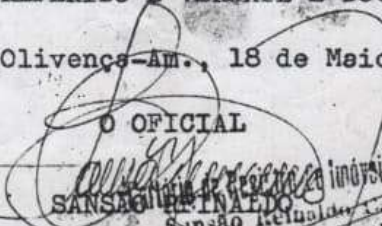
TÍTULO: FORMAL DE PARTILHA.

FORMA DO TÍTULO: FORMAL DE PARTILHA extraído dos autos de Inventario pelo Tabelião Francisco Martins de Menezes.

OBSERVAÇÃO: O presente Registro foi feito pelo então Oficial Antonio Augusto de Souza, em data de 17 de Novembro de 1944.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

São Paulo de Olivença-Am., 18 de Maio de 1981

O OFICIAL

SANSÃO REINALDO CASTELO BRANCO
Sansão Reinaldo Castelo Branco
Oficial
CPF 111278562-00
Alcides Muller
Escritor Juruamentado
São Paulo de Olivença - Amazonas

Anexo C – Título definitivo do Estado do Amazonas (cópia)

